



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Cláudia Monteiro Fernandes

**Juventude em transição para
o mundo do trabalho**

Salvador
2008

Cláudia Monteiro Fernandes

**Juventude em transição
para o mundo do trabalho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Inaiá Maria Moreira de Carvalho

**Salvador
2008**

Cláudia Monteiro Fernandes

**Juventude em transição
para o mundo do trabalho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em de fevereiro de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

Maria Regina Filgueiras Antoniazzi
Programa de Pós-graduação em Educação / Universidade Federal da Bahia

Maria da Graça Druck de Faria
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais / Universidade Federal da Bahia

Inaiá Maria Moreira de Carvalho
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais / Universidade Federal da Bahia

À minha querida mãe Eunice e meu irmão Marcelo.

*Agradeço à professora Inaiá Carvalho, que acreditou desde o início;
ao apoio da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF);
às valiosas recomendações das professoras Graça Druck e Ângela Borges;
aos companheiros do Instituto de Pesquisas Sociais, pelas ricas discussões teóricas,
especialmente ao professor e amigo Fernando Cardoso Pedrão;
aos colegas do mestrado e da SEI, solidários.*

“Os velhos desconfiam da juventude porque foram jovens.”
William Shakespeare

RESUMO

As transformações recentes no mundo do trabalho agravaram bastante as dificuldades tradicionais para o ingresso no mercado de trabalho, remetendo os jovens a ocupações vulneráveis, quando não ao desemprego. Este trabalho discute a participação dos jovens no mercado de trabalho na contemporaneidade do Brasil e de suas principais regiões metropolitanas, explicitando as desigualdades regionais entre elas. A inserção dos jovens no mundo do trabalho se dá principalmente em decorrência da pobreza de boa parte dos domicílios, como estratégia de sobrevivência. Além disso, elementos como o desejo de autonomia, o significado do consumo como forma de pertencimento do jovem a seu grupo social, o valor cultural simbólico do trabalho, associados à escola pouco atraente, de baixa qualidade e distante da realidade dos jovens, principalmente dos mais pobres. Predomina para os jovens a vulnerabilidade ocupacional, com longas jornadas e baixos rendimentos, o desemprego ou “desfiliação”, formando contingentes de jovens que não trabalham, não estudam e nem procuram trabalho, sujeitos ao risco social de marginalização e violência.

Palavras-chave: Juventude, trabalho, vulnerabilidade, escolarização, educação.

ABSTRACT

The recent transformations that take place on labor world have deepened quite a lot the traditional difficulties to get into labor market, leading young people to vulnerability of occupation, and even to unemployment. This paper debates the participation of young people on contemporary labor market in Brazil and its most important metropolis, showing the regional inequalities among those. The entrance of young workers in labor market occurs as a strategy of surviving the poverty situation of most households. In addition, there are important elements that influence the entrance in the labor market, such as the desire of autonomy, the meaning of consumption as a way of being part of a social group, the symbolic value of work, and also the low attractive force of school in young people's lives. Vulnerability is a major characteristic of the youth's work, with long journeys and low payments. Also unemployment and "defiliation" generate groups of young people who do not work, neither study nor search for work, becoming subjects of social risk of marginalization and violence.

Key words: Youth, labor, vulnerability, education, labor market.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente por espaços geográficos selecionados, segundo grupos de idade - Brasil, 2006.....	62
Tabela 2 - População residente, por grupos de idade – Brasil, 2006.....	64
Tabela 3 - Taxas de atividade, razão de sexo e taxas de participação, segundo espaços geográficos selecionados – Brasil, 2006.....	66
Tabela 4 - Taxas de desemprego e proporção de desempregados que nunca trabalharam, segundo espaços geográficos selecionados – Brasil, 2006.....	71
Tabela 5 - Distribuição dos jovens metropolitanos e proporção dedicada a afazeres domésticos, segundo a condição de ocupação, frequência à escola e sexo – 2006.....	75
Tabela 6 - Distribuição dos jovens metropolitanos por condição no domicílio, segundo a condição de ocupação, frequência à escola e sexo – 2006.....	77
Tabela 7 - Proporções de jovens metropolitanos que tinham mãe viva e cuja mãe não morava no domicílio, segundo a condição de ocupação, frequência à escola e sexo – 2006.....	78
Tabela 8 - Descrição da estrutura de rendimentos domiciliares per capita das pessoas com declaração de rendimento – Brasil e Metrôpoles, 2006.....	80
Tabela 9 - Distribuição de jovens metropolitanos por categoria de rendimento, segundo a condição de ocupação, frequência à escola e sexo – 2006.....	82
Tabela 10 - Jovens metropolitanos ocupados na semana de referência, segundo a posição na ocupação – 2006.....	86
Tabela 11 - Jovens metropolitanos ocupados na semana de referência, segundo grupo de atividade do trabalho principal – 2006.....	89
Tabela 12 - Rendimento médio e jornada média dos ocupados metropolitanos por grupos etários, segundo a posição na ocupação do trabalho principal – 2006.....	90
Tabela 13 - Rendimento médio e jornada média dos ocupados metropolitanos, por grupos etários, segundo grupo de atividade do trabalho – 2006.....	90
Tabela 14 - Número médio de anos de estudo dos ocupados metropolitanos, segundo a posição na ocupação e o grupo de atividade do trabalho principal – 2006.....	95
Tabela 15 - Taxas de participação (PEA/PIA) segundo áreas geográficas selecionadas – Brasil e Metrôpoles, 2006.....	99
Tabela 16 – Taxas de desemprego (Desempregados/PEA) e proporção de desempregados que nunca trabalharam antes – Brasil e Metrôpoles, 2006.....	102
Tabela 17 – Jovens de 15 a 24 anos que só trabalham e que não trabalham, não estudam e nem procuraram trabalho na semana – Brasil e Metrôpoles, 2006.....	103

Tabela 18 - Jornada média semanal no trabalho principal dos jovens de 15 a 24 anos ocupados na semana de referência (em horas) – Brasil e Metrôpoles, 2006.....	105
Tabela 19 - Rendimento médio mensal do trabalho principal dos jovens de 15 a 24 anos ocupados na semana de referência (em R\$) – Brasil e Metrôpoles, 2006.....	105
Tabela 20 - Número médio de anos de estudo dos jovens de 15 a 24 anos ocupados na semana de referência – Brasil e Metrôpoles, 2006	107
Tabela 21 - Taxas de desemprego e proporção de ocupados mais vulneráveis entre os jovens mais pobres (50% mais pobres) ¹ , segundo áreas geográficas selecionadas – Brasil e Metrôpoles, 2006.....	108
Tabela 22 - Jovens desempregados e ocupados mais vulneráveis na população economicamente ativa (PEA), total e mais pobres (50% mais pobres) ¹ , segundo áreas geográficas selecionadas – Brasil e Metrôpoles, 2006	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – População residente total, por sexo e grupos de idade – 1980/2000.....	49
Figura 2 - Distribuição dos jovens de 15 a 24 anos nas metrópoles – 2006.....	65
Figura 3 - Distribuição dos jovens de 15 a 24 anos ocupados nas metrópoles, por posição na ocupação – 2006.....	86
Figura 4 - Distribuição dos jovens de 15 a 24 anos ocupados nas metrópoles, por grupos de atividade – 2006.....	88
Figura 5 – Número médio de anos de estudo dos jovens por idade – Brasil, 2006.....	93
Figura 6 – Número médio de anos de estudo dos jovens por idade – Metrôpoles, 2006	94

Sumário

Capítulo 1 – Introdução	13
1.1 Objetivos e justificativa	14
1.2 Estrutura do trabalho	18
Capítulo 2 – Transformações no mundo do trabalho: novos desafios para a inclusão de jovens	20
Capítulo 3 – Juventude em discussão	31
3.1 Quem são os jovens na sociedade contemporânea? Introdução ao conceito de juventude	35
3.2 A complexidade de “ser jovem”	44
3.3 Educação, trabalho e consumo: significados	52
Capítulo 4 – Condições de jovens no mundo do trabalho no Brasil	56
4.1 Jovens trabalhadores nas metrópoles brasileiras	66
4.2 Os papéis de trabalhador, estudante, dedicados a afazeres domésticos e a “desfiliação” da juventude metropolitana	73
4.3 Desigualdades regionais entre os jovens trabalhadores	97
Capítulo 5 – Conclusões	111
Referências bibliográficas	118

Capítulo 1 – Introdução

Num contexto de importantes transformações nas sociedades mundiais e principalmente no mundo do trabalho, com alardeados “trunfos” da sociedade de mercado e fenômenos a ela associados, tais como a globalização e a financeirização, o surgimento de novas tecnologias, o fetiche da sociedade de consumo, a importância das informações e a fragilização das relações de trabalho, entre outras, alguns grupos sociais estão sendo especialmente atingidos e tornaram-se mais vulneráveis, sobretudo nas últimas décadas. As transformações que vieram a configurar a sociedade atual acirraram alguns comportamentos marcantes no final do século XX, tais como o descompromisso social, o hedonismo privatista e a falta de projeto de futuro, que desestimula a ação e a organização coletivas. Ao mesmo tempo, criaram possibilidades alternativas de organização da sociedade e de grupos mais vulneráveis, na contra-corrente da exclusão social imposta a eles.

Os jovens do início do século XXI cresceram em meio a grandes transformações sociais e tecnológicas, junto com o desenvolvimento da microeletrônica, da informatização, da digitalização, e foram obrigados a se adaptar com mais velocidade às mudanças delas decorrentes. As novas tecnologias, ao mesmo tempo em que dificultam sua inserção no mercado de trabalho, cada vez mais especializado, abrem novas portas com a democratização e generalização do conhecimento em várias esferas e de como se relacionar com o mundo e entre grupos sociais distintos. Os jovens são vistos como a representação do novo e como uma fonte importante de transformações sociais em qualquer sociedade.

Esse trabalho se propõe a tratar da situação dos jovens trabalhadores (economicamente ativos) das metrópoles brasileiras, afirmando a sua importância na sociedade e caracterizando suas condições de inserção no mundo do trabalho. Dadas as transformações recentes no mundo do trabalho que vêm provocando, desde o final dos anos 1980, mudanças econômicas e comportamentais, com crescente fragilização e precarização das relações de trabalho, aos jovens trabalhadores das metrópoles brasileiras são especialmente reservadas condições precárias de inserção.

A juventude é caracterizada, sob o senso comum, como uma experiência homogênea para todos os grupos sociais, étnicos, sem qualquer especificidade regional, temporal, geracional ou de classe social. Uma análise mais rigorosa deve considerar essa fase da vida como composta por experiências complexas e heterogêneas, caracterizadas tanto por

vulnerabilidades quanto por potencialidades. A incidência desses dois conjuntos de atributos ocorre diferenciadamente entre sexos, grupos sociais, étnicos e raciais, espaços geográficos etc. As dificuldades enfrentadas pelos jovens no processo de transição para a vida adulta são de diversas ordens. Trataremos aqui das condições de inclusão dos jovens no mundo do trabalho metropolitano do Brasil nestes primeiros anos do século XX.

As potencialidades e capacidades adquiridas pelos jovens ao longo de suas vidas, bem como as oportunidades e obstáculos que experimentam nessa fase, podem influenciar a sua passagem para a vida adulta, com conseqüências também sobre o lugar que ocuparão em sociedade no futuro e mesmo como atuarão como agentes de transformação da sociedade em que vivem no presente. Alguns desses obstáculos são inerentes ao mundo dos jovens e outros são reflexos da sociedade em que vivem e das transformações por que ela passa, que atingem a população jovem de maneira diferenciada.

1.1 Objetivos e Justificativa

Este trabalho tem como objetivo trazer contribuições à discussão sobre jovens trabalhadores, residentes nas metrópoles brasileiras, no que diz respeito a aspectos das inter-relações da juventude com o mundo do trabalho na última década. Complementarmente, aspectos sobre a educação, mais especificamente os anos de estudo concluídos, sobre a dedicação aos afazeres domésticos e sobre o desemprego dos jovens serão apresentados.

Para tanto serão revisadas as principais questões conceituais da atualidade sobre a juventude, em suas diversas abordagens teóricas. Além disso, utilizando informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, realizada no ano de 2006, serão analisadas características dos jovens ocupados brasileiros e, depois, serão aprofundadas características pessoais e de trabalho dos jovens residentes nas principais metrópoles nacionais. São consideradas, no âmbito da PNAD, nove regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Neste estudo, o Distrito Federal – Brasília – será considerado também uma metrópole, configurando assim um conjunto de 10 metrópoles no País.

Considerando a importância dos jovens de hoje como agentes de transformação da sociedade e reconhecendo a necessidade de aprofundar análises relacionadas com as desigualdades

regionais e suas especificidades no Brasil metropolitano, este estudo traz à discussão aspectos das condições de inserção da juventude no mundo do trabalho, tratando especificamente das características dos jovens que trabalham. A hipótese que subjaz toda a argumentação aqui apresentada é a de que a juventude metropolitana brasileira é um grupo social atuante economicamente, com características próprias de inserção no mundo do trabalho, diversas de outros grupos sociais – principalmente adultos com mais de 25 anos de idade.

Levamos em conta que a juventude trabalhadora tem, atualmente, mais dificuldades no processo de transição para a vida adulta e de inserção no mundo do trabalho, por ser um grupo mais vulnerável à exploração do sistema capitalista vigente, com fortes influências dos valores alimentados pela sociedade de consumo que se fortalece neste começo de século. No Brasil, especificamente, as dificuldades de entrada no mundo do trabalho tornaram-se maiores em consequência das mudanças recentes na economia e seus resultados na estrutura ocupacional. Portanto, ações da sociedade para garantir oportunidades mais igualitárias para a juventude, sobretudo nos espaços geográficos mais pobres e historicamente desiguais do País, são possíveis e necessárias.

Também internacionalmente, o debate sobre a juventude na sociedade moderna tem se tornado cada vez mais importante, em reconhecimento às crescentes dificuldades enfrentadas pelos jovens na sua transição para a vida adulta e, mais especificamente, para o mundo do trabalho, num contexto de profundas transformações políticas, econômicas e sociais, além das dificuldades cotidianas, do presente dos jovens trabalhadores. As Nações Unidas têm um programa mundial de ação para a juventude, adotado com base em resolução do ano de 1995, que propõe a criação e implantação de políticas e programas para proteger os jovens das influências sociais e ambientais negativas que podem prejudicar a transição para uma vida adulta plena e saudável.¹

Apesar de existir um reconhecimento tácito, na maior parte das referências analisadas, de que a condição de transitoriedade é um elemento importante para a definição do jovem – da heteronomia da criança para a autonomia do adulto –, o modo como se dá a passagem, seja para a vida adulta em todas as suas faces, ou para o mundo do trabalho, varia nos processos concretos e nas formas de abordagem. As maiores críticas incidem sobre os aspectos de indeterminação da condição de jovem enquanto “passagem” e de subordinação à vida adulta,

¹ Resolução 50/81 de 14 de dezembro de 1995, que enfatiza que “todo Estado deve prover a seus jovens oportunidades de obter educação, para adquirir habilidades e participar plenamente de todos os aspectos da sociedade”. UN, 2007.

tida como estável em relação à juventude (SPOSITO, 2002). Neste estudo, a juventude é considerada em transição para o mundo do trabalho não no que diz respeito à sua suposta “instabilidade”, mas pelo desejo de que sua dedicação fosse à educação, de forma exclusiva e como direito garantido, sem competição com os adultos em espaços ocupacionais vulneráveis.

Foram consideradas “jovens” as pessoas de 15 a 24 anos de idade, grupo etário que engloba uma heterogeneidade entre si, sobretudo os adolescentes de 15 a 19 anos e os jovens adultos de 20 a 24 anos². A discussão sobre a melhor delimitação do que seja a “juventude” é tema de um amplo debate teórico em torno do conceito, da sua historicidade e do seu caráter multidimensional ou mesmo da sua existência como categoria social.³

A escolha aqui foi feita levando em conta três elementos fundamentais: 1) o interesse em tratar dos problemas que enfrentam os trabalhadores nos seus primeiros esforços para inserir-se no mundo do trabalho, nos primeiros anos de saída da infância para o mundo dos adultos, ainda como adolescentes e mesmo que o prolongamento do estudo como atividade exclusiva seja o desejável; 2) a predominância de estudos que tratam como “juventude” este grupo etário na revisão da literatura que foi feita; 3) o reconhecimento de que a entrada no mundo do trabalho se dá muito cedo no Brasil, principalmente nas regiões mais pobres, mesmo com taxas de participação no mercado de trabalho diferenciadas e queda recente do trabalho infantil; e 4) por questões puramente operacionais de trabalhar com um grupo etário que pode ser subdividido em dois grupos quinquenais (15 a 19 anos e 20 a 24 anos), representando contingentes populacionais com pesos equivalentes na população residente no Brasil, segundo a PNAD 2006.

Os jovens de 15 a 24 anos de idade no Brasil eram nada menos que 35 milhões de pessoas, conforme a PNAD 2006, o que representava 18,5% do total da população residente, sendo que o grupo de 15 a 19 anos era de 17,4 milhões de pessoas (9,3% da população residente) e o de 20 a 24 anos de 17,3 milhões (9,2% dos residentes). Estavam nas regiões metropolitanas 30,2% dos jovens – eram 10,5 milhões de jovens urbanos metropolitanos no Brasil. No País como um todo, eram 22 milhões de jovens de 15 a 24 anos economicamente ativos. E entre todos os jovens residentes no país, 34,3% só trabalhavam, 18,3% trabalhavam e estudavam, e

² A OIT considera em seus relatórios sobre trabalho juvenil este grupo etário de 15 a 24 anos como sendo uma convenção estatística amplamente aceita, apesar de reconhecer as diferenças existentes entre países e a tendência de se prolongar a juventude, dadas as dificuldades em se atingir plenamente a “vida adulta”. (ILO, 2006, p.8). Este grupo etário é adotado por todos os programas das Nações Unidas. (UN, 2007; WORLD BANK, 2007).

³ Uma apresentação sobre o debate teórico em torno do conceito de “juventude” será feita no capítulo 3 da dissertação.

11,3% estavam desempregados, ou seja, procuravam ativamente trabalho, pressionando o mercado. Portanto, a juventude brasileira é fundamentalmente trabalhadora.⁴

Com a proposta aqui apresentada, espera-se contribuir, para a confirmação do importante papel na sociedade brasileira da juventude trabalhadora moderna e para construção social de oportunidades e alternativas específicas para este segmento da sociedade.

⁴ Serão tratados como “trabalhadores” as pessoas economicamente ativas, estejam elas ocupadas ou desempregadas. Características mais detalhadas dos jovens trabalhadores serão apresentadas no capítulo 4.

1.2 Estrutura do trabalho

O estudo aqui apresentado está organizado em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução ao tema e ao problema estudado, trazendo em linhas gerais a contextualização do problema.

No segundo capítulo serão apresentados elementos fundamentais sobre o processo de reestruturação produtiva, com destaque para as transformações no mundo do trabalho ocorridas recentemente no Brasil e sua influência sobre a inserção da juventude.

No terceiro capítulo serão apresentadas as principais questões teóricas colocadas sobre o tema juventude, em sua complexidade conceitual e operacional de análise. Serão apresentados os diferentes conceitos de juventude e a trajetória dos estudos especializados sobre o tema até os dias atuais, assim como o estado das artes do debate no Brasil. Num segundo sub-item, será discutida a complexidade do ser jovem, com especial foco nos processos de transição da juventude para a vida adulta e o mundo do trabalho. Por fim, neste capítulo, serão apresentadas brevemente questões teóricas sobre os significados simbólicos da educação, do trabalho e do consumo na vida dos jovens contemporâneos, principalmente a juventude metropolitana.

No capítulo 4, será apresentado um panorama sobre a juventude no Brasil, sua presença frente a outros grupos etários e alguns aspectos sobre estudos realizados voltados especificamente para os jovens trabalhadores brasileiros. Serão apresentadas análises desenvolvidas a partir dos dados secundários da PNAD 2006, buscando eleger as informações que podem contribuir para a compreensão das especificidades da juventude trabalhadora metropolitana brasileira, fugindo do padrão tradicional de análise mais voltado para um perfil “médio” de trabalhador nacional, sem diferenças no ciclo de vida nem regionais. Assim, serão cruzadas informações sobre a inserção dos jovens no mundo do trabalho, como ocupados ou em procura por trabalho, e suas características pessoais, condição na família, anos de estudo e afazeres domésticos.

Ainda no capítulo 4, serão analisadas características dos jovens trabalhadores observando algumas diferenças regionais importantes, comparando diferentes espaços metropolitanos do País através de indicadores básicos de mercado de trabalho⁵ e indicadores agregados, à luz da discussão teórica colocada.

Por fim, apresentam-se as conclusões e a bibliografia pesquisada.

⁵ Tais como taxa de atividade, taxa de participação, ocupação, desemprego e rendimento, conceitos que serão explicados no capítulo 4.

Capítulo 2 – Transformações no mundo do trabalho: novos desafios para a inclusão de jovens

As transformações recentes, ao final do século XX e início do século XXI, ocorridas no capitalismo, provocaram mudanças importantes na configuração do mundo do trabalho. Foram modificações no âmbito da organização da produção, da tecnologia, e de novas referências territoriais da produção, conseqüências do processo de reestruturação produtiva e de redesenho da divisão internacional do trabalho, com a hegemonia do capital financeiro. Por ser um processo recente e com ramificações que não estão restritas apenas às relações de produção da sociedade, mas envolvem também mudanças comportamentais significativas, ainda não se tem uma visão conclusiva a respeito na configuração que se vem instalando na sociedade, com elementos de continuidade e descontinuidade em relação ao passado recente.

A mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais, as tecnologias de informação, a interpenetração entre as atividades industriais, agrícolas e de serviços, a rápida urbanização de territórios, a padronização das relações de consumo, são questões que estão na pauta da discussão. A partir da mundialização do capital desenvolveu-se um complexo processo de reestruturação produtiva com efeitos estruturais no mundo do trabalho, com a expressão cada vez mais clara em algo que caracteriza a fase contemporânea do sistema de acumulação capitalista: a precarização e fragilização do trabalho, tanto no seu sentido objetivo – redução de salários e piores condições de trabalho – quanto no sentido subjetivo – fragmentação da consciência de classe do trabalhador, contestação dos sentidos do trabalho na sociedade moderna.

O processo de reestruturação produtiva não pode ser reduzido à sua dimensão tecnológica; está relacionado também às mudanças na organização da produção e do trabalho, através do toyotismo e de uma “racionalização” organizacional do trabalho e do capital, que levaram à passagem para uma nova etapa de acumulação capitalista, com um “novo padrão de hegemonia do capital na produção”. (ALVES, 2000) Na pesquisa sociológica, diversos temas têm sido abordados no contexto das transformações recentes no processo de acumulação capitalista: crescimento do desemprego e da informalidade, qualificação (ou desqualificação), precarização das relações e condições de trabalho, a mudança nas estratégias sindicais etc.

O Brasil tem características diferentes daqueles de padrão econômico equivalente, definidos no grupo dos chamados “BRIC” – Brasil, Rússia, Índia e China – ou seja, nações com grandes

espaços territoriais e de importância econômica no sistema internacional, mas que não fazem parte do grupo de países desenvolvidos, líderes econômicos e políticos do capitalismo avançado, predominantemente ocidental. O processo de reestruturação produtiva brasileiro possui traços particulares e singulares, e aconteceu principalmente a partir dos anos 1990, ainda que tenham sido percebidos seus primeiros sinais na década de 1980. A partir dos anos 1990, com o governo de Fernando Collor de Melo e sob a influência marcante das recomendações do Consenso de Washington⁶, ocorrido em 1989, a chamada política “neoliberal” impulsionou à maior integração do capitalismo brasileiro ao processo de mundialização do capital.

Na verdade, o desdobramento de uma crise do mundo do trabalho no Brasil, sob a era neoliberal, sobrepõe-se à precariedade histórica – e estrutural – do estatuto salarial em nosso país e atinge os núcleos ‘modernos’ da sociabilidade do trabalho, instalando novas polarizações (e fraturas) internas às ‘ilhas de modernidade’, constituídas sob a época da industrialização substitutiva. Surge, deste modo, uma nova exclusão social que debilita a já frágil solidariedade de classe, após uma década de ‘explosão do sindicalismo’. (ALVES, 2000)

A industrialização brasileira pode ser considerada tardia em relação aos países ocidentais, tendo deslanchado somente a partir dos anos 1930, com Getúlio Vargas, de perfil “nacionalista” e com forte dependência do estado, e, posteriormente, na década de 1950, com Juscelino Kubitschek, período do chamado “nacional desenvolvimentismo”, quando aumenta a presença de empresas multinacionais e o processo de industrialização é pautado sobre o capital internacional, com a admissão do planejamento como fundamento para o desenvolvimento. Durante a ditadura militar, houve nova aceleração da industrialização, mas com o perfil de produção de bens duráveis para um mercado consumidor nacional muito restrito por um lado, e para exportação de bens primários, de outro.

No fim da ditadura militar e no governo de José Sarney, o Brasil ainda estava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal que já estava em curso nos países capitalistas centrais e em alguns países da América Latina. Somente ao final da década de 1980 as empresas começaram a adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos e novas formas de organização social do trabalho. O uso de informática e microeletrônica, o processo de administração de estoques *just-in-time*, os

⁶ O Consenso de Washington foi o termo cunhado pelo economista John Williamson para denominar um conjunto de recomendações de políticas econômicas elaboradas por instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial para serem aplicadas em países em desenvolvimento, principalmente da América Latina, com base nas quais seria possível acelerar o desenvolvimento e a sua inclusão nos mercados globalizados.

programas de qualidade total passaram a fazer parte do ambiente empresarial no Brasil, onde eram aplicados modelos importados de outras economias em que já haviam sido experimentados décadas antes. Tais mudanças muitas vezes foram impostas por empresas transnacionais às suas subsidiárias no País, inspiradas no sucesso do toyotismo japonês e nas formas flexíveis de acumulação do capital, com expressiva redução do uso do trabalho e crescente financeirização e internacionalização das atividades. As empresas brasileiras, por sua vez, sentiam a necessidade de estar preparadas para uma nova fase de competitividade internacional com a abertura comercial.

As novas formas de relacionamento do capital com o trabalho eram também uma resposta ao avanço do novo sindicalismo na década de 1980, através do qual os trabalhadores começavam a reivindicar direitos aos quais sempre tiveram acesso restrito no Brasil, e garantia de leis e regulamentações que incomodavam os empresários. Foram implantadas receitas de acumulação flexível de origem japonesa, que pregavam a produção “enxuta” como estratégia de sobrevivência num ambiente de concorrência internacional crescente. Sob esta alegação de necessidade de sobrevivência, as empresas buscavam rebaixar a remuneração dos trabalhadores e utilizar intensivamente a força de trabalho, com o mínimo de trabalho humano possível e com novas formas de organização social do trabalho dentro da empresa, como principais meios de garantir ganhos de produtividade em relação aos concorrentes internacionais.

A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços. (ANTUNES, 2006)

Grande parte das incertezas e turbulências resultantes dessas transformações se deve ao “deslocamento” da centralidade do trabalho de seu lugar social nas sociedades contemporâneas. A importância social do trabalho, sobretudo na forma de representações sindicais e organizações de classes, foi diminuída, o que tem alimentado debates anunciando o fim do trabalho ou o fim da centralidade do trabalho, de forma completa e irreversível.

Linhart (2007) coloca que a questão da organização do trabalho está diretamente ligada ao debate sobre os novos modelos socioprodutivos, que vem sendo o principal enfoque dos economistas e sociólogos do trabalho, principalmente na Europa, e mais especificamente na

França. De um lado, alguns estudiosos⁷ acreditam no esgotamento do modelo taylorista-fordista, sendo que estaria surgindo um modelo que se caracterizaria pelo estabelecimento de redes entre empresas de territórios definidos, que se beneficiam de tecnologias sofisticadas e relações sociais consensuais enraizadas em uma área geográfica e social próxima, que difere do modelo de produção industrial em massa. A questão territorial é importante e tais redes podem ser identificadas em algumas regiões da Itália e da França. Essa linha de pensamento vem influenciando diversos estudos e políticas públicas no Brasil, como as que tratam de arranjos produtivos locais, por exemplo. Outros autores, mais influenciados pelo modelo japonês, identificam o surgimento de uma organização flexível influenciada pela demanda e com uma divisão de trabalho nitidamente qualificada e “enxuta” (*lean production*), que caracterizam o chamado “toyotismo”. Entre os estudiosos que defendem o surgimento de um *pós-taylorismo*, o trabalho se caracteriza como mais abstrato, mais intelectual, com mais responsabilidade e autonomia e maior influência de novas tecnologias, sobretudo da informação. Por fim, para uma outra corrente de pesquisadores do trabalho, mais céticos, “estamos assistindo a nada mais do que a adaptação à nova situação econômica e tecnológica de um taylorismo que não quer morrer.” (LINHART, 2007, p. 27.)

No entanto, a própria delimitação dos conceitos de fordismo e taylorismo é complexa, sobretudo quando tratamos de mercado de trabalho como o brasileiro, no qual a consolidação de tais modelos nunca se deu. Mesmo assim, esse debate sobre as transformações recentes no mundo do trabalho traz à tona uma questão importante para os trabalhadores, sejam eles brasileiros ou não, que é a da representação simbólica do trabalho em nossa sociedade. Questão ainda mais relevante para os jovens que estão chegando ao mundo do trabalho. Mesmo com as mudanças tecnológicas e organizacionais recentes, houve, em paralelo, um fortalecimento da ideologia do consumo, que se deu de forma diferenciada no mundo industrializado desde o final do século XX. Com o crescimento do desemprego, o papel do trabalho na vida dos indivíduos não é só instrumental, ou seja, de necessidade para a obtenção de uma renda, de um lugar na sociedade, mas é de existência em “microcoletivos que alimentam um vínculo social”.

Para os que não trabalham, é difícil encontrar referências que lhes permitam estruturar o tempo, dar sentido à vida, organizar o encontro com o outro, dotar-se de um sentimento de utilidade, de uma imagem pessoal que os valorize. Nunca antes, como nesse período histórico, os indivíduos se curvaram tanto para o mundo do trabalho, nunca antes na sociedade fora do trabalho se tornou tão deserta no plano do sentido. (LINHART, 2007, p.61).

⁷ Segundo Linhart (2007), os principais autores desta corrente são Piore e Sabel (p. 25).

Para os jovens que não trabalham, mais especificamente, a incerteza, a formação de redes sociais frágeis, os longos períodos de ociosidade intercalados de pequenos trabalhos, a delinqüência, fazem parte de seu cotidiano, o que eles chamam de “galera”, que é diferente das gangues e dos grupos dos anos 1960 a 1970 (DUBET, 1987). A “galera” seria a manifestação da dominação, uma experiência de sobrevivência definida pela convergência de forças de exclusão, ou seja, um produto da destruição dos antigos modos de ação e de regulação, principalmente de uma “cultura ou ética operária”, e como uma das conseqüências da crise dos movimentos capazes de dar um sentido à dominação à qual são submetidos. É resultado do declínio da cultura popular das sociedades industriais, que ocorre em paralelo ao processo de reestruturação produtiva desde o final dos anos 1990, que antes valorizava o papel e a dignidade do trabalho na vida cotidiana. Quando essa cultura comunitária é destruída, os jovens não podem criar sistemas de identificação estáveis nem ter asseguradas novas formas de inserção. O grau de exclusão é fortemente associado à conjuntura econômica e de desemprego, à impossibilidade de ter acesso a uma profissão e à escolaridade aceitável. (DUBET, 1987).

As discussões teóricas tratam principalmente sobre as mudanças resultantes da chamada “crise da sociedade salarial”⁸, que vai além da crise da sociedade centrada no trabalho, mas é percebida como crise da relação social do assalariamento, com a redução dos empregos socialmente protegidos. As características originais de precariedade presentes no processo de proletarianização descrito por Marx ainda no século XIX são atualizadas na nova conjuntura social e econômica resultante das transformações recentes do capitalismo, da revolução informacional, do aprofundamento da internacionalização econômica e de novas formas de produzir. O que caracteriza a nova fase do capitalismo mundial é a *flexibilidade* nas relações de trabalho, o que, no caso brasileiro, sempre foi característica do mercado de trabalho e torna-se mais intensa e abrangente no início deste século XXI.

A nova questão social do trabalho ultrapassa a investigação da condição salarial estrita, formal, construída pelo Estado de Bem Estar Social e que aparecia no horizonte dos trabalhadores como perspectiva de acesso a direitos. A questão agora é entender a diversidade das relações de trabalho e de assalariamento, antes consideradas secundárias, em vias de desaparecer, e agora percebidas como atípicas, não padronizadas, funcionais à flexibilidade exigida pelo capitalismo. E outras palavras, a diversidade, heterogeneidade e desorganização do mundo do trabalho e da produção colocam permanentemente novas questões para a compreensão da dinâmica da sociabilidade capitalista. (LIMA, 2004).

⁸ CASTEL, 1998; LIMA, 2004.

Organizações históricas de trabalhadores foram representativas na formação de políticas para toda a sociedade e não apenas voltadas a interesses corporativos ou de grupos inseridos no mercado de trabalho. Categorias sociológicas vêm sendo construídas fundamentalmente com base no papel social do indivíduo nas relações de produção. O reconhecimento de formas de subemprego protegido como ocupação e a precarização da inserção no mundo do trabalho leva a um crescimento relativo do desemprego, que passa a ser estrutural.

Castel (1998) enumera três pontos de cristalização do processo de precarização do trabalho: a *desestabilização* dos estáveis; de *instalação da precariedade* e um *déficit de lugares* ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público. O desemprego estrutural ou recorrente constitui, assim, uma importante dimensão do mercado do emprego. Passa a existir toda uma população, principalmente de jovens, “empregável” basicamente para tarefas de curta duração e sem estabilidade. Como resposta a flexibilidade, aumenta a alternância de atividade e inatividade, que passa a ser mais desemprego do que inatividade, como entendida em seu sentido clássico na economia e sociologia do trabalho. (CASTEL, 1998, p.528).

Mesmo nos países onde o Estado de Bem Estar Social mais avançou, como nos países da Europa ocidental, o que se convencionou chamar de “conquistas sociais” da sociedade de bem estar têm sido questionadas. Os riscos sociais que eram cobertos pelos sistemas de seguridade social ampliaram-se com o processo de reestruturação produtiva e a precarização nas condições de vida e trabalho. Fenômenos como a exclusão e o desemprego de longa duração tornaram-se estruturais e permanentes. E existem numerosas críticas a respeito da maneira como o Estado conduzia a necessária libertação das tutelas tradicionais e das injustiças herdadas do passado. Contra o denunciado efeito de despolitização da sociedade, provocado pelas formas burocráticas e impessoais de gestão do Estado social, é necessário que a ação política e social seja baseada no envolvimento dos cidadãos. (CASTEL, 1998, p.505).

Nos países onde os sistemas de bem estar mais avançaram, o Estado ocupou um lugar importante no processo redistributivo, sem que tenha sido de fato construído um sistema efetivamente redistributivo na sociedade como um todo. Priorizaram-se grupos sociais específicos como beneficiários de políticas e programas sociais, voltados para problemas considerados prioritários, em detrimento da universalização de direitos. Rosanvallon (1998) faz uma crítica ao papel do Estado na sociedade moderna, a partir da França, considerando que, além das mudanças econômicas e ideológicas, a crise do Estado providência assistencial

está levando a se repensar os acordos de laços sociais e cívicos, o contrato social que está por trás do Estado de Bem Estar. O princípio assistencialista do Estado providência pressupõe que os indivíduos são iguais frente a diferentes riscos sociais, o que é equivocado. Para o autor, o reconhecimento do acirramento das diferenças entre os indivíduos traz a necessidade de cidadania social e de retorno a um “Estado-cívico-providência” fundamentado na lógica da solidariedade, baseada no tratamento diferenciado dos indivíduos de acordo com suas necessidades. Portanto, o “Estado providência” deve evoluir na direção de um “Estado-solidário-providência”, revitalizando o senso cívico do contrato social de forma que a solidariedade torne-se o laço social e o novo cimento coletivo. A proposta é retomar a idéia do direito à remuneração relacionada verdadeiramente com o direito ao trabalho que permite a inserção, no lugar de manter por longo tempo na esfera de exclusão os desempregados indenizados. Deve-se passar da indenização (conceito arcaico de solidariedade) à inserção, renovando a tradição do direito ao trabalho. (ROSANVALLON, 1998).

No entanto, as transformações recentes nas relações de trabalho, nos arranjos familiares, nas alternativas de inclusão social diversas às clássicas formas de submissão do trabalho ao capital “produtivo” trazem à luz outras formas de identidade e demandas de espaços de ação, por grupos sociais com múltiplas formas de coesão social além do trabalho. A globalização nas sociedades contemporâneas, além de ser representada pela mundialização dos capitais financeiro e produtivo, é um complexo processo de forças e mudanças que integra comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e experiência, mais interconectado. (HALL, 2006). Isso torna também mais complexa a ação do Estado nacional e, ao mesmo tempo, traz à luz comportamentos e manifestações coletivas de novas formas de identidade fora da cultura nacional. As identidades tornam-se mais plurais e diversas, dificultando a mobilização de grupos sociais em organizações representativas.

Associado a essa fragmentação das identidades, o discurso de “diminuição da importância política do trabalho” fez com que o peso das organizações representativas que influenciavam na formação de políticas de governabilidade social das nações, no que diz respeito ao papel do trabalho na manutenção de direitos sociais universais, antes reconhecidos em todos os ambientes de poder, fosse minimizado e tornado trivial. As organizações representativas do mundo do trabalho tentam manter, com grande esforço, as conquistas de bem estar social da era de ouro do Estado Social intervencionista, seja sob o ataque do discurso desregulador do mercado triunfante ou pela defesa pós-moderna ao direito ao consumo imaterial isento de

trabalho, ambas as visões que restauram o individualismo como essência. (ALONSO, 2000).

A quebra do estatuto institucional do trabalho nas sociedades modernas pode ser percebida tanto na perda de direitos trabalhistas e de cidadania como no deslocamento e fragmentação das trajetórias de vida no mundo do trabalho, com efeitos perversos sobre os modos de vida das pessoas. O trabalhador vive em penosa busca de acomodação no mundo do trabalho, aceitando “postos de trabalho” instáveis, sem horizonte futuro, voláteis e dissociados de qualquer compromisso social que não seja a mais restrita rentabilidade privada para o contratante. A relação salarial passa a apresentar-se, pois, como um contrato privado entre partes soberanas e autônomas, reduzida ao mínimo de regulação e garantias, diferente da anterior ordem negociada entre as partes – se bem que negociada em posições de poder assimétricas – com efeitos desintegradores e de aumento das desigualdades sociais. Com isso, grupos especialmente vulneráveis em termos de organização social e poder de negociação na relação capital-trabalho passaram a acumular custos sociais do modelo de máximo aproveitamento dos “recursos humanos”, com controle social decrescente, imposto nos mercados de trabalho pós-fordistas.

Os últimos anos do século XX e primeiros do século XXI têm se apresentado como cenários de metamorfoses das paisagens econômica e social. Na economia, mudanças tecnológicas significativas e rápidas, principalmente na agricultura e na indústria, fizeram com que um elevado número de trabalhadores fosse considerado dispensável aos novos padrões de produção. Além disso, ocorreu uma verdadeira revolução nos modelos de consumo a partir da abundância da produção em massa, criando novas necessidades de bens e serviços imateriais, tais como lazer, educação, saúde, cultura, comunicação e outros. As sociedades predominantemente rurais e mesmo as relações de trabalho industriais reguladas deixam de ser o modelo predominante ou a tendência desejável, respectivamente, cedendo espaço às atividades de serviços e comércio, cada vez mais informais e desreguladas.

As exigências para a entrada no mundo do trabalho mudam de tal forma que profissões tradicionais deixam de existir simplesmente ou estão em contínua renovação, e o papel social do trabalho assalariado se transforma. O papel do trabalho na sociedade vai além da simples troca de força de trabalho por salários, pois exprime o espaço dos indivíduos nesta sociedade, com função social e simbólica que ultrapassa a função de atender às necessidades individuais de sobrevivência. De acordo com Drancourt e Berger (2001), devem ser consideradas três dimensões em relação ao trabalho:

- A dimensão instrumental e material que se refere ao trabalho como fonte de rendimentos e riqueza exteriores e quantificáveis, para atender necessidades básicas, fundamental, sobretudo, para os jovens mais pobres;
- A dimensão social que envolve a socialização, as relações humanas no trabalho, a ambientação, as possibilidades de cooperação, de inovação e, sobretudo, as formas de reconhecimento social;
- A dimensão simbólica que diz respeito ao universo de significados positivos ou negativos atribuídos ao trabalho pelos indivíduos na construção das identidades sociais.

A partir de uma leitura da juventude europeia, as autoras apresentam três figuras emblemáticas, estreitamente ligadas, que poderiam dar conta da evolução das referências que se faz ao trabalho nos dias de hoje quando se fala dos jovens que entram na vida ativa:

- A figura do jovem trabalhador urbano moderno, que se reconhece através do trabalho como economicamente e socialmente útil, mesmo que enfrente baixos salários e precárias condições de trabalho;
- A figura do jovem “estudante”, de quem se espera muito no trabalho caracterizado por elevadas exigências tecnológicas que vão além da educação formal tradicional e, ao mesmo tempo, para o qual a simples “qualificação” técnica é insuficiente frente ao perfil “inovador e empreendedor” exigido; neste grupo estão aqueles com vida escolar prolongada, sempre estudando, esteja ou não ocupado, condição agora rara e reservada a certas camadas sócias;
- A figura do jovem “precário”, menos escolarizado, ao qual são concedidos postos de trabalho precários, nos quais ele não se sentirá nem reconhecido, nem com expectativas atendidas; ele faz parte do grupo de jovens desempregados, sempre em busca trabalho em que se reconheça socialmente, principalmente no que diz respeito aos padrões de consumo, condição predominante entre os jovens mais pobres.

Os jovens em situação precária produzem uma relação com o trabalho fundamentada sobre o princípio da hesitação, da ambivalência e da reversibilidade. Se a hesitação entre engajamento ou desengajamento no trabalho já caracterizou as formas de vida operárias, hoje ela caracteriza a vida dos jovens, principalmente aqueles que vivem em situação precária. E esta questão do engajamento no trabalho continua, mais do que nunca, ligada ao sentimento de ser aceito socialmente através da realização de si e da auto-estima. (DRANCOURT e BERGER, 2001).

No caso da juventude brasileira, é importante trazer à discussão as condições de funcionamento da economia brasileira no período recente, quando ocorreu rápida e profunda reestruturação produtiva, principalmente desde o final dos anos 1980. Os desafios dessas transformações foram colocados para todos os trabalhadores, mas particularmente àqueles que estão procurando um primeiro emprego e ingressando pela primeira vez no mundo do trabalho.

Para os jovens, além do obstáculo colocado pelo baixo crescimento da economia, que freia a abertura de novos postos de trabalho, a reestruturação produtiva implicou na destruição de portas de entrada no mercado de trabalho tradicional, em decorrência de mudanças tecnológicas, como no caso dos bancos, para os mais escolarizados, e da construção civil, para os menos qualificados, embora tenha propiciado também o surgimento de novos espaços pra incorporação da força de trabalho juvenil, como é o caso dos *call centers* e do serviço de *motoboys*. (BORGES, 2007).

Apesar de segmentações e precarizações recentes, o trabalho continua como uma força estruturante na construção das identidades sociais dos jovens. Aqueles que estão entre os desempregados ou reduzidos ao trabalho precário, mostram-se profundamente decepcionados nas suas expectativas em relação ao trabalho, que reproduzem o seu valor simbólico transmitido entre as gerações. Assim, alguns desses jovens “precários” aparecem “paralisados” socialmente, muitas vezes sem estudar nem trabalhar; outros tentarão se adaptar a tal situação; outros ainda tentarão inventar espaços de atividade nos quais possam desenvolver criativamente seu papel econômico, cultural e simbólico na sociedade e possam se sentir reconhecidos como parte dela, onde trabalhar possa retomar um sentido “positivo”.

A violência passa a ser parte do cotidiano dos jovens “precários”. Estudo do Observatório de Favelas, no Rio de Janeiro, traz exemplo claro da interligação dos percursos de jovens envolvidos no tráfico de drogas e sua falta de perspectivas no mundo do trabalho. A inserção no tráfico de drogas se dá principalmente pela motivação econômica e à falta de acesso ao mercado de trabalho. No entanto, os jovens declararam que outros elementos, de ordem

subjetiva, são importantes, tais como “adrenalina”, “sensação de poder” e “prestígio” que atingem ao fazerem parte dessa rede nos seus grupos sociais, principalmente entre os próprios jovens. Em 31,7% dos casos, os jovens ajudam financeiramente a família, mas muitas vezes a inserção na rede ilícita é desaprovada pela família, gerando rejeição a qualquer ganho obtido por este meio. A importância do consumo como significado de pertencimento nos grupos sociais dos quais fazem parte tem também grande peso: além da ajuda à família, mais de 57% destinam seus rendimentos a gastos com roupas e lazer. (SOUZA E SILVA, 2006).

Os estudos voltados para a identificação da percepção do valor do trabalho entre os jovens indicam que, para a maior parte deles, não há mais equilíbrio entre as três dimensões do trabalho: as dimensões social e simbólica destacam-se, assim como a dimensão instrumental, e não há mais limites entre elas. Uma forte identificação com o trabalho realizado não é limitada ou superada pela preocupação com a retribuição material que dele se possa obter. No entanto, em momento de crise no curso de novas experimentações sociais em relações e formas de trabalho, a dimensão instrumental, em geral, encobre as dimensões social e simbólica.

Capítulo 3 – Juventude em discussão

A juventude constitui-se em uma fase da vida vulnerável *per se*, pois é quando muitas das características dos indivíduos são delineadas, o que ocorre, muitas vezes, em situações de conflitos e rupturas. Isso pode aumentar ou diminuir a vulnerabilidade dos jovens, mas não deixa de ser um momento de buscas e definições. Os trabalhadores jovens viram-se acudados materialmente neste contexto de alterações das relações de trabalho. A cultura do desemprego nos anos de crise favoreceu o surgimento de grupos juvenis especialmente marginalizados em relação ao padrão das trajetórias “normalizadas” por mecanismos de inserção próprios ao modelo corporativista de regulação do trabalho. Os efeitos da desigualdade social que vêm se acumulando na estrutura social, com a tendência a favorecer os mais poderosos e fragilizar ainda mais os mais vulneráveis, são especialmente graves em grupos sociais tradicionalmente vulneráveis, como os jovens, principalmente aqueles pertencentes a classes com recursos cada vez mais escassos – relacionais, institucionais, econômicos, educacionais, políticos etc. – para conseguir se mobilizar e trocar experiências. (ALONSO, 2000, p.63).

Considera-se como condição de vulnerabilidade que caracteriza a juventude trabalhadora aquela descrita por Castel (1997), como estado de privação material, de segregação, discriminação e de desvinculação ou desfiliação social e espacial, numa conjuntura contemporânea inédita na história. Tem relação direta com a categoria de jovens “precários”, citados por Drancourt e Berger (2001), mas como uma tendência predominante nas condições dos jovens trabalhadores brasileiros. A condição de excluído ou vulnerável é resultado das mudanças da sociedade que provocam aumento do desemprego, precarização das condições de trabalho, dificuldade de acesso a serviços sociais básicos, fragilização das relações familiares e desvinculação política, com enfraquecimento das instituições. Todas estas formas de exclusão levam a um conjunto de vulnerabilidades que operam como obstáculos difíceis de superar.

A questão que se coloca é a de que se torna necessário recompor a paisagem da questão social para definir uma problemática nova, correspondente a uma nova conjuntura contemporânea. Para tanto, Castel escolhe uma abordagem que consiste em considerar aquilo que têm em comum todos aqueles considerados “pobres”, a sua vulnerabilidade social, podendo chegar à última etapa de exclusão social: a “desfiliação”. A hipótese considerada pelo autor é a de que as pessoas “vulneráveis” estão todas em processo de ruptura de seus laços sociais, e sua condição de pobreza é consequência de uma não inclusão (no mundo do trabalho) e não

inserção (social), de fragilidade dos suportes relacionais. A pobreza aparece, portanto, como uma série de rupturas de laços de pertencimento e de impossibilidade de construção de ligações sociais; é resultado de um processo crescente de precarização e fragilização, que não está restrito à dimensão econômica, mas, além dessa dimensão, traz uma nova conjuntura de fragilização nas relações familiares e em outras relações sociais. A “desfiliação” seria o último estágio desse processo, com a exclusão do mundo do trabalho, da família, da comunidade, da sociedade como um todo.

Castel (1997) elabora um esquema que se constitui da conjunção de dois vetores: um eixo de inserção/não inserção pelo trabalho e um eixo de inserção/não inserção em uma sociabilidade sócio-familiar. O indivíduo pode estar inserido completamente nos dois eixos (*zona de integração*), quando dispõe de garantias de um trabalho permanente ou pode mobilizar bases relacionais sólidas na sociedade. A *zona de vulnerabilidade* está relacionada à precariedade no trabalho e fragilidade relacional. Já a *zona de desfiliação* conjuga ausência de trabalho e isolamento social. Portanto, tais zonas serão definidas conforme a condição de inserção ou não inserção no eixo do trabalho, mas não no eixo da família e/ou da comunidade, e assim por diante.

O indivíduo que está desvinculado na esfera do trabalho sofre maiores conseqüências do que aquele desvinculado apenas na área familiar, pois o seu sustento e o de sua família, sua participação na comunidade, assim como todo o funcionamento das relações sociais e da cidadania estão baseados na sua inserção ocupacional. A condição de vulnerabilidade, que conjuga precariedade do trabalho e fragilidade relacional, pode passar à zona de desvinculação, onde o indivíduo encontra-se sem trabalho e em isolamento social: “ao final do processo, a precariedade econômica torna-se privação, a fragilidade relacional, isolamento” (CASTEL, 1997, p. 139).

No que diz respeito mais diretamente à precariedade do trabalho, o sinal mais visível da desestruturação do mercado de trabalho recente foi o aumento do desemprego ao final do século XX, caracterizado pela generalização do assalariamento e pela preponderância de contratos de duração indeterminada, em condições precárias e com alta rotatividade. Na conjuntura atual, há predominância da zona de vulnerabilidade, “inflada” pela precarização das condições de trabalho. Os trabalhadores precários estão na condição de desempregados ou ocupados em posições e atividades de baixo reconhecimento social, mal remuneradas e de curta duração, que exigem pouca qualificação; tal condição pode ser comparada à zona de

vulnerabilidade descrita por Castel e é neste sentido que o termo “vulnerabilidade” será utilizado neste estudo.

Além disso, será feito um paralelo da condição dos jovens que não trabalham, não estudam e nem procuram trabalho com a zona de desfiliação ou desvinculação descrita por Castel, pois se entende que esses jovens têm uma situação mais frágil e correm sérios riscos de cair na marginalidade e exclusão. Para categorizá-los neste estudo, no entanto, serão utilizadas apenas suas características de desvinculação do mundo do trabalho e da escola. A fragilização das organizações sociais e de representação no mundo do trabalho agravam essas condições já vulneráveis. Para os jovens, a conjuntura de vulnerabilidade e desfiliação é claramente identificada quando analisadas as suas condições de inserção no mundo do trabalho, que serão descritas no capítulo 4.

A obrigatoriedade das escolhas na fase juvenil não é necessariamente acompanhada pelo amadurecimento psicossocial dos jovens, os quais, na maior parte das situações, não dispõem de informações e experiência suficientes para fazer opções, de forma isolada e completamente autônoma, que repercutirão em seu futuro. A inexistência de laços sociais sólidos, sejam eles familiares ou na comunidade, dificulta ainda mais a inserção do jovem no mundo do trabalho, submetendo-os ao maior risco de exclusão e marginalização.

Portanto, por ser um grupo social muito representativo da zona de vulnerabilidade, muitos organismos e instituições brasileiros e internacionais identificam a juventude como um dos principais *locus* estratégicos para a definição de políticas públicas, com o reconhecimento de uma multiplicidade de enfoques e identidades inerentes à etapa da vida. Por isso mesmo, são muitos os temas que, direta ou indiretamente se relacionam com as diversas “juventudes”, que vão além das questões econômicas de inserção no mundo do trabalho: transição para a vida adulta, educação, fragilidades psicossociais, violências, sexualidade, drogas, entre outros.

No Brasil, a questão da juventude entrou na agenda da sociedade a partir dos estudos populacionais, pelo temor de uma “explosão demográfica”. Primeiro, pela sua magnitude. O grande contingente de jovens no país é resultado de uma característica particular da dinâmica demográfica brasileira dos anos 1970 e 1980, chamada de “onda jovem”. Além disso, o aumento da fecundidade na adolescência e suas conseqüências, em curso desde os anos 1970, também contribuiu para acentuar esse temor.

A partir daí, novas questões foram sendo adicionadas ao debate sobre juventude, tais como:

instabilidade e precariedade na sua inserção no mercado de trabalho, instabilidade das relações afetivas, violência das grandes cidades, taxas crescentes de prevalência e mortalidade por doenças sexualmente transmissíveis, em especial a Aids. Não é incomum que os jovens sejam associados à marginalização e à criminalidade, ao “não querer nada com a vida”. Todas essas questões caracterizam a discussão sobre juventude pela ótica pessimista e levaram a centralizá-la na “crise dos jovens”.⁹

Uma das linhas de pesquisas da UNESCO no Brasil, por exemplo, denomina-se “identidades juvenis, vulnerabilidades e participação no urbano e no rural, comparações internacionais”. Nesses estudos, Abramovay, Castro et al (2002)¹⁰ tratam do conceito de vulnerabilidade social. A idéia nesse conceito é sair do círculo descritivo e que reduz os pobres a não sujeitos, diferenciando-se de conceitos já bastante criticados, como o de exclusão e pobreza. Com o conceito de vulnerabilidade social, não se perde o único, o identitário, ao mesmo tempo em que se consideram diversos níveis, como as relações de classes sociais, as estruturas históricas e econômicas.

Assim recorre-se ao conceito de vulnerabilidade no plano de nexos com os debates de Bourdieu, sobre cultura e sociedade, indicando formas de lidar com vulnerabilidades pelos vulneráveis. Inclui-se no debate sobre as vulnerabilidades sistêmicas, não somente as “faltas materiais”, mas também a violências simbólicas que, por terem legitimidade social, reproduzem-se, muitas vezes, com a conivência das vítimas. Assim, a violência simbólica seria uma vulnerabilidade pelo que impede a revolta, a crítica, pois está amparada por poderes legítimos que codificam o imaginário social.

Numa sociedade capitalista, com influência histórica de estruturas escravistas, sobretudo na Bahia e em Salvador, as relações de poder e dominação são reproduzidas nas formas de inserção no mundo do trabalho. Nestes tempos de impotência do sujeito frente a sistemas, recorre-se às armas que se tem. Em sociedades em que se privilegia o valor de ter poder, quer pelas aparências, quer pelo dinheiro, quer pelos bens de consumo, os jovens valorizam o acesso a bens simbólicos e materiais, o que influencia expressivamente sua visão sobre o valor do trabalho nas suas vidas.

Quando são tratados temas relativos a vulnerabilidades sociais como violência, desemprego, dificuldades no acesso a educação e serviços de saúde de qualidade, carências de bens e

⁹ CAMARANO (2006).

¹⁰ ABRAMOVAY; CASTRO et al (2002).

serviços culturais, lazer e esporte, a presença de jovens nos indicadores é sempre marcante. Nessa perspectiva, a juventude representa um grupo com necessidades e possibilidades concretas no presente, e não apenas uma promessa de futuro – ou de ausência dele – que querem participar como sujeitos do desenvolvimento social do país.

O governo brasileiro já reconhece a condição de *zona de vulnerabilidade*, nos moldes do conceito proposto por Castel, como critério de inclusão de usuários da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos são aqueles com “perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social”. (BRASIL, 2004, p.31)

Entre os serviços de proteção social básica previstos no PNAS, há uma preocupação clara com a desfiliação social quando são colocadas como prioritárias a atenção integral às famílias, a proteção, socialização e fortalecimento dos vínculos familiares dos jovens e o incentivo ao protagonismo juvenil, além dos programas de inclusão no mundo do trabalho. (BRASIL, 2004, p.34)

3.1 Quem são os jovens na sociedade contemporânea? Introdução ao conceito de juventude

O interesse pela juventude tem como equivalente um conjunto de dificuldades de delimitação deste conceito. A delimitação do que se constitui “juventude” é, na verdade, uma forma arbitrária de divisão da sociedade, principalmente pelo critério de idade ou de ciclo de vida, já que não é possível determinar objetivamente em qual idade termina a juventude e começa a “idade adulta” ou a velhice, assim como é complexo definir uma “linha de pobreza”, que delimita quem são os pobres segundo critérios quantitativos de rendimento, por exemplo.

Segundo Bourdieu (1978), “de fato, a fronteira entre juventude e velhice é em todas as sociedades um jogo de luta”, ou seja, uma forma de reservar aos mais velhos a posição de

“sabedoria” ou de poder. Os jovens ficavam identificados com estereótipos de irresponsáveis, “idade da paixão”, sendo necessária a divisão de poder em favor dos mais “maduros”, mais responsáveis, mais velhos. A classificação dos indivíduos por idade – assim como também por sexo ou por classe social – impõe limites e produz uma ordem na qual cada categoria deve se colocar em seu lugar. Portanto, os cortes de idade ou de geração são muito variáveis e sujeitos a manipulações. A juventude é, portanto, um conceito construído socialmente como resultado da luta de poder entre mais jovens e mais velhos e as relações entre idade social e idade biológica são muito complexas.

Conforme Bourdieu, cada campo social tem suas leis específicas de envelhecimento, ou seja, deixam de ser jovens e passam a ser considerados como adultos as pessoas que atendem a determinados requisitos definidos em diferentes campos sociais. Para ser eleitor, para ser tratado como adulto diante do código penal, por exemplo, as idades limites, principalmente a idade mínima, podem ser diferentes na construção de categorias. E, para saber como se categorizam as gerações, é preciso conhecer as leis específicas de funcionamento do campo, os embates e as divisões que tais embates operam. Desta forma, pode-se perceber que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de relacionar tais interesses a uma idade definida biologicamente já se constitui uma manipulação evidente. (BOURDIEU, 1978). A comparação das diferentes juventudes no mercado de trabalho, aqueles jovens que já trabalham e aqueles, de mesma idade (biológica), que só estudam, por exemplo, levará à identificação de diferenças em todos os domínios da existência desses jovens.

Assim, não se pode considerar dentro de um mesmo conceito de juventude universos sociais que não têm praticamente nada em comum: por um lado, alguns jovens são considerados adultos em algumas situações e crianças em outras, jogando nos dois lados. Esta é a razão de alguns jovens de classes mais ricas tenderem a prolongar a adolescência, aproveitando ao máximo o espaço de possibilidades que lhes é oferecido. No outro extremo, os jovens trabalhadores das classes mais pobres têm um conjunto de opções ou oportunidades bem mais restrito e, muitas vezes, nem mesmo conhecem a adolescência. Entre essas duas posições sociais extremas, encontramos muitas figuras intermediárias.

Por outro lado, outro elemento importante é quando, num determinado período, a pressão demográfica de um grupo de pessoas biologicamente mais jovens no conjunto da sociedade se

intensifica e quando, ao mesmo tempo, as lutas entre gerações atingem uma maior intensidade: é o momento quando as trajetórias dos jovens e dos mais velhos se entrecruzam e os jovens passam a aspirar mais cedo à ascensão social. Com os fenômenos da “onda jovem” e com o envelhecimento da população, tais conflitos são acirrados e só podem ser evitados quando os mais velhos conseguem controlar o ritmo de ascensão dos mais jovens, que, por sua vez, interiorizam os limites que lhes são impostos socialmente e nem mesmo têm a idéia de reivindicar uma posição social até que “chegue o momento adequado” no seu ciclo de vida. Quando o “senso de limites” se perde, aparecem os conflitos em relação aos limites etários, entre grupos etários, que têm como objetivo a transmissão de poder e de privilégios entre as gerações. (BOURDIEU, 1978).

Do ponto de vista demográfico, os jovens são, principalmente, um grupo populacional que corresponde a uma determinada faixa etária que varia segundo contextos particulares, mas que, geralmente, está localizada entre os 15 e os 24 anos de idade, que é categorização adotada neste estudo. No entanto, no caso de áreas rurais ou de pobreza extrema, o limite se desloca para baixo e inclui o grupo de 10 a 14 anos; em estratos sociais médios e altos urbanizados se amplia para cima para incluir o grupo de 25 a 29 anos. Em outro exemplo de categorização, as políticas públicas de fomento aos jovens trabalhadores do meio rural, a categorização se altera para pessoas de 16 a 29 anos, com outros elementos de qualificação, como a condição de “filho” na família.¹¹ No caso específico do Conselho Nacional de Juventude, o Conjuve, admite-se o grupo de 15 a 29 anos.¹² Segundo diversas circunstâncias particulares, identifica-se como jovens, um conjunto de pessoas de idades variáveis que não pode ser tratado com começo e fim rígidos.

De acordo com os parâmetros definidos pelo Conselho Nacional para a Juventude, o Conjuve, a juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa-etária, que no Brasil congrega pessoas com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos, um grupo ampliado que engloba diferentes realidades sociais e etapas de transição para a vida adulta. Ainda que se incorra em imprecisões – pois em algum nível toda categorização é, obrigatoriamente, imprecisa e incompleta – a definição de faixa etária é uma boa aproximação para efeito de homogeneidade na construção de estudos com dados oficiais. No entanto, a classificação etária serve apenas como um parâmetro social para o reconhecimento da fase juvenil de forma

¹¹ Na linha de crédito do Programa Nacional de apoio à Agricultura Familiar, PRONAF Jovem do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal (www.mda.gov.br).

¹² NOVAES et al (2006).

operacional na elaboração de estudos.

Borges (2007), por exemplo, categoriza como jovens as pessoas de 18 a 29 anos de idade, justificando a opção pela exclusão dos adolescentes de 15 a 17 anos da categoria devido às particularidades relacionadas com a ampliação da escolaridade e com as restrições legais ao trabalho de menores de 16 anos, o que gera distinções dos adolescentes em relação aos grupos seguintes quanto a características de frequência à escola, atividade, desemprego e inatividade. Por outro lado, admite a inclusão dos “jovens adultos” de 25 a 29 anos como forma de “apreender melhor as mudanças no padrão de inserção no mercado de trabalho, uma dimensão central para a transição para a idade adulta e que parece estar contribuindo para o prolongamento desta transição ou para a re-configuração dos próprios status sociais de jovem e de adulto”. (CAMARANO, 2006 apud BORGES, 2007, p. 1).

De forma geral, o termo “juventude” refere-se ao período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero. Convencionalmente, para comparar a situação de jovens em distintos contextos e fazer um acompanhamento da evolução no tempo, se estabelecem ciclos de idade, o que permite que sua mensuração não apresente maiores problemas de confiabilidade, já que é uma informação investigada na maioria das fontes disponíveis de coleta periódica de dados.

Mas, quais são esses ciclos? Apesar da diversidade de abordagens, o debate não é muito intenso em relação ao limite inferior. De fato, para estabelecer a idade de início da juventude se observa um razoável consenso em dar prioridade aos critérios derivados de um enfoque biológico e psicológico, no entendimento de que o desenvolvimento das funções sexuais e reprodutivas representa uma profunda transformação da dinâmica física, biológica e psicológica que diferencia o adolescente da criança. No caso brasileiro, tal distinção leva em conta também o limite esperado para conclusão do Ensino Fundamental.

No entanto, no estabelecimento do limite superior surgem dúvidas, pois as fronteiras da juventude em relação à fase adulta são mais difusas. Para esclarecer o tema, um primeiro passo é o reconhecimento da crescente abrangência do âmbito juvenil. Com as transformações das relações sociais a partir da crescente urbanização, relacionadas com novos e diversos arranjos familiares e domiciliares, os papéis sociais dos jovens vêm se transformando, o que

dificulta uma clareza a respeito de critérios para transição à fase adulta do ciclo da vida.

A vivência juvenil na contemporaneidade tem se mostrado cada vez mais complexa, combinando processos formativos com processos de experimentação e construção de trajetórias que incluem a inserção no mundo do trabalho, a definição de identidades, a vivência da sexualidade, da sociabilidade, do lazer, da criação cultural e da participação social. O que se ressalta nessa perspectiva é a importância de se considerar a perda de linearidade e de um padrão único na transição para a vida adulta, com possibilidades de trajetórias juvenis intermitentes e reversíveis. Assim, a tendência ao prolongamento e à multiplicidade de dimensões da vida juvenil provocaria a consideração de dois eixos de visão sobre os jovens: sua vida presente (a fruição da juventude) e sua projeção para o futuro (os modos pelos quais deixam de ser jovens para se tornarem adultos).

Desse modo, não só as possibilidades de formação para o exercício da vida adulta têm que ser consideradas, mas também as possibilidades presentes para a vida juvenil. Disso decorre a importância de considerar essa multiplicidade das dimensões.

Outro aspecto são as disputas interdisciplinares por desenvolver uma especialidade no campo da juventude. Um terceiro fator é a perda da nítida definição de características que identificam o que é ser um adulto, inclusive em termos de hábitos, uma vez que socialmente há uma tendência à “juvenilização” dos adultos, em particular quanto à aparência e costumes.

Por outro lado, há que também considerar que os jovens de hoje experimentam um processo de “adulterização” acelerado, estando expostos a grandes vulnerabilidades sociais e múltiplos desafios. São os jovens – talvez mais do que qualquer outro grupo populacional – que enfrentam as maiores incertezas e os riscos advindos do processo de globalização.¹³ Ainda que em algumas partes do mundo os níveis de escolarização tenham aumentado, questiona-se a qualidade do ensino e as dificuldades de permanência nas escolas, e os jovens experimentam grandes dificuldades de incorporação no mercado de trabalho.

Como analisa o estudo de Pais *et al* (2005), a sociologia da juventude desenvolveu-se, grosso modo, segundo dois eixos analíticos principais: ora por meio de abordagens que procuraram definir e entender as características convergentes da “juventude” como categoria social, para a qual a perspectiva de “gerações” de Manheim (1952) é um dos exemplos pioneiros; ora

¹³ Para uma discussão sobre as maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho dos jovens no Brasil, ver capítulo 4.

enfatizando características divergentes que configuram diversas “juventudes” como grupos culturais autônomos, rejeitando, por isso, a existência de uma “juventude” no singular – conceito adotado pela UNESCO em estudos recentes. Num caso valorizam-se elementos cristalizadores, que estabelecem traços comuns na “juventude”; em outro, realçam-se fatores múltiplos, que provocam fragmentações internas nesse universo geracional.

A essas duas perspectivas, Pais *et al* (2005) acrescentariam uma terceira, que agrega estudos e reflexões sobre o modo como se sai da condição juvenil, ou o processo de transição para a vida adulta. Além disso, o “problema” das transições para a vida adulta tornou-se uma das maiores preocupações de pesquisadores e agentes políticos confrontados com processos sociais de transformação que afetam o mercado de trabalho, o sistema de ensino e as dinâmicas familiares. Na verdade, como os jovens tendem a prolongar a estadia na casa dos pais, adiam a assunção plena do estatuto de adulto (estatuto, não identidade), mesmo quando passam a estatutos tradicionais (casamento e parentalidade, por exemplo) ou adotam comportamentos “adultos” socialmente reconhecidos. Ou seja, mesmo conseguindo acesso ao mundo do trabalho, as condições precárias de inserção inerentes ao contexto de reestruturação produtiva atual não permitem aos jovens conquistar as condições objetivas de transição para a vida adulta na sua plenitude. O prolongamento da convivência na casa dos pais passa a ser uma necessidade para manter um padrão de consumo almejado no modelo de sociedade em que vivemos.

Dadas essas diversas abordagens, há os que sustentam a idéia do “prolongamento da juventude” como fase de vida ou os que tomam os jovens contemporâneos como uma “geração suspensa”. São considerados, por exemplo, um determinado conjunto de acontecimentos ou passagens marcos do fim da juventude: emprego em período integral, conjugalidade, parentalidade e constituição de unidades residenciais autônomas da família. Nessa perspectiva, percebe-se uma progressiva dessincronização dessas passagens, conduzindo ao prolongamento da juventude, que combina transições ocorridas na esfera pública da vida (da escola para o trabalho) e na privada (da casa dos pais para seu próprio domicílio). Para conseguir operacionalizar estudos e pesquisas sobre a juventude, nessa construção sociológica, ela é vista como uma categoria social cujas práticas e atitudes são estruturadas por um efeito cronológico de idade, apesar de distinções de gênero, de classe social e outras.

A idéia do “prolongamento da juventude”, freqüentemente associada às “dificuldades de

transição”, está ancorada em dois pressupostos ainda por provar: o primeiro parte do princípio de que os jovens querem passar a ser adultos; o segundo desprende-se da premissa de que, para uma dada faixa etária, essa transição pode ser objetivada em eventos identificáveis. Em qualquer dos casos, perspectivas homogeneizadoras esbarram num cenário de acentuada simplificação de trajetórias, atitudes e comportamentos juvenis, enfraquecendo, conseqüentemente, as fronteiras simbólicas da juventude como grupo específico. Por outro lado, os estudiosos do paradigma do prolongamento da juventude são postos em causa se, ao referirem-se à transição para a vida adulta como um processo quase homogêneo de comportamento, negligenciam as múltiplas transições, concomitantes ou não, que podem desenvolver-se em diferentes tempos e profundamente implicadas no contexto das biografias individuais.

Outros autores, no entanto, têm dado especial atenção à fragmentação das trajetórias, reconhecendo, na potencial reversibilidade de algumas escolhas e percursos de vida, uma tendência característica de algumas trajetórias juvenis na Europa: a “geração ioiô” é uma das metáforas utilizadas para ilustrar os processos de ida e vinda entre o sistema educativo e o mercado de trabalho, entre viver em casa própria e na casa dos pais, ou ainda entre a conjugalidade e a vida de solteiro/a. Apesar de as mudanças sociais e econômicas afetarem, de alguma forma, todos os grupos sociais, as novas gerações têm sido confrontadas de um modo particular com a erosão de certos marcos de referência, até aí relativamente estáveis, no que se refere aos mecanismos de socialização e transição para a vida adulta. Para além de se terem reforçado os processos de singularização biográfica, as transformações no mercado de trabalho (flexibilização e precarização) e nas estruturas familiares (pluralização das formas de organização familiar) enfraqueceram as referências socioculturais que serviam de fio condutor biográfico às trajetórias individuais. Esse fato teria pressionado os jovens a fazerem um uso “ativo” de seu discernimento individual para inventar novos caminhos, criar novos estilos de vida, compor novas identidades, numa multiplicidade de opções – disponíveis ou inventadas.

Algumas pesquisas apontam, ainda, para o fato de um número significativo de jovens serem socializados na crença da “opção”, adotando “a liberdade de escolha” como uma ética de vida. O conceito de “biografias de escolha”, por oposição ao de “biografias normais”, encaixa-se nessa perspectiva por essas biografias “estarem determinadas por um paradoxo típico na vida moderna: embora as sociedades ofereçam mais opções de escolha, os indivíduos contemporâneos são forçados a refletir sobre as opções disponíveis e a justificar suas decisões” (Du Bois-Reymond, 1998, p. 68, apud PAIS et al, 2005).

A ênfase na ação individual, no processo de desenhar os percursos, não deveria implicar, contudo, uma negligência do peso que as estruturas econômicas, sociais e culturais têm nas trajetórias juvenis, embora alguns autores acreditem que as escolhas individuais ultrapassam as segmentações sociais, como as de gênero ou classe social. Também há limites nas constrangedoras sociedades centradas no indivíduo: embora o discurso em defesa da “absoluta” individualidade (feita de escolhas, auto-realização, autonomia e autenticidade) se tenha generalizado, as efetivas condições de possibilidade de concretização desse desejo encontram-se desigualmente distribuídas em diferentes sociedades e são pouco observadas na prática.

Existem, pelo menos, cinco elementos cruciais para a definição da condição juvenil em termos ideais: i) a obtenção da condição adulta, como uma meta; ii) a emancipação e a autonomia, como trajetória; iii) a construção de uma identidade própria, como questão central, iv) as relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; e v) as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização.

A expectativa de usufruir a condição adulta, garantindo oportunidades de autodesenvolvimento, constitui meta social básica, processando da melhor maneira possível esse trânsito entre a infância e a condição adulta que todo jovem deve fazer. Já não se é criança, mas ainda não se é adulto e, por mais que se alongue a condição juvenil em termos de tempo, permanecendo mais anos no sistema educacional, adiando o ingresso ao mercado de trabalho e a constituição de novas famílias, é inevitável que os jovens se transformem em adultos. Por definição, a condição juvenil é transitória e se perde com a passagem dos anos.

Nesse marco, a emancipação constitui um eixo central da trajetória que os jovens deverão recorrer entre a total dependência dos pais e responsáveis e a autonomia da condição adulta. Essa trajetória deverá enfrentar múltiplos e complexos desafios que dificultam a formação de identidade própria.

Por uma parte, a natureza da transição em si supõe a existência de um processo contínuo de mudanças; por outra, tais mudanças implicam o risco de afetar as identidades construídas. Em outras palavras, o indivíduo está sujeito a uma tensão particular: deve mudar, mas, ao mesmo tempo, deve continuar sendo ele mesmo. Ele faz parte do processo cultural enquanto membro de uma “geração” temporalmente limitada no processo histórico e, ao mesmo, que recebe e

transmite continuamente a herança cultural acumulada.¹⁴

Nesse processo de transição, os jovens se deparam com os dilemas de uma sociedade de mercado, construída culturalmente e que determina como eles devem se relacionar com o mundo dos objetos, com a sua história pessoal e com seu corpo. A relação com o consumo e o mundo dos objetos e suas representações simbólicas são de grande importância para a compreensão da condição juvenil no que diz respeito à sua interação com o mundo do trabalho. Para Baumann (1999, apud GUIMARÃES, 2005), a “ética do trabalho”, que dava sentido a toda sorte de inserção na atividade econômica – humanizando-a, quaisquer que fossem suas características e a satisfação por ela despertada, visto o sentido do “dever cumprido” – passa a ser substituída pela “estética do consumo”, que gratifica a intensidade e a diversidade das experiências, as ocupacionais entre elas. Apesar de não reconhecer esta “substituição” como absoluta, muitos autores de estudos sobre jovens tratam da importância simbólica do consumo para a vida em sociedade, especialmente entre esse grupo etário. Segundo Costa (2004):

Comprar não é uma ação regida por necessidades biológicas, mas um ato econômico com implicações sociais. Diante de atos desse tipo somos todos diferentes ou desiguais. Adquirir mercadorias por meio de compra já define “quem é quem” no universo social. Os objetos de consumo nem são (...) **consumíveis** nem estão **igualmente disponíveis** para todos os indivíduos. A produção de objetos é seletivamente organizada, de forma a ser seletivamente distribuída pelos que têm muito dinheiro, pouco dinheiro ou nenhum dinheiro. (COSTA, 2004, grifos nossos)

Para fazer parte da sociedade de consumo e de mercado contemporânea, a relação da juventude com o consumo deve ser especialmente tratada, considerando as oportunidades existentes e as necessidades que se impõem ou são culturalmente construídas. Ou seja, devem ser contrapostas a interpretação do acesso de jovens ao mundo de trabalho como forma de construção do caráter ou educação instrumental para a vida adulta no trabalho e a abordagem relacionada com as “necessidades” de consumo como afirmação social.

Os focos de atenção tradicionalmente predominantes nos estudos sobre juventudes na América Latina tiveram como eixo considerações demográficas, biológicas e psicológicas. Nas últimas duas décadas, no entanto, os enfoques sociológicos e políticos vêm sendo adotados de forma crescente, bem como outras contribuições provenientes de perspectivas culturais e antropológicas.

¹⁴ Sobre a questão das “gerações”, ver MANNHEIM, 1982.

A partir de enfoques biológicos e psicológicos, a juventude estaria definida como o período que vai desde o momento em que se atinge a maturidade fisiológica até a maturidade social. Mas, nem todas as pessoas de uma mesma idade percorrem os ciclos de vida da mesma forma, nem atingem determinada meta ao mesmo tempo, daí que a partir da sociologia e da ciência política se insiste na necessidade de se incorporarem outras dimensões de análise. A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias, em espaços metropolitanos ou não metropolitanos. Devido a essa diversidade de contextos para sua definição, utiliza-se por vezes o termo “juventudes” no plural¹⁵, como forma de ressaltar elementos comuns a todos os jovens.

Sendo tema de interesse público, a condição juvenil deve ser tratada sem estereótipos e a consagração dos direitos dos jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s), tendo os jovens como sujeitos de direitos coletivos. Sua autonomia deve ser respeitada, suas identidades, formas de agir, viver e se expressar valorizadas. Os desafios no reconhecimento dos direitos dos jovens são muitos. O mais difícil de ser superado é a própria dubiedade advinda das contraditórias representações sociais sobre a condição juvenil.

3.2 A complexidade de “ser jovem”

Não é exagero afirmar que a sociedade contemporânea tem, paradoxalmente, supervalorizando a condição de ser jovem por tempo cada vez mais prolongado, ao mesmo tempo em que é crítica da juventude. Em outras palavras, nos aspectos da vivência pessoal e da consciência coletiva, ser jovem é um “estado de espírito”, uma dádiva, um “dom” de um momento passageiro da vida que não deveria passar, por ser o mais “interessante” e “vibrante”. Desse modo, as representações simbólicas de “ser jovem” coincidem com ser empreendedor, expressar força, ter ânimo, se aventurar, ser espontâneo, ter uma boa apresentação física, ser viril, se divertir acima de tudo, priorizando o “bem viver” em detrimento das responsabilidades e obrigações mesquinhas da vida. (UNESCO, 2004)

Contudo, no mundo do trabalho, no aspecto do compromisso como cidadão ou no tocante à participação nos processos de tomada de decisão, ser jovem é residir em um incômodo estado

¹⁵ UNESCO (2004).

de devir, justificado socialmente como estágio de imaturidade, impulsividade e rebeldia exacerbada. Nesse caso, é possível afirmar que o jovem é aquele que ainda não é, mas que pode ser, ou que será.

Em síntese, são dois lados da mesma moeda. Os mesmos estereótipos que constroem um imaginário social de valorização da juventude são aqueles que a impedem de uma participação social plena. A manutenção dos estereótipos dificulta a ação política. Em termos gerais, ser jovem é uma condição social com qualidades específicas e que se manifesta de diferentes maneiras, segundo características históricas e sociais.

Em um entendimento mais amplo, ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso numa multiplicidade de identidades, posições e vivências. Daí a importância do reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, compondo um complexo mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de se promover os direitos dos jovens.

Estudos voltados para juventude devem combinar o plural com a unicidade dos jovens, em especial em relação a outras gerações. De fato, dando ênfase especial à identidade juvenil se considera que existem diferentes culturas juvenis, com características comuns, inclusive por influência da cultura de massas e dos processos de globalização.

No Brasil, a complexificação que a sociedade brasileira vem alcançando desde as primeiras décadas do século XX, através da emergência, organização e reivindicação política de categorias sociais urbanas consideradas “minoritárias” como: operários, pobres, mulheres, negros, “desviantes” da lei ou da moral sexual dominantes, como prostitutas, homossexuais e jovens etc., em alguma medida deslocou o pensamento social do ponto de vista das elites para um contexto de maior diversidade. Para além das iniquidades de classe e econômicas. As pesquisas sociais ainda não conseguiram assumir o ponto de vista desses sujeitos, admitindo a dificuldade, a complexidade ou a limitação de trabalhar com conceitos, categorias analíticas e ângulos de observação importados, que não se adequam a realidades históricas e culturais distintas, muitas vezes inadequados para refletir sobre objetos, relações e estruturas sociais geradores de dimensões simbólicas particulares. (LIMA, 2002). Portanto, as diferenças relacionadas a grupos etários e a gerações são apenas duas das variáveis desse conjunto complexo de desigualdades sociais. A questão racial é uma das que têm grande destaque.

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao

capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem seus dividendos do racismo. Quando se trata de competir para o preenchimento de posições que implicam em recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos. E isto ocorre em todos os níveis dos diferentes segmentos sociais. O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada, etc.. Ora, tudo isto implica em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc.. (GONZALEZ, 1979).

Nem toda essa complexidade será abordada nesta dissertação, a exemplo das características de etnia ou “cor ou raça”, que mereceriam um estudo mais aprofundado das desigualdades, considerando questões históricas e regionais. Mas os jovens serão observados com base em elementos de suas diferenças de sexo, subgrupos etários, rendimento domiciliar e trabalho.

A juventude é, pois, uma construção social relacionada com formas de ver o outro, inclusive por estereótipos, momentos históricos, referências diversificadas e condições de classe, gênero, raça, entre outras. Nesse sentido, existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas, e a tipologia seguinte¹⁶ ilustra alguns grupos que se destacam no imaginário social e por referências múltiplas nas sociedades latino-americanas contemporâneas.

(i) Um dos principais grupos juvenis – o único que era socialmente reconhecido até os anos setenta – é o dos estudantes universitários e do ensino médio. Foram os movimentos estudantis tradicionalmente o protótipo de juventude e, durante décadas, o único setor de jovens que participou no cenário social e político na qualidade de ator, em particular no enfrentamento das ditaduras e na busca de sociedades mais democráticas, assim como na luta por mudanças sociais. Suas características têm variado com o tempo. Já a crescente complexidade das sociedades urbano-industriais, em que se multiplicam agências de referência, dilui sua centralidade ou hegemonia como movimento social, mas não necessariamente sua importância e atividades de liderança.

(ii) De forma paralela, especialmente a partir dos anos setenta e oitenta e muito claramente na América Latina, deu-se a irrupção social de outra juventude, isto é, da

¹⁶ UNESCO (2004).

juventude popular urbana, geralmente excluída do acesso à educação média e superior, habitantes de crescentes e extensas zonas periféricas que, com métodos totalmente diferentes aos dos jovens universitários, começaram a se organizar e a exteriorizar processos de identificação próprios junto com práticas ligadas a diversas formas de violência, como expressão de contestação a esta sociedade da qual se sentem excluídos.

(iii) Nos anos sessenta os jovens rurais perderam visibilidade, à medida que foram submetidos a processos de transformação, cada vez mais influenciados pela cultura urbana moderna e pelas mudanças registradas nas sociedades rurais. Conservam, no entanto, características próprias relevantes e mostram níveis educacionais mais elevados que as gerações anteriores. Segmentos dessa juventude vêm despertando atenção de estudiosos e preocupação social nas últimas décadas em vários países, considerando os níveis de organização e manifestação em movimentos sociais de crítica e pela reforma agrária.

(iv) Outro setor, com características marcantes, e com uma tendência a adquirir maior visibilidade social, é o das mulheres jovens. Afetadas por uma dupla exclusão social (etária e de gênero), sem reconhecimento nos movimentos juvenis e nos das mulheres, carregando o peso das tradições conservadoras, elas ganharam espaços de reconhecimento, levadas pela sua crescente incorporação à educação e ao trabalho em particular, mesmo que ainda em posições subordinadas, que continuam marcando as iniquidades de gênero. Vêm as mulheres jovens se destacando em movimentos sociais de base popular, como no movimento negro e de bairros urbanos periféricos, assim como em áreas rurais, em particular voltados à ‘advocacia’ de direitos humanos, como os sexuais e reprodutivos, como se anota para o caso do Brasil (ABRAMOVAY e CASTRO, 1998). Mas, se reconhece que, no feminismo, as mulheres jovens apenas começam a se firmar como sujeitos de direitos próprios.

(v) É de visibilidade social mais recente os jovens em organizações não-governamentais e de base comunitária ligadas à cultura. Esses jovens desempenham importante papel no campo da educação para e de cidadania, assim como na afirmação da cultura afro-brasileira e referência de auto-estima e identidade, por uma cultura juvenil criativa. As ONGs também se constituem em potencial mercado empregador e alternativo de trabalho, quer de sociabilidade ou gregarismo.

(vi) Esta análise ficaria incompleta se não incorporasse a dimensão étnica, já que as condições em que crescem e amadurecem os jovens indígenas e afro-descendentes (por exemplo), têm especificidades próprias, evidentes e preocupantes. Alerta-se para discriminações e vulnerabilidades específicas dos jovens afro-descendentes, grupo claramente destacado na Região metropolitana da Salvador, por exemplo, e também para a sua crescente presença organizada em movimentos por demarcações de identidade, contando-se com várias entidades de movimento negro, em que os jovens têm participação destacada. Os povos indígenas, afro-latinos e afro-caribenhos, por sua vez, apresentam os piores indicadores econômicos e sociais e têm escasso reconhecimento cultural e acesso a instâncias decisórias.

Uma das primeiras transformações vivenciadas desde o começo do século XX pelas sociedades modernas foi o prolongamento da vida. Novas tecnologias e descobertas das ciências, avanços na área de saúde, nas condições de saneamento e no acesso a informações foram um lado desse processo. As descobertas científicas e melhorias nas condições sanitárias e de saúde levaram ao aumento na expectativa de vida das pessoas. No entanto, com o processo de urbanização acelerado e precarização das condições sociais de vida nas cidades, uma parcela dos jovens não experimentou esse prolongamento, mas, ao contrário, a interrupção precoce da vida através da mortalidade por causas externas. Essa e outras mudanças também importantes na esfera social, por sua rapidez e complexidade, estão alterando o mapa da vida como um todo. Vive-se em meio a uma revolução eletrônica, econômica, tecnológica, de condições de saúde, nos sistemas de valores etc. Essas afetam e são afetadas pelo aumento da escolaridade e pelas transformações no mercado de trabalho e nos modelos de relações afetivas, tais como casamentos, dissoluções, recasamentos e não-casamentos. Esses processos atingem, embora de forma diferenciada, todos os grupos etários.

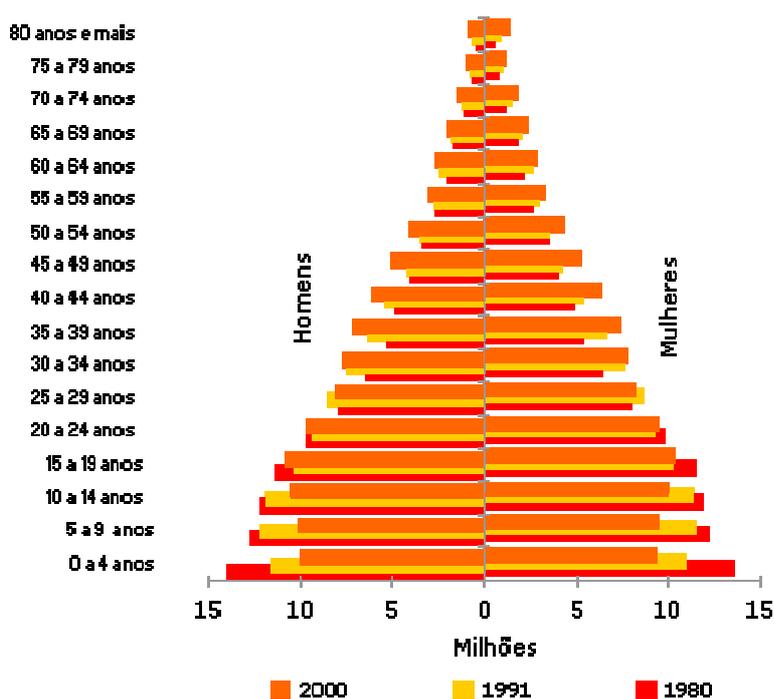
A rápida transformação na estrutura etária da população – fruto de importantes processos econômicos, sociais, culturais e demográficos ocorridos na sociedade brasileira, mas comum em todo o mundo em diferentes matizes – resultou na queda da fecundidade e no aumento da esperança de vida no país, trazendo implicações importantes para os estudos voltados especificamente para os públicos-alvo: população em idade escolar, jovem, adulta e idosa.

O acréscimo populacional do contingente jovem reflete os processos de transformação que vêm ocorrendo, particularmente nas últimas três décadas do século XX, na estrutura etária da população brasileira em seu conjunto – em função do declínio da fecundidade, da contínua

queda da mortalidade e o conseqüente aumento da esperança de vida no país. Esse chamado processo de “transição demográfica” fica mais claro quando observamos as mudanças na distribuição da população por idade, representadas nas pirâmides etárias da Figura 1.

Até o início dos anos 1980, a estrutura etária da população brasileira, revelada pelos censos demográficos vinha mostrando que havia uma predominância de pessoas jovens e elevada taxa de natalidade. A generalização das práticas contraceptivas e as mudanças dos padrões de mortalidade, com a rápida urbanização do País, refletiram no estreitamento da base da pirâmide etária e uma presença importante de jovens adultos na população, os filhos da década de 1980, a chamada “onda jovem”. A “crista” desta onda jovem ainda produz efeitos importantes no mercado de trabalho, com um grande número de pessoas entrando em idade de trabalhar, principalmente entre jovens de 15 a 24 anos (Figura 1).

Figura 1 – População residente total, por sexo e grupos de idade – 1980/2000



Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 4, n. 1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, 1996; Censo demográfico 2000. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, p. 89, 2001. 1 CD-ROM encartado.
Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/demograficas.html>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2007.

A desaceleração no ritmo de crescimento da população jovem expressa, especialmente, a intensa e contínua queda da fecundidade; cujos efeitos – como em ondas sucessivas – vão-se fazendo sentir nas faixas etárias subseqüentes a cada década. O impacto desse processo

resulta no aumento absoluto da população que vai engrossando as faixas etárias seguintes – fenômeno caracterizado como “onda jovem” – tanto pela queda da fecundidade, quanto pelo decréscimo da mortalidade infantil. A diminuição na participação relativa do total da população brasileira expressa, em contrapartida, o aumento do peso de outros grupos etários, em especial o dos idosos. A distribuição desse contingente jovem no território, segundo situação domiciliar (rural ou urbana), resulta do próprio processo de urbanização da população brasileira em seu conjunto.¹⁷

Embora muito da literatura sobre ciclos da vida e transição para a vida adulta¹⁸ atribua um caráter de instabilidade à juventude em oposição à estabilidade da vida adulta, assume-se que a sociedade toda está sempre em transformação, o que não nos permite garantir uma incapacidade em princípio de participação dos jovens como agentes de transformações sociais.¹⁹

As transições juvenis e o modo como são captados e geridos os recursos que as suportam nas sociedades de hoje não podem separar-se dos enquadramentos familiares em que ocorrem: a crescente autonomia dos jovens é também constituída de dependência(s). Se, em alguns contextos nacionais, como em países do sul da Europa, de origem latina (Portugal, Espanha, Itália e Grécia), com Estados sociais relativamente pouco desenvolvidos naquele continente, a família sempre desempenhou um papel relevante no suporte e na gestão das transições para a vida ativa – papel reforçado pelas transformações socioeconômicas já mencionadas –, nos países do norte europeu (Alemanha, Holanda e Dinamarca, por exemplo) os apoios estatais, embora ainda expressivos, vêm sendo reduzidos substancialmente, “empurrando” as famílias para a linha de frente do apoio às transições juvenis.

Paralelamente a esse reforço ou (re)emergência do papel da família no apoio aos jovens (material e afetivo, instrumental ou simbólico), outra área de tensão nas transições juvenis remete aos processos de individualização, tanto em relação aos valores e às atitudes quanto às estratégias mobilizadas na negociação dos caminhos para a vida adulta. Apesar da persistência das assimetrias culturais e econômicas, várias pesquisas têm apontado a emergência de modos reflexivos e criativos de construção biográfica, bem como a adoção, por parte dos jovens, de

¹⁷ BAENINGER (1999).

¹⁸ O processo de “transição para a vida adulta” é tema de vasta literatura, sobretudo em demografia e estudos sobre população. Pretende-se desenvolver com maior detalhe o tema em sessão específica deste estudo, destacando a transição ou interseção entre escola e mercado de trabalho.

¹⁹ CAMARANO (2006).

éticas de vida mais hedonistas, especialmente ao sublinharem a importância de valores como a autonomia, a diversão, a experimentação etc.²⁰

²⁰ DUBET (1987).

3.3 Educação, trabalho e consumo: significados

Quando se trata, como desenvolveremos melhor aqui, de dimensões como educação, cultura e trabalho, para além da criação de empregos se faz necessário questionar a qualidade do trabalho em termos de realização criativa e contribuição para a progressão profissional. Assumindo-se, portanto, uma visão múltipla de juventude, a centralidade da dimensão educacional na vida juvenil cede espaço à necessidade de se considerar – especialmente a partir das transformações sociais e tecnológicas dos últimos vinte anos – a importância do trabalho e da cultura como dimensões constitutivas do ser jovem no mundo de hoje, juntamente com a dimensão educativa. As relações dos jovens com a educação, com o mundo do trabalho e com a cultura de modo geral, estão em constante intercruzamento, de modo que não mais devemos segmentar estas três principais dimensões, tanto na construção de diagnósticos sobre os jovens, como na elaboração de diretrizes para as políticas públicas de juventude, por exemplo.

Apreciam-se na atualidade pelo menos quatro processos mais demarcados: i) são os jovens menos centrais na produção econômica; ii) assumem, ao mesmo tempo, papéis adultos e juvenis; iii) o significado de juventude perde delimitações únicas com as mudanças na constituição das famílias e na participação no trabalho; e iv) ambigüidade na representação social dos jovens. (PAIS et al, 2005).

De fato, ação e estrutura, ou o modo como ambas se articulam nas sociedades ocidentais contemporâneas, têm estado no centro das pesquisas e dos debates teóricos sobre as transições para a vida adulta na Europa. Vários quadros analíticos têm enfrentado essa questão, inclinando-se ora para o lado do peso das estruturas, ora para o lado da agência individual. PAIS et al (2005) citam Rudd e Evans (1998), por exemplo, que sugerem que as trajetórias juvenis deveriam ser analisadas pela perspectiva da individualização estruturada, reconhecendo que, ainda que muita coisa dependa do indivíduo, as estruturas econômicas e sociais, mesmo que em novas modalidades, continuam desempenhando um papel importante. Raffo e Reeves (2002) preferem seguir a tradição conceitual de Bourdieu (1972) e, recuperando a noção de capital social proposta por Coleman (1988), combinam agência e estrutura em sistemas individualizados de capital social. Esses sistemas – que tanto libertam como constroem as ações individuais – corresponderiam a redes ou constelações dinâmicas de relações sociais fornecendo, no caso dos jovens, oportunidades de aprendizagem cotidiana.

James Côté (2002) propõe um modelo, quase “microeconômico”, de capital identitário para entender o impacto de fatores estruturais nas transições individuais. Tal modelo é baseado no postulado de que certos recursos pessoais são importantes nas estratégias de ação e nos projetos de vida, possibilitando retirar vantagens ou compensar vazios ou déficits institucionais da modernidade mediante “investimentos identitários” individuais. Wyn e Dwyer (1999) apontam algumas fraquezas nessas perspectivas teóricas, sobretudo quando tendem a generalizar conclusões com base em amostras limitadas a jovens relativamente “bem-sucedidos”, com características homogêneas, o que pode fornecer um retrato enganador das efetivas capacidades da maioria dos jovens de lidar com os desafios – que em alguns casos são ameaças – decorrentes do risco e da contingência da vida em sociedade. Por outro lado, os próprios jovens reportam suas vidas como resultado de complexas combinações de recursos, diferentes graus de agência e de oportunidades, emaranhadas transições, complexas e interconectadas, freqüentemente envolvendo falsas partidas e revezes, exigindo recorrentes negociações e redefinição de possibilidades. Se o conceito de trajetória se enclausura em visões e lógicas temporais marcadas por linearidades (antes, agora e depois), como podemos dar conta de vidas juvenis imersas em estruturas sociais cada vez mais labirínticas? Apesar de mais difíceis de apreender, os desalinhamentos da vida são sociologicamente tão importantes quanto seus alinhamentos, e as rupturas tão relevantes quanto as conexões.

As sociedades contemporâneas são tão diferenciadas que as experiências de transição dos jovens devem ser compreendidas a partir de suas múltiplas filiações identitárias, que correspondem à necessidade que têm de gerir quotidianamente pertencas e participações numa multiplicidade de mundos sociais. A singularização das experiências de vida juvenis remete, assim, à especificidade dos contextos e às múltiplas oportunidades que estes favorecem. Os indicadores do modo como os jovens constroem e gerem as relações e as pertencas sociais apontam para a experimentação, a atitude comunicacional e a importância atribuída às sociabilidades e aos encontros. Suas trajetórias e identidades podem, assim, ultrapassar os papéis sociais prescritos. As sociabilidades entrelaçam experiências e contextos no tecido das relações sociais em que se enfileiram os fios condutores biográficos.²¹

De acordo com a idéia de desenvolvimento integral dos jovens²², considera-se necessária a discussão conjunta da dimensão da educação e do trabalho na vivência juvenil. Parece ser aqui que ganha maior visibilidade e importância a proposta de se pensar o jovem a partir de

²¹ PAIS et al (2005).

²² NOVAES et al (2006).

uma perspectiva que articule a formação e a experimentação. É necessário considerar que jovens possuem, à medida que varie a faixa etária, relações distintas com a escola e o trabalho. A maioria dos jovens brasileiros, conforme se aproximam da idade adulta, deixam progressivamente de se relacionar com a educação para se relacionar com o trabalho. Mesmo as políticas públicas mais recentes entram na armadilha de definir limites máximos de regulação do trabalho que induzem os jovens, ainda em idade escolar, a retornar ao trabalho e abandonar os estudos, sem sequer discutir a possibilidade de tratar condições adequadas de conciliá-los, dada a importância simbólica e histórica do trabalho como elemento fundamental da transição para a vida adulta.

O estudo e o trabalho ganham pesos e significados diferentes uma vez que são tradicionalmente estabelecidos os papéis sociais de estudante e/ou trabalhador (ou “aprendiz”) aos jovens que fazem parte, concomitantemente, do ideal de transição para a vida adulta e inserção no mundo de trabalho. Conforme a renda da família do jovem, mais importante se torna o simbolismo do trabalho como forma de aprendizado “prático” da “realidade” da vida adulta, que não pode acontecer na escola.

Na relação com a escola, a desigualdade é muito nítida. Quanto mais alto o nível de renda, maior tende a ser a escolarização e as possibilidades de se encontrar postos de maior remuneração no mercado de trabalho, ajustando-se a jornada de trabalho ao estudo.

Na relação com o trabalho, a diferença para os jovens, sobretudo aqueles acima dos 18 anos, se dá menos na disposição para entrar no mercado de trabalho do que nas chances de encontrar trabalho e no tipo de trabalho encontrado. Em outras palavras, o desemprego atinge mais fortemente os jovens das famílias de renda mais baixa e as possibilidades de encontrar um trabalho com salário e condições adequadas diminuem em decorrência da desigualdade social. Vale ressaltar que para jovens mulheres e jovens negros essas desigualdades se multiplicam.

Na opinião de Costa (2004), as perspectivas da juventude na sociedade de mercado são muitas, mas todas convergem para duas saídas principais:

- 1) continuar a perpetuar um modo de vida pobre, por estreitar os horizontes da ação humana em uma só direção, qual seja, a do sucesso econômico, do cuidado obsessivo com o próprio prazer e da indiferença em relação ao mundo; 2) voltar-se para o outro, construir uma sociedade na qual todos tenham direito ao mínimo necessário à satisfação das necessidades elementares(...).

Além do direito ao “mínimo necessário”, as necessidades para o bem estar dos jovens na sociedade contemporânea dizem respeito a necessidades de lazer, informação, saúde, cultura, muito além dos bens e serviços oferecidos pela sociedade de mercado. Educação e trabalho podem ser alternativas para a transformação da vida de muitos desses jovens, desde que eles tenham acesso de forma menos desigual. Nesse contexto de inter-relação entre educação e trabalho, para Mészáros (2005), a educação deve permitir a realização de transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias, e não apenas servir de instrumento para o mundo do trabalho. Os processos educacionais devem ser continuados, permanentes e libertadores, que possam transformar o homem em um agente político, que pensa e age para transformar o mundo.

Capítulo 4 – Condições de jovens no mundo do trabalho no Brasil

Conforme já foi mencionado, o objeto deste estudo é a inserção dos jovens no mundo do trabalho, tendo como hipótese que a juventude brasileira tem uma participação no mundo do trabalho mais instável e precária que os demais trabalhadores, com importantes elementos de vulnerabilidade que foram agravados com as transformações provocadas pelo processo de reestruturação produtiva. O objetivo, portanto, é entender as condições do processo de inserção dos jovens metropolitanos no mundo do trabalho e a sua relação com o acesso à educação nas grandes metrópoles brasileiras, sem, contudo, deixar de lado nas análises algumas dimensões importantes para a compreensão da complexidade das questões da juventude.

Para entender as mudanças recentes no mercado de trabalho brasileiro que agravaram as dificuldades da inserção, já tradicionalmente vulnerável, dos jovens no mundo do trabalho, é importante retomar alguns elementos sobre a transformação da economia nos últimos anos. A economia brasileira na década de 1990 foi marcada pela abertura comercial rápida e intensa, com a liberalização das importações, valorização artificial da moeda nacional através de elevadas taxas de juros, contenção de gastos públicos e privatização de empresas estatais e serviços públicos, ênfase no mercado e aumento do desemprego. Esses foram alguns elementos importantes da política adotada como forma de conter o processo inflacionário existente no País desde os anos 1980, após diversas tentativas frustradas anteriores. Apesar do êxito em conter o processo inflacionário a partir de meados dos anos 1990, com o Plano Real, essa política, influenciada por recomendações dos organismos financeiros internacionais²³ e associada à reestruturação produtiva que acontecia no âmbito das empresas, veio acompanhada pelo crescimento da precariedade do trabalho, com aumento do emprego assalariado sem proteção social e do desemprego.

Com isso, diminuiu a proporção de empregos públicos, regidos por estatuto próprio (estatutários) e com melhores remunerações. As grandes empresas, que geram mais empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) brasileira, ou seja, com carteira de trabalho assinada e cobertos pela proteção e seguridade social, contribuíram pouco para a geração de postos de trabalho no período. No caso da grande indústria, setor que tradicionalmente gera postos de trabalho de mais qualidade, os níveis de emprego foram

²³ Como já citado anteriormente, no capítulo 2, tais recomendações tomaram forma, para a América Latina, no Consenso de Washington de 1989.

decrecentes em relação a outros segmentos, quando não menores também em termos absolutos. (POCHMANN, 2006). As pequenas e médias empresas, por sua vez, que geram tanto empregos celetistas como não celetistas, contribuíram para o aumento destes empregos no total gerado. E cresceu a participação dos trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores no total da ocupação, como alternativas de sobrevivência dado o extraordinário aumento do desemprego.

Esta mudança na distribuição do emprego segundo o tamanho dos estabelecimentos e a redução do grau de formalização do trabalho nos estabelecimentos pequenos, ao lado da proliferação do trabalho por conta própria, foram os principais responsáveis pelo forte declínio da proporção do emprego celetista e estatutário na ocupação total. (...) Essas modificações na estrutura de oportunidades para ocupar as pessoas ativas urbanas foram, entretanto, acompanhadas de expressiva alteração na composição etária da ocupação não agrícola, acentuando o declínio da proporção de ocupados não agrícolas que são pessoas com menos de 25 anos de idade. (BALTAR, 2003).

Na verdade, Baltar (2003) observa que a participação de jovens entre o total de ocupados vem diminuindo desde 1979, sendo que apenas parte desta tendência deve-se à diminuição da participação da agricultura na ocupação total. Os jovens e crianças tendem a participar mais no trabalho em atividades agrícolas, e isso era bem mais freqüente até meados dos anos 1970. Outra parte deveu-se aos programas de erradicação do trabalho infantil e de escolarização. Ainda assim, considerando apenas a redução da participação de jovens em atividades não agrícolas, Baltar prova a importância da redução da participação deste grupo.

Apesar de continuar aumentando a população em idade de trabalhar, as oportunidades ocupacionais se reduzem, tanto por questões estruturais da economia como pela elevação da participação das mulheres, dificultando a entrada dos jovens na atividade econômica. Mesmo com o crescimento mais lento da ocupação não agrícola e com fortes mudanças na estrutura da ocupação, a mulher adulta consegue consolidar, ainda que precariamente, sua participação na atividade econômica, mas os jovens enfrentam tremendas dificuldades para dar início a esta participação no mundo do trabalho. E foi nas posições que mais pesam na absorção de jovens, como no trabalho não remunerado, nos serviços domésticos remunerados e no emprego sem carteira de trabalho assinada que a queda na proporção de jovens entre os ocupados foi mais acentuada – o aumento da proporção de ocupados adultos foi bem mais intenso do que o dos jovens.

Com o aumento do desemprego e da precariedade do trabalho, os adultos passaram a ocupar posições que antes eram predominantemente ocupadas por jovens e tinham características de entrada no mundo do trabalho, e tornaram-se estratégias mais duradouras de ocupação disputadas entre adultos e jovens. Reduz-se o espaço para a entrada de novas gerações no mercado de trabalho, uma vez que “a falta de oportunidades ocupacionais alternativas está impedindo o jovem de se deslocar para outras ocupações consolidando como adulto sua posição de empregado sem carteira, trabalhador no serviço doméstico e inclusive não remunerado”. (BALTAR, 2003). Os maiores efeitos das transformações dos anos 1990 para a população jovem foram, portanto, uma maior exclusão da atividade econômica, o que se denota pela redução da taxa de participação, redução da proporção de jovens em ocupações que antes eram tradicionalmente atribuídas a eles, como portas de entrada no mercado de trabalho, e aumento da taxa de desemprego.

E esta exclusão é ainda mais grave em determinados grupos sociais e em diferentes regiões. Para os jovens que residem em domicílios e regiões mais pobres, para as mulheres e jovens negros principalmente.

Para analisar a participação dos jovens no mundo do trabalho em 2006 no Brasil, será feita uma caracterização geral dos jovens, comparando aqueles que estão nas metrópoles e os que não estão nelas, para destacar alguns elementos distintivos da juventude metropolitana em seu conjunto. Em seguida, serão apresentados indicadores agregados para as diferentes metrópoles. Optou-se pela análise de indicadores de mercado de trabalho e anos de estudo para grupos etários, sexo e grupos de rendimento, destacando os jovens ocupados, antes de um aprofundamento maior das características específicas dos jovens trabalhadores metropolitanos em cada uma das dez metrópoles selecionadas.

Os diversos estudos e pesquisas sobre trabalho de jovens mostram que a taxa de participação tende a crescer de acordo com a idade, o que é, por si só, um elemento de heterogeneidade da juventude. Além disso, a taxa de atividade das meninas é, em geral, bem mais baixa que a dos meninos, seguindo o mesmo movimento dos adultos. As diferenças, no entanto, variam de acordo com cada contexto regional ou espacial, num país de proporções continentais como o Brasil.

As diferenças entre gêneros diminuem acentuadamente quando incluída na taxa de atividade de jovens aqueles dedicados a afazeres domésticos, característica principal de mercados de

trabalho menos estruturados; neste item, a taxa de atividade das meninas é significativamente maior. No entanto, a ênfase será dada aos indicadores tradicionais de mercado de trabalho num primeiro momento, nesta seção introdutória.

Na seção 4.1, serão analisadas as características dos jovens que estão ocupados nas metrópoles brasileiras, de forma agregada. Na seção seguinte, serão apresentadas características de frequência à escola, daqueles que realizam afazeres domésticos e dos jovens “desfiliaados” em relação às suas condições de trabalho e estudo, ou seja, aqueles que declaram não realizar nenhuma dessas atividades. Remete-se, pois, aqui, ao conceito de desfiliação de Castel (1997) apenas no que diz respeito à não inserção no mundo do trabalho (seja como ocupado ou desempregado) e nem na escola, considerada como uma situação de maior risco de exclusão e marginalização desses jovens.

Falando de um país de grandes dimensões físicas e populacionais como o Brasil, é importante ter uma visão geral das diferenças que existem especificadas regionalmente, mesmo em se tratando apenas de espaços metropolitanos. É um desafio conhecer as diferenças regionais que pesam nos acessos desiguais a oportunidades, influenciadas pelas características regionais que aprofundam as desigualdades, sejam elas históricas, culturais ou políticas. Por isso, na seção 4.3 serão apresentadas algumas das principais diferenças entre os jovens das dez metrópoles brasileiras estudadas.

No ano de 2006, estimou-se a população residente no país em cerca de 187 milhões de pessoas, sendo que 18,5% eram jovens de 15 a 24 anos de idade, grupo etário que será nosso objeto de estudo. Dos quase 35 milhões de jovens do grupo etário selecionado residentes no País, 10,5 milhões estavam nas metrópoles (30% dos jovens). Conforme já explicitado, entende-se aqui por metrópoles as 9 regiões metropolitanas pesquisadas na PNAD (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) e o Distrito Federal (Brasília). Essas metrópoles são o cenário das principais transformações econômicas recentes, efeitos da reestruturação produtiva que vem ocorrendo no Brasil e no mundo²⁴, mas com características próprias e elementos de desigualdade regional importantes.

Os efeitos da globalização e da reestruturação produtiva sobre a conformação sócio-econômica das metrópoles brasileiras vêm pressionando pela utilização e reconfiguração dos

²⁴ Conforme já analisado no capítulo 2.

territórios, alterando radicalmente o valor dos lugares e da sua gente. Tais processos são intensamente marcados por avanços tecnológicos e transformações radicais nos padrões de produção, comercialização e consumo; por tendência à circulação cada vez mais ampliada de capitais e mercadorias, assim como por desmaterialização crescente da riqueza; pela conformação de um mercado mundial e pelo enfraquecimento das instâncias reguladoras constituídas em escala nacional e pela conseqüente expansão e incremento de poder de interesses e grupos transnacionais que se superpõem às fronteiras entre países. Estes interesses pressionam sempre pela redução dos “entraves” à sua livre circulação e maior lucratividade, com a redução de barreiras alfandegárias, desregulamentação e flexibilização dos mercados. As metrópoles são os espaços onde essas transformações se dão de forma mais intensa, com grande integração às redes globais. (CARVALHO; ALMEIDA e AZEVEDO, 2001).

Nas áreas metropolitanas se concentram, na grande maioria dos países, o aparato produtivo, a riqueza, o poder e a população. A reestruturação produtiva tem impacto decisivo sobre as condições e a qualidade da vida, as desigualdades, a pobreza e as mobilizações políticas e sociais. Inserindo-se com destaque na agenda das questões contemporâneas, essas transformações têm despertado a atenção dos planejadores e da comunidade acadêmica, entre outros segmentos, suscitando diferentes estudos e reflexões. Não existe uma trajetória única de transformações, passível de generalização em todos os espaços metropolitanos, que definam características homogêneas das “*global cities*”. No entanto, a rápida urbanização brasileira e o acelerado crescimento dos espaços metropolitanos, com redes de cidades integradas, fazem com que as metrópoles sejam os espaços onde se colocam importantes desafios para o mundo do trabalho, com destaque para a juventude trabalhadora.

Residem em 2006 nos espaços metropolitanos selecionados do Brasil 31,4% da população, cerca de 58 milhões de pessoas. É importante diferenciar as metrópoles dos espaços “urbanos” no Brasil, já que a própria definição de áreas urbanas depende de decisão legal²⁵, muitas vezes determinada por interesses políticos, e não necessariamente trazem como características elementos que definem “cidades”, como adensamento populacional elevado, acesso a serviços públicos e sociais, dinâmica produtiva e características ocupacionais, entre outros, o que leva a problemas conceituais na delimitação de rural e urbano e uma tendência à

²⁵ O IBGE considera urbanos os espaços definidos pela legislação vigente quando da realização do mais recente Censo Demográfico, no nosso caso, o Censo 2000.

superestimação do urbano no País.²⁶ Na Tabela 1, observa-se que 83,3% da população estavam em áreas urbanas segundo a PNAD 2006. Mesmo as regiões metropolitanas podem ser definidas por decisão política dos gestores locais, mas serão consideradas neste estudo apenas as principais metrópoles brasileiras, identificadas como tal na PNAD do IBGE, incluindo apenas o Distrito Federal, Brasília, capital federal, também como metrópole, por razões claras.

No perfil demográfico das metrópoles, 17,8% dos residentes eram jovens de 15 a 24 anos de idade, com uma predominância de jovens adultos, de 20 a 24 anos (quase 500 mil a mais que os de 15 a 19 anos). É interessante observar também que nas metrópoles há uma presença de crianças de 0 a 14 anos menor que nos espaços não metropolitanos, em decorrência das taxas de natalidade mais baixas das metrópoles. Por outro lado, a presença de adultos é maior nas metrópoles, influenciada pela atração de migrantes para esses espaços, que ainda é alta.

²⁶ A discussão sobre os problemas conceituais e operacionais na delimitação de rural e urbano no Brasil pode ser encontrada nos trabalhos José Eli da Veiga (VEIGA, 2004 e 2002).

Tabela 1 - População residente por espaços geográficos selecionados, segundo grupos de idade - Brasil, 2006

Grupos de idade selecionados	Total de pessoas residentes	Espaços metropolitanos e não metropolitanos		Condição do domicílio	
		Metropolitano	Não metropolitano	Urbana	Rural
Em mil pessoas					
Total	187.228	58.736	128.491	155.934	31.294
Grupos de idade					
0 a 14	48.646	13.780	34.866	39.006	9.641
Jovens de 15 a 24 anos	34.710	10.473	24.237	28.926	5.784
15 a 19	17.435	4.999	12.436	14.275	3.159
20 a 24	17.275	5.474	11.801	14.650	2.625
25 ou mais	103.872	34.483	69.388	88.002	15.869
Em %					
Total	100,0	31,4	68,6	83,3	16,7
Grupos de idade					
0 a 14	100,0	28,3	71,7	80,2	19,8
Jovens de 15 a 24 anos	100,0	30,2	69,8	83,3	16,7
15 a 19	100,0	28,7	71,3	81,9	18,1
20 a 24	100,0	31,7	68,3	84,8	15,2
25 ou mais	100,0	33,2	66,8	84,7	15,3
Composição etária em cada espaço geográfico					
Grupos de idade	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 14	26,0	23,5	27,1	25,0	30,8
Jovens de 15 a 24 anos	18,5	17,8	18,9	18,5	18,5
15 a 19	9,3	8,5	9,7	9,2	10,1
20 a 24	9,2	9,3	9,2	9,4	8,4
25 ou mais	55,5	58,7	54,0	56,4	50,7

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

A proporção de jovens de 15 a 24 anos varia nas grandes regiões do Brasil agregadas. Percebe-se (Tabela 2) que há proporções menores no Sul (17,3%) e no Sudeste (17,6%) do País e maiores no Norte (20,2%) e Nordeste (20,0%), sendo que na região Norte a proporção de crianças é a mais elevada, devido às taxas de natalidade mais altas daquela região.

As regiões metropolitanas de Fortaleza e Belém têm as proporções mais altas de jovens na população residente (20,2% e 20,1% respectivamente), seguidas de perto de Salvador e Distrito Federal (ambas com 19,9%). O Rio de Janeiro é a metrópole que tem a menor participação relativa de jovens na população (16,1%), mas que representa o segundo maior contingente em números absolutos (1,9 milhões de pessoas), menor apenas que aquele de São Paulo (3,5 milhões de pessoas), que supera todo o contingente das metrópoles do Norte e Nordeste do País – que, somadas, possuem 2,5 milhões de jovens.

Mais ainda, é importante observar que dentro do heterogêneo grupo etário de 15 a 24 anos de idade, Salvador tem também um peso relativamente importante de jovens de 20 a 24 anos de idade (Tabela 2), justamente aqueles que são considerados mais “economicamente ativos”, que mais “pressionam” o mercado de trabalho procurando por uma ocupação. Mesmo com o prolongamento do tempo de frequência dos jovens na escola, a dimensão material do trabalho se torna prevalente quanto maior idade tiverem os jovens. A defesa da erradicação do trabalho infantil, inclusive com a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente²⁷, são iniciativas relativamente recentes na sociedade brasileira. O trabalho é muitas vezes visto como uma forma importante de aprendizado e construção do caráter dos jovens pelas famílias²⁸, em detrimento da educação formal, que nem sempre garante melhores perspectivas de vida.

²⁷ A Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerada uma das peças legais mais importantes e completas de proteção existentes no mundo sobre a questão. No entanto, muito do que nele foi estabelecido ainda se considera um grande desafio a ser colocado em prática no Brasil.

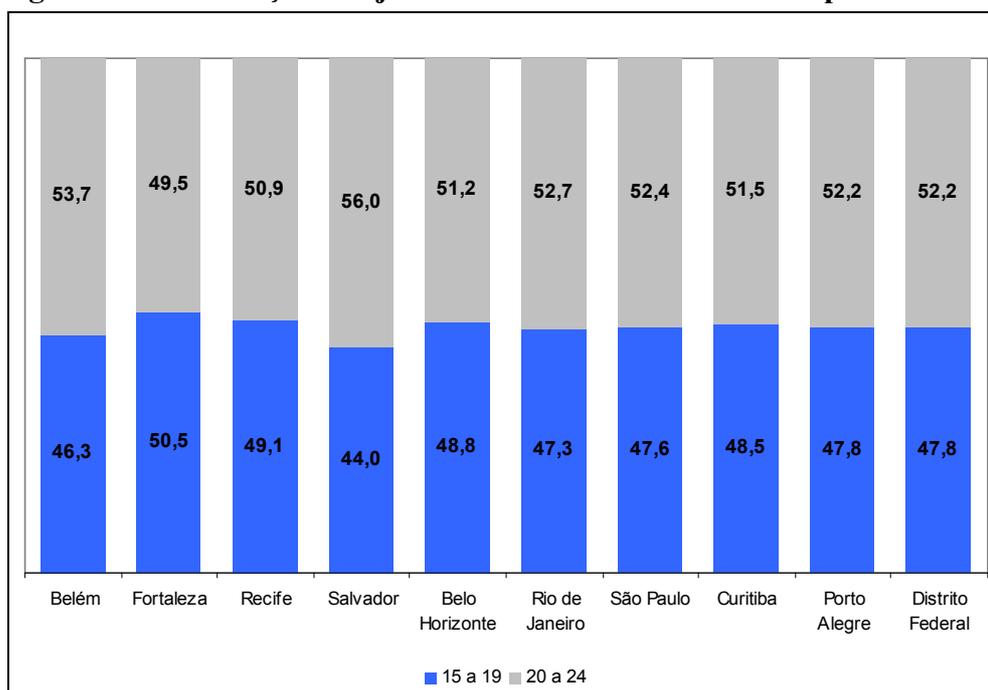
²⁸ Sobre esse assunto, ver AZEVEDO, MENEZES e FERNANDES, 1999.

Tabela 2 - População residente, por grupos de idade – Brasil, 2006

Áreas geográficas	Total (em mil)	Grupos de idade (%)		
		0 a 14	15 a 24	25 ou mais
Brasil	187.228	26,0	18,5	55,5
Região Norte	15.080	33,0	20,2	46,8
Rondônia	1.567	29,8	20,2	49,9
Acre	664	36,1	20,4	43,6
Amazonas	3.351	33,6	19,7	46,7
Roraima	405	35,0	20,4	44,6
Pará	7.136	33,3	20,3	46,4
RM Belém	2.095	26,9	20,1	52,9
Amapá	619	34,0	22,3	43,7
Tocantins	1.337	30,9	19,8	49,3
Região Nordeste	51.713	29,2	20,0	50,8
Maranhão	6.199	33,8	21,0	45,2
Piauí	3.041	28,8	20,8	50,4
Ceará	8.238	28,9	19,7	51,4
RM Fortaleza	3.427	27,3	20,2	52,5
Rio Grande do Norte	3.051	27,0	20,3	52,7
Paraíba	3.628	27,2	20,1	52,7
Pernambuco	8.518	28,9	19,0	52,1
RM Recife	3.655	24,8	18,4	56,8
Alagoas	3.057	31,4	19,3	49,3
Sergipe	2.007	27,8	19,6	52,7
Bahia	13.974	28,2	20,3	51,4
RM Salvador	3.416	24,1	19,9	55,9
Região Sudeste	79.753	23,2	17,6	59,3
Minas Gerais	19.522	24,8	18,4	56,8
RM Belo Horizonte	4.982	24,3	17,8	57,9
Espírito Santo	3.474	25,6	19,1	55,3
Rio de Janeiro	15.593	20,8	16,3	63,0
RM Rio de Janeiro	11.714	20,2	16,1	63,7
São Paulo	41.164	23,1	17,6	59,4
RM São Paulo	19.726	23,3	17,6	59,1
Região Sul	27.368	24,0	17,3	58,7
Paraná	10.410	25,0	17,7	57,3
RM Curitiba	3.230	24,1	18,4	57,5
Santa Catarina	5.974	23,6	18,0	58,4
Rio Grande do Sul	10.984	23,4	16,6	60,0
RM Porto Alegre	4.100	23,9	16,8	59,3
Região Centro Oeste	13.313	26,6	19,2	54,3
Mato Grosso do Sul	2.304	26,9	18,6	54,5
Mato Grosso	2.866	28,0	19,5	52,5
Goiás	5.750	26,0	18,9	55,1
Distrito Federal	2.393	25,9	19,9	54,2

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Figura 2 - Distribuição dos jovens de 15 a 24 anos nas metrópoles - 2006



Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Vale observar também que, nas Grandes Regiões, há pouca diferença de participação entre os grupos quinquenais de 15 a 19 e de 20 a 24 anos, que dividem quase que à metade a “juventude”, conforme delimitamos. Já entre as regiões metropolitanas (Figura 2), o grupo de jovens adultos, de 20 a 24 anos, tende a ser um pouco maior que o de jovens de 15 a 19 anos. Isso se explica, principalmente, pela migração de jovens adultos para as metrópoles, basicamente em busca de trabalho, mas também de educação melhor qualidade ou de nível mais elevado – as universidades estão predominantemente nos grandes centros urbanos. Tem sido também significativo o crescimento da mortalidade por causas externas (violência urbana, acidentes de veículos, por exemplo) de jovens com menos de 20 anos nas metrópoles, principalmente os homens. Salvador é a metrópole que se destaca por esta diferença na presença de jovens adultos.

4.1 Jovens trabalhadores nas metrópoles brasileiras

No Brasil como um todo, a relação entre a população em idade ativa (PIA), que é definida pelas pessoas com 10 anos ou mais de idade, ou seja, as pessoas que possuem idade e capacidade para exercer atividade econômica²⁹, e a população total residente era de 83,5% em 2006. Essa taxa de atividade era um pouco maior no espaço metropolitano, onde as taxas de natalidade são menores e a presença de adultos é maior (Tabela 3).

Tabela 3 - Taxas de atividade, razão de sexo e taxas de participação, segundo espaços geográficos selecionados – Brasil, 2006

Grupos etários e áreas geográficas	Taxa de atividade (PIA/Pop) (%)	Razão de sexo (Mas/Fem) (%)	Taxa de participação (PEA/PIA) (%)			
			Total	Masculina	Feminina	
Brasil	83,5	95,0	62,4	72,9	52,6	
Metropolitano	84,9	90,2	61,6	71,1	53,3	
Não metropolitano	82,8	97,2	62,8	73,7	52,3	
Jovens de 15 a 24 anos						
Brasil		99,2	63,9	73,0	54,8	
Metropolitano		94,9	63,0	68,5	57,8	
Não metropolitano		101,2	64,3	74,9	53,5	
Adolescentes de 15 a 19 anos						
Brasil		100,5	50,4	58,3	42,5	
Metropolitano		95,2	45,5	48,6	42,5	
Não metropolitano		102,7	52,4	62,1	42,5	
Jovens adultos de 20 a 24 anos						
Brasil		98,0	77,5	88,1	67,1	
Metropolitano		94,7	79,1	86,8	71,8	
Não metropolitano		99,6	76,8	88,7	64,9	

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

A razão de sexo é dada pela relação entre o número de homens residentes e o de mulheres. Em geral, demograficamente, tem-se que o número de mulheres é sempre ligeiramente

²⁹ O limite inferior de 10 anos como marco na entrada da idade ativa é recomendado internacionalmente por órgãos como a OIT – Organização Internacional do Trabalho, das Nações Unidas, como forma de facilitar as comparações internacionais de indicadores de mercado de trabalho. Ele não tem necessariamente relação com a realidade de mercados de trabalho distintos. Na Índia, por exemplo, o limite inferior de investigação de atividade econômica é 5 anos de idade, já que o trabalho infantil é elevado naquele país. E a própria PNAD investiga a ocupação a partir dos 5 anos de idade, com menos detalhes. Também não faz referência ao limite legal de idade mínima em que é permitido o trabalho no Brasil, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é de 14 anos na condição de aprendiz. A delimitação da PIA a partir de 10 anos de idade reconhece a existência do trabalho infantil (que existe em idades ainda mais precoces), como uma realidade a ser estudada e objeto de políticas públicas.

superior ao de homens, o que gera razões de sexo sempre abaixo de 100%, mas não muito distante desse valor. Quanto mais baixo que 100%, maior a participação das mulheres na população. Isso ocorre onde há maior mortalidade de homens por violência ou maior emigração masculina, por exemplo. Nas metrópoles mais violentas, geralmente, as razões de sexo são mais baixas. E como as mulheres tendem a ter uma maior longevidade que os homens, mesmo com elevadas mortalidades de homens jovens, na juventude as razões de sexo são maiores que no conjunto da população, que inclui as pessoas idosas.

Na média brasileira, a razão de sexo em 2006 era de 95%, enquanto nas metrópoles era de 90,2%. Já entre os jovens de 15 a 24 anos, a razão de sexo no Brasil era de 99,2% e nas metrópoles de 94,9%. Não há diferença significativa nas razões de sexo de adolescentes e jovens adultos nas metrópoles. No entanto, vale observar que fora das metrópoles há uma predominância feminina entre os adolescentes, que se inverte entre os jovens adultos, influenciada tanto pela mortalidade de adolescentes e jovens adultos homens como pela migração deles para as metrópoles.

No que diz respeito às taxas de participação, que expressam a relação entre a população economicamente ativa (PEA)³⁰ e a população em idade ativa (PIA), a taxa de participação dos jovens é ligeiramente maior que a média da população, puxada principalmente pela participação dos jovens adultos metropolitanos, cuja taxa atingiu 79,1% em 2006. Os adolescentes de 15 a 19 anos têm taxas de participação mais baixas porque ainda estão em idade escolar e, muitas vezes são desestimulados a procurar trabalho enquanto não adquirirem conhecimento formal e experiência. Até mesmo analisando o lado da demanda por trabalho, os empregadores exigem um nível mínimo de escolarização formal e de experiência que os adolescentes não atingiram, o que representa uma barreira à entrada ao mundo do trabalho para esse grupo. Além da restrição legal ao trabalho de adolescentes com menos de 16 anos prevista no ECA³¹.

As taxas de participação femininas são sempre menores que as masculinas, já que o aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho é uma transformação social recente, sobretudo nos últimos 20 anos. Mesmo com a crescente participação feminina no mundo do trabalho, são definidos papéis sociais distintos para elas, que mantêm a responsabilidade

³⁰ A população economicamente ativa (PEA) é composta pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade que estão pressionando de alguma forma o mercado de trabalho, seja na condição de ocupado ou de desempregado, aquele que está procurando um trabalho.

³¹ Ver nota de rodapé 29.

quase que exclusiva com os afazeres domésticos e o cuidado com filhos, o que inviabiliza o comprometimento com uma jornada mais extensa no mercado de trabalho e leva a uma redução na duração do emprego e a alta rotatividade. Como o papel de principal provedor da família é atribuído socialmente ao homem, às mulheres são reservadas ocupações de menor rendimento e de pouco reconhecimento social³², com entradas e saídas da atividade econômica mais freqüentes, para assumir os papéis de “dona de casa” e de mãe. Por outro lado, pelo menos no Brasil, às meninas é mais fácil a permanência na escola por mais tempo, sem a associação com o trabalho, o que já não acontece com os meninos.

Enquanto se observa que parte preponderante das mulheres realiza trabalho em afazeres domésticos, menos da metade dos homens destina seu tempo para essa forma de atividade. Sem dúvida, essa diferenciação já sugere uma menor responsabilidade do homem na organização familiar, cabendo relativamente mais às mulheres este tipo de ônus social. A mulher tende, portanto, a conhecer melhor a organização social da família. Ambos realizam jornadas totais de trabalho extensas, contudo as mulheres respondem por uma jornada de trabalho em afazeres domésticos, em média, três vezes superior àquela realizada pelos homens. É espantoso que essa diferenciação seja observada inclusive na condição de desemprego, quando o trabalho de caráter econômico não se faz presente. (DEDECCA, 2004).

“O papel de gênero se refere à adoção pelo indivíduo de atitudes e comportamentos considerados típicos e adequados, para o seu sexo biológico, pela sociedade em que vive, e cujas expectativas de conduta norteiam os comportamentos de uma menina ou de um menino.” (NASCIMENTO, 2005). As últimas décadas têm presenciado uma importante mudança dos papéis sociais femininos, a partir do momento que a mulher assumiu uma nova inserção social, ingressando no mercado de trabalho e ampliando seus vínculos com pessoas e coisas para além do domicílio. Em épocas anteriores, uma jovem transitava do núcleo familiar, sem intermediações, para o casamento e, em muitos países, até o acesso à escola das meninas era muito limitado. Tais transformações trouxeram conseqüências nas relações familiares, especialmente nas relações de mães e filhos. A saída da mulher para mercado de trabalho fez que crescesse a demanda por serviços domésticos remunerados, assim como a necessidade de creches para os seus filhos pequenos.³³

A taxa de participação dos jovens de sexo masculino no Brasil era de 73,0% e para os jovens de sexo feminino de 54,8% (uma diferença de 18,2 pontos percentuais). Nas metrópoles, as

³² Serão apresentadas as características de jovens, homens e mulheres, trabalhadores, na próxima seção.

³³ As questões de gênero e as mudanças nas estruturas familiares são objetos de diversas pesquisas sobre as transformações recentes no mercado de trabalho. Neste estudo, reconhecendo a importância desses temas, serão apresentadas algumas características dos jovens por sexo e posição no domicílio, mas não serão aprofundados os fundamentos teóricos por fugirem ao objeto de estudo.

taxas de participação masculinas eram também maiores que as femininas (68,5% contra 57,8%), mas a diferença entre homens e mulheres era menor que a média nacional (10,7 pontos percentuais). Para os adolescentes, as taxas de participação são, em geral, menores que aquelas dos jovens adultos; mas a distância entre as taxas das meninas e dos meninos é bem menor entre os adolescentes. Isso pode ser parcialmente explicado pela elevada taxa de participação dos jovens adultos homens, que chegava a 86,8% nas metrópoles em 2006. Mas também pela maior homogeneidade de condições entre meninos e meninas adolescentes na busca do primeiro emprego, no que se refere à sua oferta de trabalho.

A taxa de desemprego é um dos principais indicadores de mercado de trabalho por ser muito sensível às oscilações conjunturais de curto e médio prazo. Com as transformações recentes no mundo do trabalho, as taxas de desemprego mudaram para um patamar mais elevado e aí se estabilizaram, com oscilações em outro nível, o que se passou a chamar de “desemprego estrutural” na atual conjuntura. Ela é calculada relacionando-se o montante de pessoas de 10 anos ou mais de idade desempregadas ou desocupadas com o total da população economicamente ativa (PEA).

Antes de analisar as taxas de desemprego no Brasil, é importante falar do conceito de trabalho adotado na PNAD. A pesquisa considera trabalho em atividade econômica:

- a) Ocupação *remunerada* em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços ou nos serviços domésticos;
- b) Ocupação *sem remuneração* na produção de bens e serviços, desenvolvida durante *pelo menos uma hora na semana*:
 - em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador;
 - em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou
 - como aprendiz ou estagiário;
- c) Ocupação desenvolvida, durante *pelo menos uma hora na semana*:
 - na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar (*produção para o próprio consumo*); ou

- na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar (*construção para o próprio uso*). (IBGE, 2007, p.29 – grifos nossos).

Portanto, o conceito de trabalho do IBGE tende a superdimensionar a ocupação, principalmente em áreas rurais, quando considera ocupadas as pessoas que trabalharam na produção para consumo próprio – muito comum para trabalhadores em atividades agrícolas – e na construção para o próprio uso. Neste estudo não foram feitos tratamentos estatísticos para excluir estes trabalhadores dos cálculos de ocupação e desemprego, pois, no mercado de trabalho metropolitano, o peso relativo da produção para o auto-consumo é pequeno. Mesmo a inclusão dos trabalhadores na construção para o próprio uso, mais comuns nos centros urbanos, não chega a influenciar significativamente os indicadores. Assim, optou-se por manter os conceitos originais da pesquisa, com todas as taxas calculadas para a semana de referência³⁴.

Essas diferenças conceituais são importantes quando se estuda a juventude e a metodologia da PNAD passa a ser mais uma vantagem do que um problema. Para os jovens que estão entrando no mundo do trabalho, o trabalho não remunerado, a ajuda a membros da família, a produção para consumo próprio (e da unidade domiciliar) e a construção para o próprio uso são formas de inserção precárias com um peso significativo, para além da precariedade observada nas formas mais tradicionais de ocupação. Mesmo assim, ainda neste capítulo, na seção 4.3, serão agregadas as posições na ocupação mais vulneráveis³⁵, sem incluir os trabalhadores na produção para auto-consumo e nem os da construção para uso próprio, como forma de aproximar a condição de vulnerabilidade às formas de inserção no mercado de trabalho, em relações de produção capitalistas.

³⁴ A PNAD também permite calcular alguns indicadores para o ano anterior à semana de referência (358 dias) e mesmo para antes disso. (IBGE, 2007).

³⁵ Conforme conceito de CASTEL, 1997, ver capítulo 3. Neste estudo foram considerados como vulneráveis os ocupados nas posições de empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com e sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e não remunerados.

Tabela 4 - Taxas de desemprego e proporção de desempregados que nunca trabalharam, segundo espaços geográficos selecionados – Brasil, 2006

Grupos etários e áreas geográficas	Taxa de desemprego (Des/PEA) (%)			Desempregados que nunca trabalharam (%)		
	Total	Masculina	Feminina	Total	Masculina	Feminina
Brasil	8,4	6,4	11,0	28,3	26,8	29,4
Metropolitano	11,8	9,0	15,0	29,0	28,9	29,1
Não metropolitano	6,9	5,3	9,0	27,8	25,3	29,8
Jovens de 15 a 24 anos						
Brasil	17,8	13,8	23,0	44,9	43,7	45,9
Metropolitano	24,8	20,3	29,8	49,8	50,3	49,4
Não metropolitano	14,8	11,3	19,7	41,5	39,2	43,3
Adolescentes de 15 a 19 anos						
Brasil	22,4	17,9	28,7	59,2	58,1	60,1
Metropolitano	34,5	29,2	40,2	66,3	67,8	65,0
Não metropolitano	18,2	14,4	23,9	54,5	52,2	56,7
Jovens adultos de 20 a 24 anos						
Brasil	14,7	11,1	19,4	30,6	28,0	32,5
Metropolitano	19,7	15,7	24,2	34,6	33,6	35,4
Não metropolitano	12,3	9,0	16,8	27,6	23,8	30,3

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Mesmo com a tendência de superestimar a ocupação, as taxas de desemprego calculadas para os jovens com base na PNAD 2006 são mais do que o dobro da média nacional, como vemos na Tabela 4. A taxa de desemprego era de 8,4% da PEA no Brasil e, nas metrópoles, mais elevada (11,8% da PEA). Considerando apenas os jovens de 15 a 24 anos, as taxas de desemprego aumentam para 17,8%, no Brasil como um todo, e 24,8% nas metrópoles, apesar da pouca diferença nas taxas de participação médias nesses grupos.

Estudos sobre o desemprego entre jovens admitem esse diferencial entre as taxas de desemprego de jovens e dos adultos como sendo resultado, além da insuficiência de demanda com as transformações recentes no mundo do trabalho e o processo de reestruturação produtiva, de elementos como: a diminuição da renda familiar ou domiciliar; a insuficiência do sistema escolar formal em termos de alcance e qualidade; a regulamentação do mercado de trabalho formal; uma combinação de diversas formas de discriminação, que se associam à discriminação de idade. Os diferenciais de taxas de desemprego entre jovens e adultos ocorreriam, portanto, devido ao baixo nível de escolaridade e à insuficiente experiência profissional dos jovens (CACCIAMALI, 2005).

Quanto ao nível de escolaridade, é de se esperar que ele seja baixo entre jovens ainda em idade escolar e num contexto de baixa qualidade no sistema formal de ensino, sobretudo o ensino público, que atinge a todos, adultos e jovens. Além disso, o fato de o jovem nunca ter trabalhado antes, ou seja, a sua falta de experiência profissional, representa geralmente uma barreira à entrada no mundo do trabalho relevante. A mudança na estrutura do emprego, dos salários e da renda em direção a maior precarização, baixa qualidade dos postos de trabalho gerados e estagnação ou redução dos rendimentos tem feito com que os jovens disputem ocupações com adultos, influenciando no aumento das taxas de desemprego total e entre jovens. E as dificuldades de inserção na ocupação são maiores para aqueles que têm menos experiência profissional, seja qual for o requisito mínimo para contratação.

Segundo Baltar (2003), as modificações no perfil da ocupação adulta foram ainda maiores que as dos jovens na década de 1990, com uma redução maior dos adultos que possuem emprego formalizado, aumento dos trabalhadores por conta própria e proporção de adultos em empregos sem carteira e no serviço doméstico remunerado. Essas modificações significaram, para os jovens, uma redução nas alternativas de entrada no mercado de trabalho, maior exclusão da atividade econômica e maior desemprego.

Entre os adolescentes as taxas de desemprego são significativamente mais elevadas, chegando a 22,4% no Brasil e 34,5% nas metrópoles. E com taxas de participação menores, o que denota as dificuldades enfrentadas por aqueles adolescentes que procuram uma primeira ocupação, mesmo que seja em tempo parcial ou em condições precárias.

E entre todos os desempregados, a proporção dos que nunca trabalharam fica próxima aos 30% e é um pouco mais elevada para as mulheres, que têm taxas de participação mais baixa. Para os jovens adultos, a proporção dos que nunca trabalharam entre os desempregados fica próxima à média do conjunto dos desempregados, mas um pouco mais elevada. Já entre os adolescentes, os desempregados estão majoritariamente buscando seu primeiro emprego – a proporção dos que nunca trabalharam era de 59,2% na média nacional e de 66,3% nas metrópoles em 2006.

As taxas de desemprego das mulheres são sempre superiores às dos homens em todos os espaços analisados. Para os adolescentes de 15 a 19 anos as diferenças nas taxas são ainda maiores, o que pode ser devido à maior rotatividade nas ocupações das meninas, que conseguem trabalho doméstico nas grandes cidades, onde há muita demanda por este tipo de

serviço, exercido quase que exclusivamente por mulheres.³⁶ Além de apresentarem as taxas de desemprego mais elevadas, a proporção de meninas que nunca trabalharam entre as desempregadas é também um pouco maior do que aquela dos meninos no conjunto do País. Nas metrópoles, há uma proporção menor de meninas que nunca trabalharam entre as adolescentes, provavelmente influenciada pela demanda por serviços domésticos.

4.2 Os papéis de trabalhador, estudante, dedicados a afazeres domésticos e a “desfiliação” da juventude metropolitana

Como forma de comprovar a hipótese de que a juventude metropolitana brasileira é predominantemente trabalhadora, antes de analisar as características dos jovens ocupados, foram construídas categorias para todos os jovens metropolitanos com o objetivo de identificar a sua dedicação ao mundo do trabalho, associada com a frequência à escola formal³⁷. Também foram indicados, em separado, aqueles jovens que declaram realizar afazeres domésticos, além das atividades de trabalho e estudo. Como a realização de afazeres domésticos no próprio domicílio não é considerada atividade econômica, a não ser que seja na forma de serviço doméstico em outro domicílio, foram apenas indicadas as proporções dos que os realizam, para verificar a sua importância no cotidiano dos jovens.

A partir da Tabela 5, observa-se que 31,2% dos jovens metropolitanos apenas trabalham, com uma concentração no grupo de jovens adultos de 20 a 24 anos (46,9% deles só trabalham). Por outro lado, 26,1% dos jovens só estudam – são considerados, portanto, inativos ou não economicamente ativos, condição que seria ideal para os jovens em idade escolar. É verdade que a maior parte dos que só estudam está entre os adolescentes (45,7% deles só estudam), condição considerada desejável, pois a associação de trabalho e estudo pode trazer consequências negativas ao rendimento e à formação escolar.³⁸ E associar trabalho e estudo é relativamente comum entre os jovens metropolitanos (16,2% deles o fazem, com certo equilíbrio nesta proporção para adolescentes e jovens adultos). Toda a expansão da

³⁶ Mais informações sobre as formas de inserção na ocupação dos jovens na próxima seção.

³⁷ A PNAD pesquisa a frequência a curso regular (de ensino fundamental, ensino médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, de alfabetização de adultos, supletivo ministrado em escola ou pré-vestibular. A pessoa que freqüentava somente curso de especialização profissional, de extensão cultural (idioma, costura, informática etc.) ou supletivo por meio de rádio, televisão ou correspondência não é considerada estudante. Também não são estudantes aqueles que apenas se matricularam e não continuaram freqüentando o curso. (IBGE, 2007).

³⁸ Sobre a tendência de pior rendimento escolar entre crianças e adolescentes trabalhadores, ver AZEVEDO; MENEZES e FERNANDES, 2000.

escolaridade dos jovens no Brasil não foi acompanhada de um desligamento do mundo do trabalho. E mesmo afetados pelo desemprego, a maior parte dos jovens não entra em atitudes de abandono, ao menos imediato, de suas pretensões de escolaridade. (SPOSITO, 2005).

Existem diferenças nestes indicadores em relação ao sexo. Entre os jovens do sexo masculino é maior a proporção dos que só trabalham (37,0% para os homens contra 25,6% para as mulheres), destacadamente entre os jovens adultos – entre os jovens de 20 a 24 do sexo masculino, 55,8% só trabalham. No entanto, por outro lado, apesar de ser um pouco mais elevada a proporção de mulheres que só estudam entre os jovens, as diferenças não são muito grandes em relação aos homens; apenas no grupo de mulheres jovens adultas a proporção é um pouco maior que a dos homens, o que indica que as mulheres conseguem permanecer um pouco mais na condição de estudantes sem ir ao mercado de trabalho. Mesmo porque a rotatividade em ocupações precárias, de curta jornada e nos serviços domésticos é mais freqüente entre as mulheres.

De acordo com SPOSITO (2005), ao conseguirem um percurso escolar sem tantas interrupções e com melhor rendimento, as mulheres jovens encerram mais rapidamente sua carreira escolar nos degraus baixos do ensino. E as jovens “inativas” não são apenas estudantes; podem estar, sobretudo, dedicadas aos afazeres domésticos, conforme indicam alguns estudos sobre jovens que não trabalham e nem estudam.³⁹

³⁹ SPOSITO (2005) indica várias referências de estudos mais detalhados sobre jovens que não trabalham e nem estudam, que nesta dissertação foram considerados “desfiliaados”, fazendo uma aproximação a partir do conceito de Castel. Mas estes jovens não são objeto desta dissertação.

Tabela 5 - Distribuição dos jovens metropolitanos e proporção dedicada a afazeres domésticos, segundo a condição de ocupação, frequência à escola e sexo – 2006

Sexo e condição de ocupação e frequência à escola	Distribuição (%)			% dedicados a afazeres domésticos		
	15 a 24	15 a 19	20 a 24	15 a 24	15 a 19	20 a 24
Total	100,0	100,0	100,0	66,2	66,6	65,9
Só trabalha	31,2	14,0	46,9	61,3	58,7	62,0
Trabalha e estuda	16,2	15,8	16,6	59,7	63,4	56,5
Desempregado e estudante	8,5	5,6	11,1	77,9	75,7	78,9
Desempregado e não estuda	7,1	10,1	4,4	76,6	77,9	73,9
Só estuda	26,1	45,7	8,3	64,8	65,4	61,5
Não trabalha e nem estuda, sem procura	10,8	8,9	12,7	77,6	72,0	81,1
Masculino	100,0	100,0	100,0	48,2	49,8	46,7
Só trabalha	37,0	16,6	55,8	45,9	43,7	46,5
Trabalha e estuda	17,6	17,8	17,4	45,5	49,2	42,0
Desempregado e estudante	7,3	4,8	9,6	54,7	52,3	55,8
Desempregado e não estuda	6,6	9,5	4,0	59,9	62,1	55,2
Só estuda	25,1	44,9	6,9	49,5	50,3	44,4
Não trabalha e nem estuda, sem procura	6,4	6,5	6,3	43,7	43,5	43,9
Feminino	100,0	100,0	100,0	83,4	82,6	84,1
Só trabalha	25,6	11,5	38,5	82,4	79,2	83,3
Trabalha e estuda	15,0	14,0	15,9	75,5	80,6	71,5
Desempregado e estudante	9,6	6,4	12,6	94,6	92,3	95,7
Desempregado e não estuda	7,6	10,7	4,8	90,3	91,1	88,7
Só estuda	27,1	46,3	9,6	78,2	79,4	73,2
Não trabalha e nem estuda, sem procura	15,1	11,1	18,6	91,2	87,8	93,1

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Além de trabalhar e estudar, a Tabela 5 mostra que cuidar de afazeres domésticos é uma atividade comum entre os jovens metropolitanos, principalmente entre as mulheres, a quem a sociedade atribui o papel de cuidar das tarefas da casa, enquanto, no caso do homem o papel de provedor financeiro é predominante. No entanto, apesar das meninas apresentarem taxas de participação mais baixas, é significativa a proporção daquelas que só trabalham (25,6%) e que conciliam trabalho e estudo (15,0%) e que, portanto, acumulam dupla ou tripla jornada quando considerados os afazeres domésticos. As proporções de meninas que declararam cuidar de afazeres domésticos estão sempre acima dos 70%, em todas as categorias analisadas, enquanto as proporções dos meninos chegam a, no máximo, 62,1% (para os adolescentes desempregados que não estudam). Assim,

Pode-se afirmar que a maior recorrência da mulher no mercado de trabalho não lhe propicia uma jornada de trabalho menos intensa em afazeres domésticos. Cabe explicitar, portanto, que uma maior igualdade da jornada de trabalho de caráter econômico entre sexos, que significaria uma elevação da mesma para as mulheres, reforçaria a lógica da dupla jornada de trabalho que elas cotidianamente realizam. Também, pode-se esperar que uma maior flexibilidade do tempo econômico amplie as tensões existentes na composição do uso do tempo pelas mulheres. (DEDECCA, 2004).

Uma categoria que, no que diz respeito ao mundo do trabalho e à frequência à escola, tem um paralelo com os “desfiliados” descritos por Castel (1997) é a de jovens que não trabalham, não estudam e nem procuram trabalho. Como já foi mencionado, o conceito de Castel é mais abrangente, pois tem relação também com o pertencimento à família, a participação na comunidade, o acesso a direitos de cidadania e serviços públicos, ou outras formas de pertencimento e reconhecimento social. Aqui, o indicador foi construído apenas com as informações disponíveis na PNAD e relacionadas ao mundo do trabalho e à educação. Com base nesse indicador, 10,8% dos jovens não trabalham, não estudam e nem procuram trabalho, o que agrava a sua situação de vulnerabilidade a um grau próximo à condição de “desfiliados” descrita por Castel⁴⁰. Mas é importante assinalar que esse grupo, composto por uma maioria de mulheres que, ao mesmo tempo, apresentam as maiores proporções de jovens que cuidam de afazeres domésticos; elas estão no papel de “donas de casa”, já assumindo parte das tarefas domésticas em seus domicílios, mesmo que precocemente. Aqueles que ajudam nos afazeres domésticos, na maioria meninas, permitem, muitas vezes, que outros membros do domicílio participem do mercado de trabalho. Apenas cerca de 9% das jovens que não trabalham, não estudam, nem procuram trabalho, afirmaram não cuidar de afazeres domésticos. Entre os meninos a “desfiliação” é maior, pois dos 6,4% deles que não trabalham, não estudam, nem procuram trabalho, a maioria (56%) também não cuidavam de afazeres domésticos.

⁴⁰ Ver capítulo 3.

Tabela 6 - Distribuição dos jovens metropolitanos por condição no domicílio, segundo a condição de ocupação, frequência à escola e sexo – 2006

Sexo e condição de ocupação e frequência à escola	Condição no domicílio								
	15 a 24			15 a 19			20 a 24		
	Pessoa de referência	Filho	Outra	Pessoa de referência	Filho	Outra	Pessoa de referência	Filho	Outra
Total	7,0	71,3	21,6	1,7	81,4	16,9	11,9	62,1	25,9
Só trabalha	15,3	59,9	24,8	6,1	70,0	23,9	17,8	57,2	25,1
Trabalha e estuda	5,0	79,3	15,7	1,8	85,0	13,3	7,8	74,4	17,8
Desempregado e estudante	5,9	67,7	26,3	2,2	73,0	24,7	7,6	65,3	27,1
Desempregado e não estuda	2,1	81,6	16,4	0,8	85,3	13,9	4,8	73,7	21,5
Só estuda	1,0	85,7	13,3	0,4	87,2	12,5	4,3	78,4	17,3
Não trabalha e nem estuda, sem procura	5,1	53,6	41,3	2,0	64,0	34,1	7,1	46,9	46,0
Masculino	9,6	76,1	14,2	2,1	84,8	13,0	16,5	68,1	15,3
Só trabalha	20,1	63,2	16,7	7,6	75,2	17,3	23,5	59,9	16,6
Trabalha e estuda	6,6	81,0	12,4	2,3	86,5	11,2	10,5	75,8	13,7
Desempregado e estudante	6,4	77,9	15,7	1,4	79,9	18,7	8,7	76,9	14,4
Desempregado e não estuda	2,0	84,1	13,8	1,4	86,4	12,2	3,5	79,3	17,2
Só estuda	0,7	88,0	11,2	0,4	88,4	11,2	2,8	85,9	11,3
Não trabalha e nem estuda, sem procura	3,9	80,7	15,4	1,1	81,6	17,3	6,6	79,8	13,6
Feminino	4,6	66,8	28,7	1,3	78,1	20,6	7,6	56,4	36,0
Só trabalha	8,6	55,4	35,9	4,1	62,9	33,0	9,9	53,4	36,8
Trabalha e estuda	3,3	77,4	19,3	1,1	83,1	15,8	5,0	72,9	22,1
Desempregado e estudante	5,6	60,4	34,0	2,8	68,2	29,0	6,9	56,9	36,3
Desempregado e não estuda	2,1	79,4	18,4	0,3	84,4	15,3	5,8	69,3	24,9
Só estuda	1,3	83,7	15,0	0,4	86,0	13,6	5,3	73,4	21,3
Não trabalha e nem estuda, sem procura	5,5	42,6	51,8	2,4	54,2	43,3	7,2	36,3	56,5

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Nos domicílios, os jovens estão principalmente na condição de filhos (71,3%). Mas quando observados apenas o grupo dos jovens que declararam só trabalhar, a proporção daqueles na condição de filhos cai para 59,9% e na condição de pessoa responsável aumenta para 15,3%. Ou seja, os jovens que assumem cedo a responsabilidade pelo domicílio, muitas vezes constituindo uma nova família, tendem estar mais presentes na categoria dos que só trabalham. Essa situação é mais clara entre os jovens adultos, sobretudo os do sexo masculino. Entre as jovens do sexo feminino, a proporção daquelas na condição de filhas é menor que a de jovens do sexo masculino, já que as mulheres mais jovens assumem mais a condição de cônjuge que os meninos.

Outro elemento relacionado à estrutura domiciliar é a presença da mãe no domicílio. Estudos sobre trabalho infantil indicam, por exemplo, que a escolaridade da mãe é uma variável

diretamente relacionada com a entrada precoce de crianças no mercado de trabalho – quanto maior a escolaridade da mãe, menor a probabilidade da criança trabalhar e melhor seu rendimento escolar.⁴¹ Conforme a Tabela 7, os jovens que tinham as maiores proporções de mães ausentes, sejam já falecidas ou que não moravam no domicílio, são os que só trabalham ou, no outro extremo, não trabalham, não estudam e nem procuram trabalho, e sobretudo entre as mulheres, provavelmente porque assumem precocemente responsabilidades de provedores financeiros e na ajuda com a educação de irmãos mais jovens, tentando suprir parcialmente o papel social que era da mãe no domicílio.

Tabela 7 - Proporções de jovens metropolitanos que tinham mãe viva e cuja mãe não morava no domicílio, segundo a condição de ocupação, frequência à escola e sexo – 2006

Sexo e condição de ocupação e frequência à escola	Não tinham mãe viva			Mãe não mora no domicílio		
	15 a 24	15 a 19	20 a 24	15 a 24	15 a 19	20 a 24
Total	4,2	3,1	5,2	29,4	19,1	38,8
Só trabalha	5,4	4,2	5,7	41,2	32,2	43,6
Trabalha e estuda	3,1	2,8	3,4	22,0	16,3	27,0
Desempregado e estudante	4,4	3,9	4,6	32,8	27,4	35,3
Desempregado e não estuda	3,4	1,8	6,6	17,2	13,1	25,7
Só estuda	2,7	2,7	3,0	14,5	12,8	23,4
Não trabalha e nem estuda, sem procura	6,5	5,3	7,3	47,5	37,4	54,0
Masculino	4,0	3,0	4,9	25,2	16,5	33,1
Só trabalha	5,0	4,0	5,3	38,6	29,5	41,1
Trabalha e estuda	3,0	2,7	3,2	21,2	15,6	26,4
Desempregado e estudante	4,7	3,5	5,1	23,1	21,0	24,0
Desempregado e não estuda	3,3	1,7	6,9	14,7	12,3	19,9
Só estuda	2,8	2,7	3,3	12,8	12,0	17,3
Não trabalha e nem estuda, sem procura	5,5	4,3	6,6	20,8	20,3	21,2
Feminino	4,4	3,2	5,5	33,3	21,5	44,1
Só trabalha	5,9	4,4	6,4	44,7	36,0	47,1
Trabalha e estuda	3,3	3,0	3,5	23,0	17,1	27,7
Desempregado e estudante	4,2	4,2	4,3	39,8	31,9	43,4
Desempregado e não estuda	3,4	1,9	6,4	19,3	13,8	30,3
Só estuda	2,6	2,6	2,7	16,0	13,4	27,5
Não trabalha e nem estuda, sem procura	6,9	5,8	7,5	58,3	46,8	64,6

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

⁴¹ AZEVEDO, MENEZES e FERNANDES, 2000.

Para entender a juventude trabalhadora metropolitana deve ser analisada a sua inserção em estrato socioeconômico a que ela pertence, que se sobressai para além das características de idade, sexo ou de composição do domicílio ou da família. Os jovens trabalhadores que enfrentam os maiores desafios na transição para o mundo do trabalho têm “rosto definido”.⁴²

Pertencem à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria (...) em regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas. Compõem esse universo (...) crianças e jovens que têm inserção precoce no mundo do emprego ou subemprego. Inserção que não é uma escolha, mas uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se construiu no Brasil. (FRIGOTTO, 2004).

Uma variável que pode ser considerada uma boa aproximação para analisar as características de estrato socioeconômico dos jovens metropolitanos brasileiros no capitalismo contemporâneo é o rendimento de todas as fontes dos membros do domicílio, apesar das limitações das informações sobre rendimento na PNAD.⁴³ Para melhor trabalhar com os dados de rendimentos disponíveis na pesquisa, foi utilizado o rendimento domiciliar *per capita*, como forma de incluir na análise os jovens que não têm rendimentos, mas fazem parte de um grupo social – o seu domicílio – e se beneficiam solidariamente dos rendimentos financeiros dos seus membros.

Antes de tratar dos jovens, a Tabela 8 traz algumas estatísticas que descrevem a estrutura de rendimentos domiciliares médios no Brasil como um todo e nas metrópoles. Percebe-se que nas metrópoles tanto a média como a mediana de rendimentos são maiores que as nacionais. E há importantes diferenças entre as dez metrópoles analisadas, principalmente entre as metrópoles de regiões mais desenvolvidas (São Paulo e Rio de Janeiro) e menos desenvolvidas (Fortaleza, Recife e Salvador).

⁴² Na definição desse “rosto”, as desigualdades étnicas e raciais são importantes dimensões associadas à juventude além da sua condição no mundo do trabalho e estrato socioeconômico, principalmente entre regiões distintas do Brasil (ABRAMO e BRANCO, 2005; NOVAES e VANUCCI, 2004; SPOSITO, 2002; LIMA, 2002, GONZALEZ, 1979 entre outros).

⁴³ A informação de rendimento é de difícil captação nas pesquisas domiciliares, pois as pessoas tendem a informar apenas o que recebem regularmente ou de forma contratual, de sua principal fonte. Apesar de a pesquisa ter questões sobre outras formas de rendimento, como pensões, aposentadorias, doações, aluguéis e rendimentos financeiros, as informações tendem a ser menos confiáveis do que as de rendimento do trabalho principal. Além disso, não são investigados lucros, acesso ao crédito, valores de propriedades, heranças, montantes de investimentos, entre outras.

Tabela 8 - Descrição da estrutura de rendimentos domiciliares *per capita* das pessoas com declaração de rendimento – Brasil e Metrôpoles, 2006

Estatísticas descritivas	Valores (em R\$ de setembro de 2006)	
	Brasil	Metrôpoles
Média	492,81	653,46
Mediana	274,00	350,00
Moda	350,00	350,00
Percentis		
10	80,00	111,00
20	120,00	164,00
30	167,00	216,00
40	215,00	275,00
50	274,00	350,00
60	350,00	445,00
70	448,00	592,00
80	625,00	820,00
90	1.000,00	1.425,00

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Nota: Valor do salário mínimo em 30 de setembro de 2006 = R\$ 350,00

No entanto, a moda, ou seja, o valor mais freqüente, coincide nos dois espaços e corresponde ao valor do salário mínimo vigente na data de referência da pesquisa, que era de R\$ 350 (trezentos e cinquenta reais) em 30 de setembro de 2006. Por isso, existe uma diferença quando se fala dos 50% mais pobres ou dos 10% mais ricos em cada espaço analisado. No Brasil como um todo, os 50% mais pobres recebiam até R\$ 274, e nas metrôpoles até R\$ 350; os 10% mais ricos ganhava acima de R\$ 1.000 no país como um todo e acima de R\$ 1.425 nas metrôpoles. As regiões metropolitanas menos desenvolvidas têm rendimentos médios mais baixos que as mais desenvolvidas, como será analisado na seção 4.1, para o jovens ocupados.

A opção metodológica neste trabalho foi não utilizar os *decis*⁴⁴ calculados para o País como um todo, mas aqueles calculados para as metrôpoles. O procedimento mais correto seria calcular distribuições para cada uma das metrôpoles em separado, mas como é analisado o conjunto das metrôpoles em grande parte do trabalho, manteve-se a média metropolitana. Quando se tratar do Brasil, os valores serão os nacionais. Foram agrupados os extremos da distribuição, sendo que o critério foi o valor do rendimento. O limite superior dos 50% mais pobres (mediana ou quinto decil) era quatro vezes menor que o limite inferior dos 10% mais ricos (nono decil) em 2006.

⁴⁴ Os *decis* são medidas estatísticas que separam, em dez subconjuntos, um conjunto de dados ordenados de forma crescente.

Na Tabela 9, são apresentadas as importantes diferenças de estrato socioeconômico entre os jovens metropolitanos. Para os mais pobres, a proporção dos que só trabalham é de 27,3% contra 19,3% dos “mais ricos”. Os jovens mais ricos estão principalmente na categoria dos que só estudam – 41,2% do total de jovens mais ricos só estudam – e a proporção dos que não trabalham, não estudam e nem procuram trabalho é de 4,2%. Entre os jovens “mais pobres”, a proporção dos que só estudam é de 26,0% e dos que não trabalham, não estudam e nem procuram trabalho de 15,2%.

No grupo dos adolescentes de 15 a 19 anos mais ricos, 74,4% só estudam e 12,9% associam trabalho e estudo. Entre os jovens adultos mais ricos, o trabalho passa a ter um peso maior, mesmo assim, a proporção dos que conciliam trabalho e estudo é a mais elevada (37,9%).

Entre os adolescentes mais pobres, a condição de ser exclusivamente estudante é também a mais freqüente, porém bem mais baixa que entre os adolescentes mais ricos (43,5% contra 74,4%, respectivamente). Os limites da escolaridade são percebidos pelos jovens mais pobres e suas famílias quando se defrontam com escolas de baixa qualidade e que se distanciam de suas necessidades reais do cotidiano, principalmente as escolas públicas, onde eles estão mais presentes. A baixa qualidade do ensino no Brasil, apesar do incremento quantitativo de jovens matriculados nas escolas, compromete seriamente o desenvolvimento cognitivo e de capacidades e competências para a vida. Diversas fontes⁴⁵ afirmam que a qualidade de ensino é insuficiente, as escolas não estão preparadas, falta material didático e pedagógico. Em resumo, a escola brasileira não está preparada para o aluno brasileiro, principalmente depois do processo de universalização do ensino fundamental e expansão do médio.

E para os jovens adultos mais pobres, a condição de ser somente trabalhador é a mais importante (44,9% do total de jovens mais pobres só trabalham). Estes jovens que abandonam a escola estão, portanto, condenados às ocupações consideradas “de segunda categoria” e às ocupações informais do mercado de trabalho, já que as empresas passaram a adotar uma política de contratação seletiva como parte de seus processos de reorganização e a conclusão do ensino médio formal, cada vez mais, como requisito mínimo para contratação.

⁴⁵ Citadas por WASELFISZ (2007).

Tabela 9 - Distribuição de jovens metropolitanos por categoria de rendimento, segundo a condição de ocupação, freqüência à escola e sexo – 2006

Sexo e condição de ocupação e freqüência à escola	Jovens de 15 a 24 anos		Adolescentes de 15 a 19 anos		Jovens adultos de 20 a 24 anos	
	50% mais pobres	10% mais ricos	50% mais pobres	10% mais ricos	50% mais pobres	10% mais ricos
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Só trabalha	27,3	19,3	12,4	3,9	44,9	29,3
Trabalha e estuda	10,7	28,0	13,5	12,9	7,8	37,9
Desempregado e estudante	12,4	1,6	7,4	0,9	17,2	2,1
Desempregado e não estuda	8,5	5,7	11,9	4,9	4,5	6,2
Só estuda	26,0	41,2	43,5	74,4	6,3	19,4
Não trabalha e nem estuda, sem procura	15,2	4,2	11,2	3,0	19,2	5,1
Masculino	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Só trabalha	34,2	19,6	15,8	4,9	57,4	29,0
Trabalha e estuda	12,5	30,6	15,8	14,5	8,9	40,8
Desempregado e estudante	10,7	2,0	6,2	1,6	15,6	2,4
Desempregado e não estuda	8,1	5,8	11,2	5,5	4,2	6,0
Só estuda	25,8	39,8	43,2	72,0	4,7	19,3
Não trabalha e nem estuda, sem procura	8,7	2,2	7,9	1,6	9,2	2,5
Feminino	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Só trabalha	21,1	19,0	9,2	3,1	34,3	29,6
Trabalha e estuda	9,0	25,6	11,3	11,4	6,9	35,1
Desempregado e estudante	13,8	1,3	8,5	0,3	18,6	1,9
Desempregado e não estuda	8,8	5,6	12,7	4,4	4,8	6,4
Só estuda	26,2	42,4	43,9	76,6	7,6	19,5
Não trabalha e nem estuda, sem procura	21,1	6,2	14,4	4,3	27,8	7,6

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Podem ser considerados fundamentalmente trabalhadores os jovens que só trabalham ou são desempregados e não estudam, que são 35,8% dos jovens mais pobres e 24,9% dos jovens mais ricos. Ao deixarem de ser estudantes, os jovens assumem plenamente o papel de trabalhador, um dos principais marcos do começo da vida adulta. Entre os adolescentes mais pobres, nada menos que 24,4% são fundamentalmente trabalhadores; entre os mais ricos, essa proporção cai de forma expressiva, para 8,8%. Para os jovens adultos mais pobres, a proporção dos que são fundamentalmente trabalhadores é de 49,4% e, entre os mais ricos, 35,5%, ambas as proporções elevadas.

Por outro lado, a permanência na escola, algo desejável mesmo para os jovens que trabalham, é realidade de 49,0% dos jovens mais pobres e 70,8% dos jovens mais ricos. Para os adolescentes, as proporções daqueles que são fundamentalmente estudantes são de 64,4% para

os mais pobres e 88,2% entre os mais ricos. Para os jovens adultos, 31,3% dos mais pobres e 59,4% dos mais ricos.

As diferenças entre os sexos são reproduzidas nos estratos socioeconômicos: entre os jovens homens de sexo masculino ocorre a maior proporção daqueles que só trabalham, com destaque para os jovens adultos mais pobres (57,4% deles só trabalham). Já entre os homens jovens adultos mais ricos, predomina a condição de trabalho e estudo.

Também entre as mulheres jovens adultas, predomina a condição de só trabalhar para as mais pobres (34,3% das jovens de 20 a 24 anos, proporção um pouco menor que a dos homens). Entre elas está a maior proporção dos jovens que não trabalham, não estudam e nem procuram trabalho (27,8%). Para as mulheres jovens adultas classificadas como mais ricas, a proporção das que só trabalham é equivalente àquela dos homens, e a daquelas que associam trabalho e estudo é um pouco menor. Para elas, é mais freqüente a condição exclusiva de estudante ou de não trabalhar, não estudar nem procurar trabalho.

De forma geral, é interessante observar que as estruturas de distribuições entre os jovens mais ricos não se altera muito entre os diferentes sexos. Para os jovens mais pobres é que são claras as distinções de sexo, com a presença significativa dos jovens do sexo masculino mais pobres no mercado de trabalho como ocupados. As mulheres mais pobres possuem proporções de desempregadas mais elevadas que os homens, quando comparados grupos etários equivalentes, o que parece significar uma maior dificuldade das mulheres em conseguir ocupação em relação aos homens de sua mesma faixa etária, o que está relacionado com os papéis sociais femininos esperados, que tendem a reservar às mulheres o espaço domiciliar.

A simples condição de trabalhador não significa necessariamente que as condições sejam precárias, mas as informações sobre posição na ocupação e atividade, rendimento do trabalho e jornada trabalhada podem trazer elementos para responder à hipótese de que os jovens têm mais dificuldade de inserção no mundo do trabalho e realizam atividades menos valorizadas socialmente e economicamente. É importante caracterizar as condições de trabalho dos jovens, levando em consideração elementos que garantam um trabalho decente e uma melhor trajetória futura de trabalho aos jovens ocupados. Os jovens aceitam empregos precários esperando que estes os encaminhem a melhores postos de trabalho no futuro, em detrimento da qualidade do trabalho no presente.

A questão da equidade está no centro da Agenda do Trabalho Decente. Para a OIT, Trabalho Decente significa um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, livre de quaisquer formas de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho. Para tanto, a Agenda do Trabalho Decente apóia-se na promoção e efetivação dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, expressos nas seguintes Convenções: Liberdade de associação e de organização sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva (Convenções 87 e 98); Eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório (Convenções 29 e 105); Abolição efetiva do trabalho infantil (Convenções 138 e 182); Igualdade de remuneração para trabalho de igual valor (Convenção 100); Eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação (Convenção 111). (OIT, 2005).

Considerando apenas os jovens metropolitanos ocupados, a posição de empregado é a mais freqüente entre os jovens – somados, os empregados com e sem carteira de trabalho assinada atingem 78,7% dos jovens metropolitanos de 15 a 24 anos e a proporção dos ocupados com carteira é 47,5% (Figura 3). Entre os adolescentes predominam os empregados sem carteira de trabalho assinada e, entre os jovens adultos, os empregados com carteira. A condição contratual, definida pela assinatura pelo empregador da carteira de trabalho, é importante por garantir aos trabalhadores os direitos previstos pela legislação trabalhista brasileira e à previdência social. Entre os empregados com carteira assinada, os jovens adultos têm maior representatividade. Mais da metade dos jovens de 20 a 24 anos (54,3%) estava na posição de empregado com carteira.

Outra posição na ocupação importante para os jovens é a de trabalhador por conta própria, ou seja, aquele que trabalhava em seu próprio empreendimento, sem estar vinculado a um empregador. É importante ressaltar que o conceito de trabalhador por conta própria pressupõe uma autonomia que, em geral, não corresponde à situação dos jovens trabalhadores da mesma forma que é reconhecida para os adultos. Segundo Baltar (2003), o aumento do trabalho por conta própria favoreceu principalmente a absorção de adultos, “pois este tipo de trabalho exige experiência e recursos acumulados para estabelecer um negócio próprio”.

A ampliação dos espaços para estabelecer negócios por conta própria foi muito intensa na década de 90, estimulada pelo ambiente de liberalização da economia, retirada do Estado da atividade econômica e relaxamento geral da aplicação das regras trabalhistas, fiscais, sanitárias e de zoneamento urbano. Essas oportunidades de realizar negócios por conta própria ajudaram a proporcionar alternativas para a população adulta que perdeu ou não teve a oportunidade de disputar os escassos empregos formalizados. Mas se mostrou totalmente insuficiente diante do aumento da população ativa urbana, como indicam o aumento da taxa de desemprego, a redução da taxa de participação dos jovens e a ampliação da participação dos adultos no

emprego sem carteira, no serviço doméstico, mesmo no trabalho sem remuneração. (BALTAR, 2003).

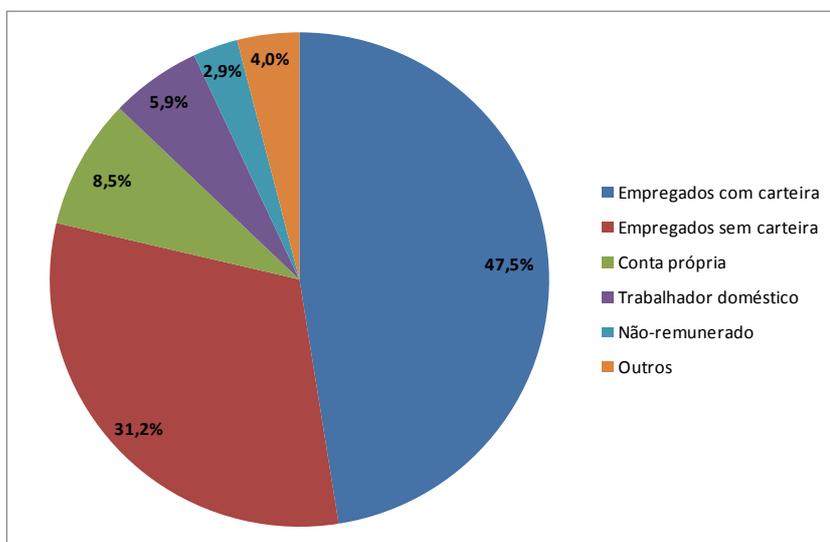
O trabalho por conta própria dos jovens, principalmente o dos adolescentes, é caracterizado por ocupações no pequeno comércio de mercadorias, no comércio ambulante e em serviços pessoais. As ocupações por conta própria de profissionais liberais, empreendedores e prestadores de serviços a empresas, por exemplo, são mais freqüentes entre os adultos, sobretudo aqueles com níveis de escolaridade mais elevados. E, muitas vezes, os negócios que os jovens iniciam são uma resposta defensiva à falta de emprego assalariado. Foram classificados como trabalhadores por conta própria 8,5% dos jovens metropolitanos ocupados, sendo que predominam nesta posição os jovens adultos do sexo masculino.

Na posição de trabalhadores domésticos estão 5,9% dos jovens trabalhadores, sendo que esta atividade é exercida quase que exclusivamente por mulheres. As trabalhadoras domésticas são 12,5% do total de mulheres jovens ocupadas, a maioria sem carteira assinada e adolescente. O trabalho doméstico é, em geral, informal e considerado uma situação absolutamente particular no mercado de trabalho, com distanciamento das relações tipicamente capitalistas entre empregados e empresas, e com características de dominação que remetem às origens patriarcais e escravagistas do Brasil.

(...) O trabalho doméstico é exercido nos domicílios e a esmagadora maioria dos empregadores são pessoas físicas e não empresas, como nas demais formas de assalariamento. Além disso, as trabalhadoras domésticas possuem direitos trabalhistas diferenciados de todos os outros trabalhadores do país: o artigo 7º da Constituição Federal expressa essa diferenciação, ao excluir as trabalhadoras domésticas do conjunto geral de direitos do trabalho, tratando-as de forma particular. Esses fatores explicam porque o trabalho doméstico é apresentado como uma categoria específica, distinta dos outros assalariados. Ao desenvolver o trabalho doméstico no domicílio do empregador, a própria convivência no espaço privado do patrão e da patroa gera condições de ambigüidade nas relações de trabalho e emprego: se confundem os papéis de profissional e de familiar. Esta situação se agrava quando o trabalhador ou a trabalhadora é uma criança ou um adolescente, pois as garantias devidas geralmente ficam à discrecionalidade do empregador. (OIT, 2005).

Entre as meninas adolescentes de 15 a 19 anos ocupadas, 15,5% são trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada, terceira posição na ocupação mais freqüentes entre elas – após as empregadas sem carteira (36,2%) e com carteira (33,1%).

Figura 3 - Distribuição dos jovens de 15 a 24 anos ocupados nas metrópoles, por posição na ocupação - 2006



Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Tabela 10 - Jovens metropolitanos ocupados na semana de referência, segundo a posição na ocupação – 2006

Posição na ocupação do trabalho principal	Total			Masculino			Feminino		
	15 a 24	15 a 19	20 a 24	15 a 24	15 a 19	20 a 24	15 a 24	15 a 19	20 a 24
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado com carteira	47,5	31,5	54,3	47,9	30,3	55,5	47,0	33,1	52,9
Militar	1,4	1,8	1,3	2,5	3,2	2,2	0,1	0,0	0,1
Funcionário público estatutário	1,2	0,1	1,7	1,0	0,1	1,4	1,5	0,1	2,1
Outros empregados sem carteira	31,2	44,0	25,7	34,0	50,1	27,1	27,6	36,2	23,9
Trabalhador doméstico com carteira	1,1	0,5	1,4	0,1	0,0	0,2	2,4	1,0	3,0
Trabalhador doméstico sem carteira	4,8	7,3	3,7	0,6	0,9	0,5	10,1	15,5	7,7
Conta própria	8,5	8,1	8,7	9,4	8,0	10,0	7,3	8,2	6,9
Empregador	0,9	0,2	1,2	1,2	0,2	1,6	0,5	0,2	0,7
Trab. na prod. p o próprio consumo	0,4	0,9	0,2	0,4	1,0	0,1	0,5	0,8	0,3
Trab. Na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Não remunerado	2,9	5,5	1,8	2,8	6,0	1,4	3,1	4,8	2,4

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

A condição de prestação de serviço militar obrigatório é considerada como trabalho na PNAD e é relevante, principalmente quando os adolescentes atingem a idade regulamentar para apresentação prevista em lei. A legislação trabalhista brasileira⁴⁶ prevê que o afastamento do jovem que esteja empregado em virtude das exigências do serviço militar ou de outro encargo

⁴⁶ Artigo 472 da CLT.

público, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador. Com isso, esse afastamento passa a ser mais uma barreira à entrada de jovens do sexo masculino na ocupação formal, pois os empregadores evitam contratar com carteira assinada jovens que estão prestes a atingir a idade apresentação ao serviço militar obrigatório (18 anos).

A condição de trabalhadores não remunerados em ajuda a membros do domicílio⁴⁷ é também importante entre os jovens – 2,9% deles estão nesta posição, sendo que a maioria é de adolescentes, o que se explica pelo próprio conceito de trabalhador não remunerado da PNAD. Para os adolescentes, principalmente os meninos, o trabalho não remunerado é uma das principais formas, ou mesmo a única forma, de adquirir a experiência exigida no mercado de trabalho com requisito para entrada.

Confirmando a hipótese deste estudo, vale adiantar que, se somados os jovens ocupados em posições mais vulneráveis (36,5%) aos desempregados (24,8%), a proporção chega a 61,2% da PEA das metrópoles. Entre os jovens mais pobres, esta soma chega a 73,7% da PEA, sendo que 38,3% estão ocupados em posições mais vulneráveis e 35,4% são desempregados. Isso sem contar as desigualdades entre adolescentes e jovens adultos, entre sexos e nem regionais, entre outras, que agravam ainda mais a situação dos jovens economicamente ativos. Serão analisados esses jovens mais vulneráveis e desempregados ao final do trabalho, comparando as diferentes metrópoles (ver Tabela 22 ao final).

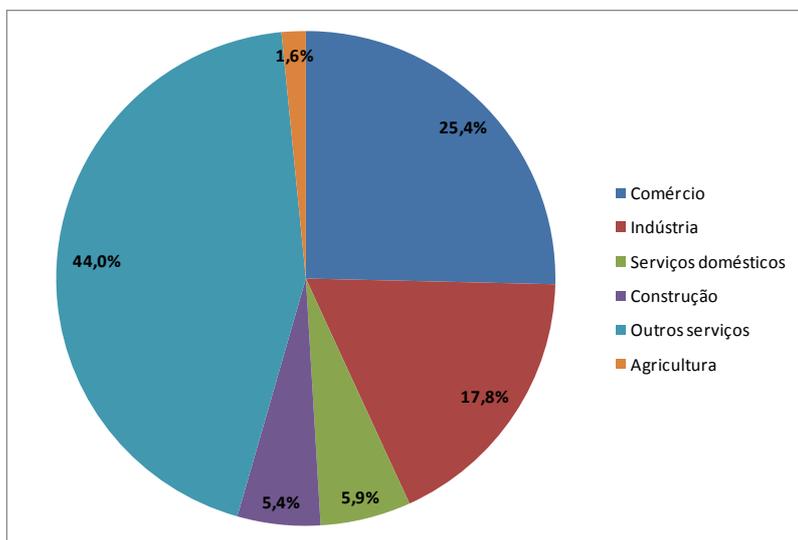
A atividade econômica que ocupa a maior parte dos jovens trabalhadores metropolitanos é o comércio, principalmente o pequeno comércio de mercadorias, que não exige qualificação nem experiência profissional. No grupo descrito como “comércio e reparação” da PNAD estão nada menos que 25,4% dos jovens ocupados. Para os adolescentes, o comércio é a atividade de 28,1% dos ocupados e, para os adolescentes do sexo masculino chega a representar 30,7% da ocupação. (Figura 4).

As atividades industriais são a segunda mais importante entre os jovens, onde estão ocupados 17,8% deles. Nesta categoria estão atividades de fabricação de bens, alimentos, confecções e reciclagem, por exemplo.

⁴⁷ São considerados trabalhadores não remunerados na PNAD as pessoas que trabalhem sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; ou ainda que trabalhe como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo. (IBGE, 2007, p.33).

Vale observar que a atividade agrícola é residual nas metrópoles, mas ele existe nas regiões mais periféricas e é relativamente importante para alguns grupos sociais nessas áreas.

Figura 4 - Distribuição dos jovens de 15 a 24 anos ocupados nas metrópoles, por grupos de atividade - 2006



Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

A Tabela 11 apresenta, de forma mais detalhada, a diversidade de serviços em que estão ocupados os jovens – agregados como “Outros serviços” na Figura 4. Seria necessário detalhar as ocupações, ou ofícios, exercidas pelos jovens em cada um desses grupos de atividades para entender como os jovens se inserem neles. No entanto, para atender aos objetivos deste estudo são identificadas as atividades mais importantes para os jovens trabalhadores metropolitanos e, complementarmente, serão apresentadas informações de rendimento e jornada como variáveis aproximadas (*proxies*) de qualidade da ocupação nessas atividades.

Quando analisadas as atividades exercidas pelos jovens ocupados para homens e mulheres, as estruturas de distribuição são significativamente diferentes e alguns setores se destacam pela presença quase que exclusiva de um dos sexos. É o caso da construção, que ocupa 10,1% dos jovens do sexo masculino, sendo um setor quase que exclusivamente masculino, e o terceiro segmento com maior presença deles, depois do comércio (30,7%) e da indústria de transformação (18,2%). Na estrutura de ocupação das jovens do sexo feminino, o setor com presença quase que exclusivamente delas é o de serviços domésticos, com 16,5% da ocupação, proporção que só é menor que a do comércio (24,7%). Um setor onde há maior

presença feminina do que masculina é o de educação, saúde e serviços sociais, o quarto mais importante para as meninas.

Tabela 11 - Jovens metropolitanos ocupados na semana de referência, segundo grupo de atividade do trabalho principal – 2006

Grupo de atividade do trabalho principal	Total			Masculino			Feminino		
	15 a 24	15 a 19	20 a 24	15 a 24	15 a 19	20 a 24	15 a 24	15 a 19	20 a 24
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	1,6	2,6	1,1	3,6	1,5	2,2	1,3	0,6	1,9
Indústria de transformação	17,1	15,8	17,7	18,2	21,3	16,8	12,8	13,0	13,0
Outras atividades industriais	0,7	0,2	0,9	0,2	1,0	1,2	0,2	0,7	0,3
Construção	5,4	6,0	5,2	10,1	8,8	13,1	0,6	0,5	0,7
Comércio e reparação	25,4	28,1	24,2	30,7	23,9	21,0	24,7	24,6	15,9
Alojamento e alimentação	6,0	7,4	5,3	8,0	5,2	4,1	6,7	5,4	4,9
Transporte, armaz. e comunicação	5,7	4,5	6,2	5,4	8,2	9,6	3,3	3,7	2,3
Administração pública	4,0	4,0	4,1	5,3	4,6	6,1	2,3	3,4	4,6
Educação, saúde e serviços sociais	8,2	6,3	9,0	3,1	4,8	5,1	10,4	14,2	19,2
Serviços domésticos	5,9	7,8	5,1	0,9	0,7	1,1	16,5	10,7	19,2
Outros serv. colet., soc. e pessoais	6,1	5,6	6,3	3,8	5,1	4,3	8,1	7,8	7,6
Outras atividades	13,7	11,2	14,7	9,8	14,4	14,8	13,1	15,1	10,3
Ativ. mal def. ou não declaradas	0,4	0,6	0,3	1,0	0,5	0,6	0,0	0,1	0,1

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

As Tabelas 12 e 13 trazem os dados de rendimentos e jornadas de trabalho dos jovens metropolitanos ocupados. É importante sublinhar que os valores de rendimentos indicados nessas tabelas são diferentes daqueles apresentados na Tabela 8 anterior, onde foram calculadas as estatísticas descritivas com base no rendimento domiciliar *per capita* de todas as fontes de rendimento informadas. Aqui, a variável analisada diz respeito apenas ao rendimento individual do trabalho principal dos jovens trabalhadores, o que torna possível relacioná-lo à posição na ocupação e à atividade econômica.

Tabela 12 - Rendimento médio e jornada média dos ocupados metropolitanos por grupos etários, segundo a posição na ocupação do trabalho principal – 2006

Posição na ocupação do trabalho principal	Rendimento médio mensal no trabalho principal (R\$) ¹				Jornada média semanal no trabalho principal (Horas) ²			
	Todos os ocupados	Jovens ocupados			Todos os ocupados	Jovens ocupados		
		15 a 24	15 a 19	20 a 24		15 a 24	15 a 19	20 a 24
Total	1.071	539	377	606	39	40	34	40
Empregado com carteira	1.062	627	506	657	44	43	43	45
Militar	1.617	667	394	841	43	43	44	44
Funcionário público estatutário	2.146	1.231	755	1.244	37	37	38	36
Outros empregados sem carteira	679	415	327	479	40	39	37	40
Trabalhador doméstico com carteira	487	425	394	429	44	45	43	44
Trabalhador doméstico sem carteira	319	244	201	281	34	38	36	38
Conta própria	900	464	295	531	39	36	29	37
Empregador	3.135	1.607	480	1.675	48	47	43	47
Trab. na prod. p o próprio consumo	17	13	18	18
Trab. na construção para o próprio uso	30	29	26	33
Não remunerado	28	28	26	33

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Notas: .. = não se aplica; ¹ Exclusive os ocupados sem rendimento e sem declaração. ² Exclusive os ocupados sem declaração de jornada.

Tabela 13 - Rendimento médio e jornada média dos ocupados metropolitanos, por grupos etários, segundo grupo de atividade do trabalho – 2006

Grupo de atividade do trabalho principal	Rendimento médio mensal no trabalho principal (R\$) ¹				Jornada média semanal no trabalho principal (Horas) ²			
	Todos os ocupados	Jovens ocupados			Todos os ocupados	Jovens ocupados		
		15 a 24	15 a 19	20 a 24		15 a 24	15 a 19	20 a 24
Total	1.071	539	377	606	41	40	38	41
Agrícola	643	321	252	365	29	32	28	36
Indústria de transformação	1.057	585	452	634	42	42	40	43
Outras atividades industriais	2.126	698	343	729	42	38	36	38
Construção	766	432	318	487	43	42	40	43
Comércio e reparação	899	512	382	573	44	43	40	45
Alojamento e alimentação	722	441	352	490	46	41	37	43
Transporte, armaz. e comunicação	1.121	597	458	639	46	43	38	44
Administração pública	2.152	744	379	898	39	37	34	38
Educação, saúde e serviços sociais	1.314	558	355	619	36	33	30	35
Serviços domésticos	376	279	212	322	37	39	38	40
Outros serv. colet., soc. e pessoais	925	496	340	554	38	35	32	36
Outras atividades	1.512	665	445	738	42	39	36	40
Ativ. mal def. ou não declaradas	320	235	187	272	36	36	35	38

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Notas: ¹ Exclusive os ocupados sem rendimento e sem declaração. ² Exclusive os ocupados sem declaração de jornada.

O rendimento médio do total de ocupados, sem distinção de grupos de idade, residentes nas metrópoles foi estimado em R\$ 1.071, sendo que os empregadores e funcionários públicos são as categorias que recebem os valores mais elevados e os trabalhadores domésticos sem carteira assinada os valores mais baixos. Para os jovens ocupados, os rendimentos são sempre mais baixos que a média dos trabalhadores metropolitanos, em todas as posições na ocupação, apesar de sua jornada média semanal de trabalho não ser muito diferente da média de ocupados.

Os jovens trabalham em jornadas equivalentes às da média de trabalhadores (40 horas semanais), sendo que os adolescentes trabalham jornada média um pouco menor (34 horas). São os trabalhadores por conta própria adolescentes que trabalham a menor jornada média entre os ocupados remunerados (29 horas semanais), provavelmente por associarem jornadas parciais com o estudo ou pela própria precariedade das atividades que exercem. Para os trabalhadores não remunerados, a jornada média dos jovens é igual à média total (28 horas semanais), mas entre os jovens adultos chega a 33 horas semanais.

Apesar de trabalharem jornadas elevadas, os jovens têm rendimentos bem mais baixos que a média dos trabalhadores remunerados. Para os empregados com e sem carteira de trabalho assinada, posições mais frequentes entre os jovens ocupados, o rendimento médio dos jovens corresponde a de cerca de 60% daquele do total de ocupados metropolitanos. Para os adolescentes, o rendimento médio fica em torno de 48% do rendimento do total de ocupados.

No comércio, atividade mais importante para os jovens metropolitanos entre aquelas analisadas, sobretudo o pequeno comércio de mercadorias, que não exige qualificação elevada para entrada, o rendimento médio dos jovens ocupados é 56,9% do rendimento do total de ocupados na atividade. Até na indústria de transformação, que gera, em tese, postos de trabalho de melhor qualidade, ou seja, com carteira assinada e para trabalhadores de maior escolaridade (como apresentado na Tabela 14 mais à frente), o rendimento dos jovens é 55,3% do rendimento médio dos ocupados no setor. Mais uma vez, não há diferenças significativas nas jornadas médias semanais de trabalho entre jovens e o conjunto de ocupados metropolitanos. Essa situação fica ainda mais grave entre os adolescentes, que também trabalham jornadas elevadas e ganham ainda menos que os jovens adultos.

Os ocupados no setor de serviços domésticos, fundamentalmente feminino, são os que têm os menores rendimentos médios, principalmente para os adolescentes, e as jornadas elevadas quase não diferem entre jovens e a média dos ocupados. Os rendimentos médios das jovens ocupadas nos serviços domésticos ficam abaixo do salário mínimo vigente (R\$ 350).

Apesar de ser um setor residual na ocupação metropolitana, a atividade agrícola chama a atenção pelas baixas remunerações médias dos jovens, que são metade da média do total de ocupados.

Finalmente, vale destacar a construção, atividade fundamentalmente masculina, na qual os ocupados recebem rendimentos muito baixos, sendo que os jovens recebem cerca de 56% da média dos ocupados e o rendimento médio dos adolescentes do setor não chega ao um salário mínimo.

A educação formal é o principal meio de acesso a conhecimento, mesmo que não seja direcionada especificamente para a qualificação para o trabalho. São muitos os estudos sobre juventude e escolarização no Brasil, geralmente relacionando a educação ao trabalho.⁴⁸ Através da PNAD, pode-se apurar o número de anos efetivamente concluídos no sistema de ensino formal e comparar com o esperado para cada idade. De acordo com as Figuras 5 e 6, como seria de se esperar, observa-se que a média de anos de estudo⁴⁹ tende a crescer com a idade, estabilizando-se para os mais velhos conforme vão deixando a escola⁵⁰, mas com comportamentos distintos entre grupos diferentes de jovens. Mesmo com essas diferenças entre grupos, as escolaridades médias são em geral muito baixas e não chegam aos dez anos de estudo na média nacional, ou seja, os jovens não vão muito além do ensino fundamental (que tem início aos 6 anos de idade e duração de 9 anos)⁵¹. Portanto, os jovens aos 15 anos de idade já deveriam ter alcançado os 9 anos de estudo (ensino fundamental concluído), e dos 15 aos 24 deveriam estar cursando, no mínimo, o ensino médio, o que é uma realidade muito distante da observada no Brasil.

⁴⁸ Levantamento de SPOSITO (2002) para o Ministério da Educação (MEC) indicava que, de 1980 a 1998 foram produzidas 80 dissertações e teses sobre os temas “Jovens, Mundo do Trabalho e Escola”, centrados na Sociologia e na Psicologia da Educação.

⁴⁹ A classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do grau que a pessoa estava freqüentando ou havia freqüentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a um ano de estudo. (IBGE, 2007).

⁵⁰ Conhecido em demografia como “efeito *coorte*”, ou seja, efeito esperado para um determinado grupo de indivíduos que seguem juntos no tempo ou idade.

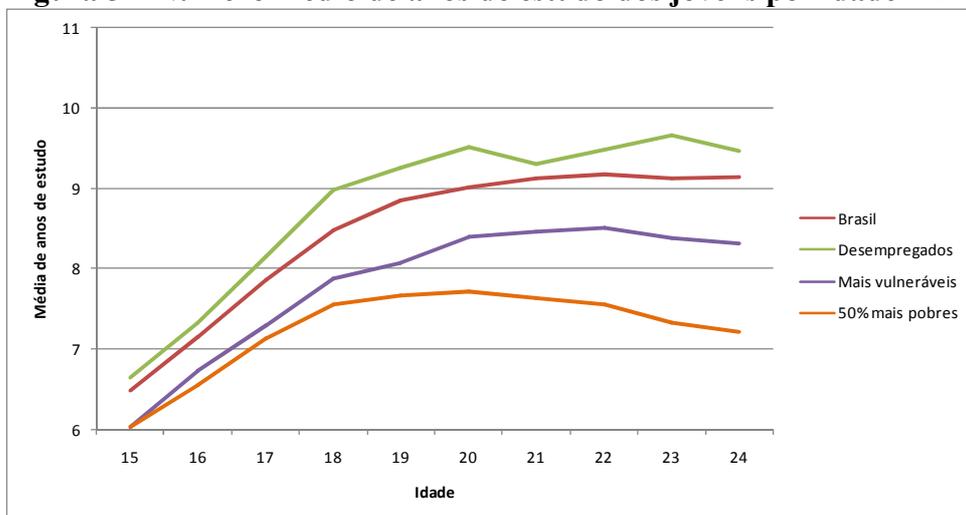
⁵¹ Conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira, em seu artigo 32. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=182&Itemid=570>>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2008.

Devido à baixa qualidade da escola e do ensino, principalmente na rede pública, onde está matriculada a maioria dos jovens, e aos elevados padrões de repetência, uma boa proporção dos jovens no Brasil encontram-se cursando modalidades de ensino que não correspondem à sua idade, o que leva muitos deles a abandonarem o estudo quando não conseguem seguir um modelo de compensação tardia de jovens que já estão defasados.

Percebe-se que no ano de 2006, em 21 das 27 unidades federadas, mais da metade dos jovens não freqüentam a escola. Mais grave ainda se torna o problema quando levamos em consideração que, entre os que estão na escola, acima de 50% não se encontram nas séries correspondentes às idades. O problema da distorção série/idade ou defasagem escolar é preocupante. (WAISELFISZ, 2007).

Para os jovens do Brasil como um todo, as escolaridades médias ficam um pouco abaixo daquelas para os jovens desempregados, que dedicam seu tempo à escola. Para os jovens que estão ocupados em posições “mais vulneráveis”, considerados neste estudo os empregados sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos com e sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria e os não remunerados, as escolaridades médias ficam abaixo da média nacional. Mas a característica que mais influencia na redução das médias de anos de escolarização formal é o estrato de rendimento em que estão os jovens – para os jovens entre os 50% mais pobres da distribuição, as escolaridades médias ficam abaixo das médias gerais, sejam eles ocupados ou desempregados. Essas diferenças existem mesmo para os adolescentes. No entanto, percebe-se uma melhoria para as *coortes* de 19 e 20 anos, correspondente ao aumento das taxas de escolarização recentes no País após os programas de expansão educacional e universalização do Ensino Fundamental.

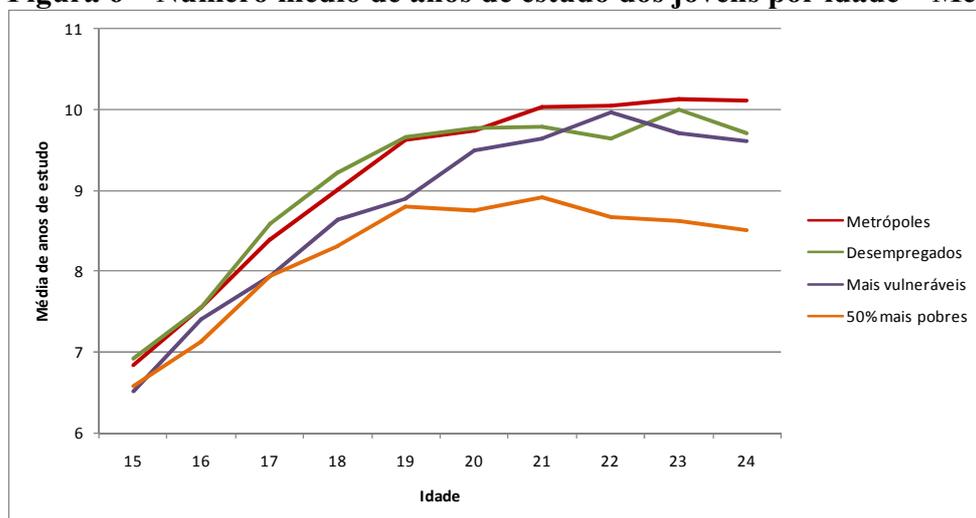
Figura 5 – Número médio de anos de estudo dos jovens por idade – Brasil, 2006



Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Nas metrópoles, as escolaridades médias são em geral mais elevadas que as médias nacionais, ultrapassando os dez anos de estudo para os jovens de 21 a 24 anos, e há uma maior homogeneidade entre os grupos selecionados. As diferenças de idade vão se acentuando conforme as idades aumentam, mas é importante observar que há uma maior proximidade entre as médias para os adolescentes metropolitanos, situação bem distinta da média nacional. Ocorre também uma aproximação das escolaridades médias entre os jovens adultos desempregados e ocupados mais vulneráveis, o que denota que mesmo trabalhando, os jovens metropolitanos tendem a continuar na escola. Já a diferença é clara nas escolaridades médias dos jovens 50% mais pobres, principalmente a partir dos 19 anos de idade, com distinção expressiva entre os jovens adultos.

Figura 6 – Número médio de anos de estudo dos jovens por idade – Metrópolis, 2006



Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Considerando apenas os jovens metropolitanos ocupados, escolaridade média é de 9,8 anos de estudo em 2006, acima da média do total de ocupados (9,1 anos). As posições na ocupação nas quais os trabalhadores possuem as maiores escolaridades médias são justamente aquelas menos vulneráveis: funcionários públicos estatutários, empregadores, militares e empregados com carteira assinada. A presença de jovens nessas categoriais se dá principalmente entre os empregados com carteira, o que está relacionado com as exigências pelos empregadores de níveis mais elevados de escolarização para a contratação formal. É importante observar que os jovens, sobretudo os jovens adultos, possuem escolaridades médias mais elevadas que a média dos ocupados metropolitanos, que carregam as baixas taxas de escolarização históricas das gerações anteriores. Com a incontestável melhoria no acesso à escola formal no País nas

últimas décadas, os jovens já conseguem acumular mais escolarização que os adultos, cujas médias tendem a cair nas *coortes* mais elevadas.

Essa diferenciação em relação à média que inclui os adultos fica bem clara entre os trabalhadores domésticos, categoria de ocupação remunerada com as menores escolaridades médias. A diferença da média de anos de estudo dos jovens é de cerca de dois anos a mais em relação à média de todos os ocupados.

Tabela 14 - Número médio de anos de estudo dos ocupados metropolitanos, segundo a posição na ocupação e o grupo de atividade do trabalho principal – 2006

Posição na ocupação e grupo de atividade do trabalho principal	Número médio de anos de estudo concluídos ¹			
	Todos os ocupados	Jovens ocupados		
		15 a 24	15 a 19	20 a 24
Total	9,1	9,8	8,8	10,3
Posição na ocupação				
Empregado com carteira	9,9	10,5	10,0	10,7
Militar	11,6	10,4	9,8	10,7
Funcionário público estatutário	12,5	12,5	11,1	12,5
Outros empregados sem carteira	8,9	9,5	8,5	10,2
Trabalhador doméstico com carteira	5,9	8,1	7,9	8,1
Trabalhador doméstico sem carteira	5,7	7,6	7,4	7,8
Conta própria	7,9	8,7	7,5	9,2
Empregador	10,8	11,0	10,8	11,0
Trab. na prod. para o próprio consumo	4,2	6,9	7,0	6,8
Trab. na construção para o próprio uso	5,8	9,0	7,5	10,2
Não remunerado	8,1	9,2	8,1	10,8
Grupo de atividade				
Agrícola	4,7	6,9	7,1	6,6
Indústria de transformação	9,0	9,9	9,2	10,2
Outras atividades industriais	11,2	11,1	7,4	11,4
Construção	6,3	7,9	7,3	8,2
Comércio e reparação	8,8	9,6	8,7	10,1
Alojamento e alimentação	7,8	9,2	8,6	9,6
Transporte, armazenagem e comunicação	9,2	9,9	9,2	10,2
Administração pública	11,8	11,1	9,7	11,7
Educação, saúde e serviços sociais	12,0	11,4	9,8	11,9
Serviços domésticos	5,8	7,7	7,4	7,9
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	9,5	10,0	8,8	10,5
Outras atividades	10,9	11,1	10,0	11,4
Ativ. mal definidas ou não declaradas	5,9	6,6	5,6	7,4

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Nota: ¹ Inclusive os sem escolaridade (valor=0); Limite máximo de 16 anos de estudo.

Comparando as escolaridades médias de adolescentes e jovens adultos ocupados, podem ser identificadas ocupações que mais prejudicam ou retardam a escolarização, ou que possuem padrões de exigências de escolarização muito baixos, pois não há grande distância nas médias de escolaridade entre adolescentes, jovens adultos e a média geral de ocupados; são elas: empregados com carteira, trabalhadores domésticos e na produção para o próprio consumo.

No que diz respeito aos grupos de atividade da ocupação, possuem maiores escolaridades médias os ocupados em educação, saúde e serviços sociais; administração pública; “outras atividades industriais” (que compreendem a extração mineral e os serviços de fornecimento de eletricidade, gás e água) e “outras atividades” (principalmente serviços financeiros, previdenciários, imobiliários, informática, pesquisa e desenvolvimento). É significativa a presença de jovens em educação, saúde e serviços sociais e nas “outras atividades”.

Por outro lado, as atividades onde os ocupados possuem menor escolaridade média são a atividade agrícola, os serviços domésticos e a construção, setores mais tradicionais que têm peso significativo na inserção ocupacional dos jovens. E os jovens possuem escolaridade mais elevada que o total de ocupados. As atividades agrícolas e de serviços domésticos destacam-se pela pequena diferença de escolarização entre adolescentes e jovens adultos, o que indica que estes sejam segmentos que prejudicam especialmente a manutenção do jovem na escola, pois neles entram os ocupados com baixa escolarização.

O conjunto de indicadores aqui apresentado para a juventude trabalhadora metropolitana em é um esforço para caracterizar uma realidade heterogênea e complexa e buscou-se com eles compreender alguns desafios para além da problemática do desemprego de jovens.

4.3 Desigualdades regionais entre os jovens trabalhadores

Em geral, os estudos econômicos e sociais dão foco às questões nacionais, com o objetivo de fazer comparações internacionais e acompanhamento de políticas específicas, que são orientadas por metas atreladas a projetos pontuais. No entanto, o bom entendimento da sociedade brasileira requer a análise mais detalhada das desigualdades que a caracterizam, tendo em conta realidades regionais, locais e diferenças entre as áreas metropolitanas e demais áreas.

Nas metrópoles dos diversos países estão concentradas as atividades econômicas e culturais mais dinâmicas, assim como a população. A nova arquitetura produtiva contemporânea, construída a partir dos processos de globalização e reestruturação produtiva transformaram as grandes metrópoles em locais “estratégicos para a economia mundializada, com impactos significativos sobre a sua organização e funcionamento, qualidade de vida urbana e condições sociais”. (CARVALHO; CODES, 2006).

Levando em conta as desigualdades regionais mencionadas, foram selecionados alguns indicadores agregados para analisar as diferenças entre as metrópoles brasileiras, com foco naqueles relacionados ao mercado de trabalho, a saber:

- Taxas de participação (PEA/PIA);
- Taxas de desemprego (desempregados/PEA) e proporção de desempregados que nunca trabalharam antes;
- Jovens que só trabalham; que não estudam, não trabalham e nem procuravam trabalho; ocupados mais vulneráveis. Foram agrupados como ocupados “mais vulneráveis” aqueles que tinham como posição na ocupação do trabalho principal as categorias: empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com e sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e não remunerados;
- Rendimento médio mensal e jornada média semanal do trabalho principal dos jovens ocupados metropolitanos, total, e ocupados em posições menos vulneráveis e mais vulneráveis;
- Número médio de anos de estudo dos jovens ocupados metropolitanos, total e ocupados em posições menos vulneráveis e mais vulneráveis;

- Taxas de desemprego e proporção de ocupados mais vulneráveis entre jovens com 50% de menores rendimentos domiciliares *per capita* das metrópoles;
- Proporção de desempregados e ocupados mais vulneráveis somados entre os jovens economicamente ativos, total e mais pobres.

A taxa de participação da população economicamente ativa (PEA) sobre a população em idade ativa (PIA ou pessoas com 10 anos ou mais de idade) para o conjunto de metrópoles é de 61,6%, um pouco abaixo da média nacional de 62,4%. Entre as dez regiões metropolitanas analisadas, possuem as taxas de participação mais elevadas Belo Horizonte (66,0%), Curitiba (64,2%) e Salvador (64,2%). Quanto à participação de jovens de 15 a 24 anos no mercado de trabalho, Belo Horizonte é a metrópole que apresenta a maior taxa de participação (70,4%), também entre adolescentes e jovens adultos analisados separadamente (54,6% e 85,5% respectivamente). Logo em seguida está São Paulo, também com taxas média e dos grupos elevadas – 68,4% para o total de jovens, 52,7% para adolescentes e 82,7% para os jovens adultos (Tabela 15).

As taxas de participação são elevadas, ultrapassando os 70%, para os jovens adultos de 20 a 24 anos em quase todas as metrópoles, exceto para a região metropolitana de Belém (66,3%). É importante lembrar que uma parcela importante dos jovens adultos migra do interior para as metrópoles, e um dos principais motivos para a migração é a busca por uma ocupação de melhor qualidade, com rendimentos mais elevados e melhores perspectivas de qualidade de vida e trajetórias de trabalho positivas.

As metrópoles do Norte e Nordeste do País têm, em geral, taxas de participação mais baixas que aquelas do Sul e Sudeste, à exceção de Salvador. A dinâmica econômica das metrópoles mais desenvolvidas gera oportunidades ocupacionais que estimulam a participação econômica tanto de adultos como de jovens. Mesmo que estes fiquem mais desempregados que os adultos, não desistem de procurar trabalho. Nas metrópoles menos desenvolvidas, nas quais os jovens mais necessitam trabalhar para contribuir com a renda domiciliar, muitas vezes a grande dificuldade de encontrar ocupações mais tradicionais leva à realização de pequenos trabalhos ou mesmo à inatividade temporária, o que torna mais difícil a captação da atividade econômica pelas pesquisas domiciliares.

Tabela 15 - Taxas de participação (PEA/PIA) segundo áreas geográficas selecionadas – Brasil e Metrôpoles, 2006

Áreas geográficas selecionadas	População total	Jovens de 15 a 24 anos	Adolescentes de 15 a 19 anos	Jovens adultos de 20 a 24 anos
Brasil	62,4	63,9	50,4	77,5
Metrôpoles	61,6	63,0	45,5	79,1
RM Belém	58,0	51,3	33,8	66,3
RM Fortaleza	60,0	58,8	42,3	75,6
RM Recife	55,4	54,5	37,2	71,3
RM Salvador	64,2	63,9	44,4	79,1
RM Belo Horizonte	66,0	70,4	54,6	85,5
RM Rio de Janeiro	57,1	55,1	32,7	75,1
RM São Paulo	63,7	68,4	52,7	82,7
RM Curitiba	64,8	65,9	52,5	78,5
RM Porto Alegre	63,2	66,7	49,6	82,4
Distrito Federal	62,6	60,4	39,1	79,9

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

As taxas de desemprego nas metrôpoles são, em sua maioria, mais elevadas que a média nacional. Apenas a região metropolitana de Curitiba tem taxa mais baixa que a média (Tabela 16). Em todas as pesquisas domiciliares de trabalho existentes no País, as regiões metropolitanas de Salvador e Recife apresentam as taxas de desemprego mais elevadas – na PNAD, as taxas são respectivamente de 16,5% e 15,4%. As duas metrôpoles possuem mercados de trabalho com predominância de ocupações informais e precárias.

No caso de Salvador, a reestruturação produtiva, a partir dos anos 1990, teve importante influência na redução dos postos de trabalho existentes nas indústrias do Pólo Petroquímico de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu, e em outros setores, e a dinâmica de geração de vagas em atividades de serviços e comércio na capital baiana não tem sido suficiente reduzir o desemprego. Mesmo com o conceito ampliado de ocupação da PNAD, que inclui atividades muito precárias como formas de ocupação e admite que aqueles que trabalharam somente uma hora na semana sejam considerados ocupados, as taxas são muito elevadas.⁵² A fronteira entre a ocupação e a inatividade é tênue para os trabalhadores ocupados em atividades com jornada reduzida ou instável e trabalhos ocasionais e temporários.

Por outro lado, as regiões metropolitanas do Sul do País apresentam as taxas de desemprego mais baixas (7,6% e 8,3% respectivamente), com mercados de trabalho mais formalizados e dinâmica econômica que permite a maior ocupação da população economicamente ativa.

⁵² Conforme explicado no início da seção 4.1, um dos critérios para definir a ocupação na PNAD é o trabalho em pelo menos uma hora na semana de referência da pesquisa. (IBGE, 2007, p.29).

Para a juventude metropolitana, as taxas de desemprego são mais que o dobro das taxas médias para todas as pessoas economicamente ativas, em todos os espaços geográficos analisados. Os jovens não apenas enfrentam o desemprego como disputam as vagas mais precárias nos setores do comércio e da indústria com os adultos, que também não conseguem inserir-se em ocupações de melhor qualidade. Em Salvador e em Recife, as taxas de desemprego chegam a 34,2% e 31,6% dos jovens economicamente ativos respectivamente, e essas metrópoles apresentaram também as maiores taxas de desemprego para os jovens adultos. Entre os adolescentes, o Distrito Federal aparece como uma das metrópoles que tem mais desempregados de 15 a 19 anos.

Para as pessoas desempregadas, a proporção média daquelas que nunca trabalharam antes no Brasil é de 28,3%, muito próxima à média nas metrópoles (29,0%). As metrópoles do Distrito Federal e Belém destacam-se pelas mais elevadas proporções de pessoas em busca do primeiro trabalho. Certamente há uma forte presença dos jovens entre aqueles que nunca trabalharam antes, sobretudo de adolescentes. A região metropolitana de Recife tem a maior proporção de jovens de 15 a 24 anos que buscam o primeiro trabalho (57,4%), seguida pelo Rio de Janeiro (57,2%). Entre os adolescentes destas mesmas metrópoles, as taxas sobem para 77,1% e 75,0% respectivamente. Já para os jovens adultos de 20 a 24 anos, as taxas mais elevadas dos desempregados que não possuem experiência anterior de trabalho ocorrem no Rio de Janeiro (46,0%) e em Fortaleza (45,4%). Se por um lado a falta de experiência anterior constitui uma barreira à entrada no mercado de trabalho, por outro, é possível que essas taxas mais elevadas de jovens que procuram emprego sem nunca ter trabalhado antes seja um indicador de que eles conseguiram prolongar a sua permanência no sistema de ensino, na condição de estudantes.

Para quem está ingressando pela primeira vez no mundo do trabalho, os desafios são ainda maiores que para aqueles que já foram ocupados antes, pois, além da redução estrutural dos postos de trabalho necessários para a realização do capital, a reestruturação produtiva recente tornou a demanda por trabalho mais exigente na contratação de trabalhadores. Os empregadores passaram a exigir pelo menos o nível médio concluído para contratação formal dos trabalhadores, nos postos de trabalho de melhor qualidade, como uma forma de ter pessoas com maiores capacidades cognitivas, conhecimento geral, discernimento e “iniciativa” entre seus empregados, num contexto de crescimento da competitividade pela via da qualidade de produtos e serviços.

(...) essa reestruturação mudou o perfil da mão-de-obra demandada, destruiu ocupações, trouxe novas exigências de qualificação, tornou obsoletos modelos de trajetórias profissionais e mapas cognitivos e provocou o deslocamento das linhas de segmentação do mercado de trabalho, colocando desafios a todos os trabalhadores, mas particularmente àqueles que estão ingressando, pela primeira vez, no mercado de trabalho. (BORGES, 2007).

Mesmo enfrentando maiores dificuldades para entrada no mercado de trabalho, 34,3% dos jovens de 15 a 24 anos são exclusivamente trabalhadores no Brasil e 31,2% nas metrópoles analisadas. Em Porto Alegre, a proporção de jovens que declararam só trabalhar atinge 36,3% deles; em seguida, Curitiba e São Paulo são metrópoles com elevadas proporções de jovens que só trabalham (35,9% e 35,6%) (Tabela 17).

Essas três metrópoles são as que apresentam também as mais elevadas proporções de adolescentes que declaram só trabalhar, abandonando precocemente a escola: 18,2% em Porto Alegre, 17,2% em São Paulo e 16,1% em Curitiba. Entre os jovens adultos, as proporções daqueles que só trabalham ultrapassam os 50% nessas três metrópoles e em Belo Horizonte. Portanto, o prolongamento da escolaridade citado nos estudos europeus sobre a juventude na atualidade está distante da realidade dos jovens metropolitanos brasileiros.

Tabela 16 – Taxas de desemprego (Desempregados/PEA) e proporção de desempregados que nunca trabalharam antes – Brasil e Metrôpoles, 2006

Áreas geográficas selecionadas	População total		Jovens de 15 a 24 anos		Adolescentes de 15 a 19 anos		Jovens adultos de 20 a 24 anos	
	Taxa de desemprego	Nunca trabalharam	Taxa de desemprego	Nunca trabalharam	Taxa de desemprego	Nunca trabalharam	Taxa de desemprego	Nunca trabalharam
Brasil	8,4	28,3	17,8	44,9	22,4	59,2	14,7	30,6
Metrôpoles	11,8	29,0	24,8	49,8	34,5	66,3	19,7	34,6
RM Belém	12,2	36,3	27,4	53,5	33,9	69,4	24,6	43,8
RM Fortaleza	12,0	33,7	25,6	55,1	31,8	66,8	22,0	45,4
RM Recife	15,4	31,5	31,6	57,4	38,3	77,1	28,2	43,9
RM Salvador	16,5	31,7	34,2	50,4	45,1	65,6	29,4	40,1
RM Belo Horizonte	10,1	28,2	21,5	44,3	28,5	65,5	17,2	22,9
RM Rio de Janeiro	12,1	31,3	27,3	57,2	37,6	75,0	23,2	46,0
RM São Paulo	12,0	25,4	23,8	46,5	36,0	63,4	16,7	25,4
RM Curitiba	7,6	30,2	17,6	42,2	26,9	55,9	11,8	22,5
RM Porto Alegre	8,3	20,8	18,1	37,7	24,3	57,4	14,6	19,6
Distrito Federal	11,5	38,3	25,6	53,9	40,4	71,8	19,0	36,8

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Tabela 17 – Jovens de 15 a 24 anos que só trabalham e que não trabalham, não estudam e nem procuraram trabalho na semana – Brasil e Metrôpoles, 2006

Áreas geográficas selecionadas	Jovens de 15 a 24 anos			Adolescentes de 15 a 19 anos			Jovens adultos de 20 a 24 anos		
	Só trabalham	Não trabalham nem estudam, sem procura	Ocupados mais vulneráveis	Só trabalham	Não trabalham nem estudam, sem procura	Ocupados mais vulneráveis	Só trabalham	Não trabalham nem estudam, sem procura	Ocupados mais vulneráveis
Brasil	34,3	12,5	58,4	17,5	10,1	72,3	51,2	14,9	50,1
Metrôpoles	31,2	10,8	48,5	14,0	8,9	65,4	46,9	12,7	41,2
RM Belém	23,1	15,5	70,4	8,6	11,3	82,8	35,6	19,0	65,7
RM Fortaleza	29,7	13,3	66,0	13,5	11,2	85,6	46,2	15,6	56,1
RM Recife	23,1	15,6	59,0	9,7	12,9	76,7	36,1	18,3	51,3
RM Salvador	26,4	10,9	60,1	9,4	9,7	75,9	39,8	11,7	54,7
RM Belo Horizonte	34,4	7,3	45,0	15,7	7,0	61,1	52,1	7,6	36,6
RM Rio de Janeiro	25,6	11,3	47,4	10,3	8,7	69,5	39,3	13,6	40,4
RM São Paulo	35,6	9,4	44,0	17,2	7,0	60,0	52,4	11,5	36,8
RM Curitiba	35,9	12,4	39,9	16,1	10,7	57,8	54,6	14,0	30,5
RM Porto Alegre	36,3	10,8	46,1	18,2	10,6	63,1	52,9	11,0	37,8
Distrito Federal	28,7	10,1	47,2	10,0	9,2	59,8	45,8	11,0	43,0

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Outra situação na qual os jovens se encontram em maior risco é quando declaram não trabalhar, não estudar e nem procurar trabalho. Como visto anteriormente, a maior parte deles é do sexo feminino e, muitas vezes, são meninas que assumem os afazeres domésticos e deixam de ter acesso ao direito à educação. Mas tanto para homens como para mulheres, essa condição tende a se configurar risco de exclusão e marginalização no presente e comprometimento de uma trajetória futura de trabalho e melhores condições de vida para esses jovens. As metrópoles onde são mais elevadas as proporções de jovens nessa condição estão principalmente no Norte e Nordeste – Recife, Belém e Fortaleza –, mas também os jovens de Curitiba apresentam proporção elevada. Para os jovens adultos, essas proporções atingem elevados 19,0% em Belém e 18,3% em Recife.

Entre os jovens ocupados, incluindo tanto aqueles que só trabalham quanto os que trabalham e estudam, é elevada a proporção dos que ocupam posições mais vulneráveis⁵³, sem carteira de trabalho assinada – ou seja, sem acesso aos direitos previstos na legislação trabalhista –, no trabalho doméstico, por conta própria ou não remunerado. No Brasil como um todo, 58,4% dos jovens estão ocupados em posições vulneráveis e, nas metrópoles, 48,5%. Neste ponto, as metrópoles menos desenvolvidas do País distanciam-se significativamente das mais desenvolvidas, deixando claras as desigualdades regionais. Em Belém, 70,4% dos jovens ocupados estão em posições mais vulneráveis; no outro extremo, em Curitiba, 39,9% estão nessa situação – proporção que tampouco pode ser considerada baixa.

A condição de ocupação em posições mais vulneráveis é a realidade principalmente dos adolescentes de 15 a 19 anos nas metrópoles das regiões Norte e Nordeste do Brasil, menos desenvolvidas.

Esses jovens ocupados em posições mais vulneráveis têm, em geral, rendimentos médios mensais de trabalho mais baixos, e também jornadas médias semanais

⁵³ Buscou-se com esta agregação chegar a uma informação aproximada sobre os jovens ocupados metropolitanos na *zona de vulnerabilidade*, proposta conceitualmente por CASTEL (1991) como relacionada à precariedade no trabalho e fragilidade relacional (ver Capítulo 3). No caso da variável aqui construída, levou-se em conta apenas a fragilidade no trabalho a partir da posição na ocupação. Para tanto, foram agrupados como ocupados “mais vulneráveis” aqueles que tinham como posição na ocupação do trabalho principal as categorias: empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com e sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e não remunerados.

menores, ainda que as jornadas fiquem sempre acima das 30 horas e representem trabalho em mais de um turno (Tabelas 18 e 19).

Tabela 18 - Jornada média semanal no trabalho principal dos jovens de 15 a 24 anos ocupados na semana de referência (em horas) – Brasil e Metrôpoles, 2006

Áreas geográficas selecionadas	Total			Menos vulneráveis			Mais vulneráveis		
	15 a 24	15 a 19	20 a 24	15 a 24	15 a 19	20 a 24	15 a 24	15 a 19	20 a 24
Brasil	38	35	41	42	38	43	36	34	38
Metrôpoles	40	38	41	43	41	43	38	36	39
RM Belém	38	35	39	42	38	42	36	34	37
RM Fortaleza	40	37	42	44	39	44	39	37	40
RM Recife	40	37	41	44	40	45	37	36	38
RM Salvador	39	35	40	42	40	42	36	34	38
RM Belo Horizonte	38	34	41	42	39	43	34	31	37
RM Rio de Janeiro	40	37	41	43	42	43	37	34	38
RM São Paulo	41	40	42	43	42	43	40	39	40
RM Curitiba	40	36	41	42	40	42	36	34	39
RM Porto Alegre	40	36	42	44	42	44	36	33	39
Distrito Federal	39	36	40	41	39	41	36	33	38

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Nota: Horas completas apenas dos jovens que declararam jornada.

Tabela 19 - Rendimento médio mensal do trabalho principal dos jovens de 15 a 24 anos ocupados na semana de referência (em R\$) – Brasil e Metrôpoles, 2006

Áreas geográficas selecionadas	Total			Menos vulneráveis			Mais vulneráveis		
	15 a 24	15 a 19	20 a 24	15 a 24	15 a 19	20 a 24	15 a 24	15 a 19	20 a 24
Brasil	447	313	515	596	464	635	327	249	385
Metrôpoles	539	377	606	659	501	698	406	308	470
RM Belém	412	276	460	582	446	607	334	238	378
RM Fortaleza	360	260	406	475	361	492	297	241	335
RM Recife	387	251	440	527	407	551	283	200	332
RM Salvador	395	249	443	512	365	539	315	211	363
RM Belo Horizonte	459	317	528	547	427	582	348	247	431
RM Rio de Janeiro	557	379	611	670	496	699	426	323	479
RM São Paulo	614	447	687	724	560	770	469	370	542
RM Curitiba	579	380	675	676	472	738	423	307	527
RM Porto Alegre	549	378	631	632	464	679	447	325	545
Distrito Federal	653	421	729	791	539	850	496	340	567

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Nota: Valores em reais de setembro de 2006, apenas dos jovens que declararam rendimento.

Portanto, aos jovens ocupados em posições mais vulneráveis estão acessíveis ocupações de baixa remuneração e em tempo parcial. Ao lembrar que, principalmente,

os jovens adultos metropolitanos, possuem elevadas proporções daqueles que só trabalham e não estudam (Tabela 16), é provável que eles tendam a buscar uma segunda ocupação para elevar seus rendimentos. Se os jovens ocupados não utilizam o tempo não ocupado com o trabalho para se dedicar ao estudo, ou a atividades de qualificação e formação profissional, o caminho será a busca por outra ocupação também mal remunerada e em tempo parcial, ou a dedicação a atividades marginais ou ilegais, que podem aumentar seu risco de exclusão social.

Como era de se esperar, as diferenças regionais se manifestam claramente nas grandes distâncias entre os rendimentos de trabalho dos jovens ocupados: os jovens ocupados nas metrópoles do Norte e Nordeste ganham, em geral, menos que os do Sul, Sudeste e do Distrito Federal, sejam eles ocupados em posições mais ou menos vulneráveis.

A escolaridade média dos jovens ocupados é baixa em todas as áreas selecionadas. Nas metrópoles, as médias são mais elevadas que a nacional, devido à maior disponibilidade de serviços educacionais diversos, e de escolas formais, sejam elas públicas ou privadas. A região metropolitana de São Paulo e o Distrito Federal destacam-se com as maiores médias de anos de estudo entre os jovens ocupados. E percebe-se a diferença significativa das médias de anos de estudo das metrópoles do Norte e Nordeste do País e aquelas do Sul, Sudeste e o Distrito Federal. Para os jovens ocupados em posições mais vulneráveis, as médias de escolaridade são menores que para aqueles nas posições menos vulneráveis; a escolaridade formal é uma importante barreira à entrada nas melhores ocupações e é cada vez mais utilizada como um pré-requisito de contratação pelos empregadores, mesmo que a atividade não exija maiores qualificações. Com o aumento do desemprego, a competição entre os trabalhadores que buscam um posto fica mais acirrada e a educação tornou-se um dos diferenciais para obtenção de melhores posições ocupacionais.

Tabela 20 - Número médio de anos de estudo dos jovens de 15 a 24 anos ocupados na semana de referência – Brasil e Metrôpoles, 2006

Áreas geográficas selecionadas	Total			Menos vulneráveis			Mais vulneráveis		
	15 a 24	15 a 19	20 a 24	15 a 24	15 a 19	20 a 24	15 a 24	15 a 19	20 a 24
Brasil	8,7	7,8	9,3	9,8	9,0	10,1	7,9	7,3	8,4
Metrôpoles	9,8	8,8	10,3	10,5	9,9	10,7	9,1	8,2	9,7
RM Belém	9,1	7,8	9,6	10,5	9,6	10,6	8,5	7,4	9,0
RM Fortaleza	8,9	8,0	9,4	10,2	9,5	10,4	8,3	7,7	8,7
RM Recife	9,0	7,9	9,5	10,0	9,1	10,2	8,3	7,5	8,8
RM Salvador	9,2	7,6	9,8	10,3	9,2	10,5	8,5	7,1	9,2
RM Belo Horizonte	9,7	8,7	10,2	10,1	9,2	10,4	9,1	8,3	9,9
RM Rio de Janeiro	9,9	8,5	10,4	10,7	9,9	10,8	9,1	7,9	9,8
RM São Paulo	10,3	9,5	10,7	10,9	10,5	11,0	9,6	8,8	10,1
RM Curitiba	9,9	8,7	10,6	10,5	9,7	10,8	9,1	8,1	10,1
RM Porto Alegre	9,6	8,6	10,1	9,9	9,4	10,1	9,2	8,1	10,0
Distrito Federal	10,0	9,0	10,3	10,6	9,7	10,8	9,3	8,6	9,6

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Nota: Inclusive os sem escolarização; limite máximo de 16 anos de estudo.

Para analisar a taxa de desemprego e a ocupação em condições mais vulneráveis dos jovens metropolitanos, levando em consideração seu estrato socioeconômico (definido em termos de rendimento), foram separados, na Tabela 21, apenas os jovens de 15 a 24 anos de idade cujo rendimento domiciliar *per capita* estava abaixo da mediana da distribuição de rendimentos, ou seja, os jovens entre os 50% mais pobres. O objetivo principal é identificar as diferenças entre as dez metrôpoles analisadas, e não necessariamente evidenciar as piores condições dos jovens trabalhadores mais pobres, já indicadas anteriormente com base na análise da Tabela 9.

Tabela 21 - Taxas de desemprego e proporção de ocupados mais vulneráveis entre os jovens mais pobres (50% mais pobres)¹, segundo áreas geográficas selecionadas – Brasil e Metrôpoles, 2006

Áreas geográficas selecionadas	Taxas de desemprego (%)			Proporção de ocupados em posições mais vulneráveis (%)		
	15 a 24	15 a 19	20 a 24	15 a 24	15 a 19	20 a 24
Brasil ²	23,3	25,9	21,1	73,2	82,3	66,0
Metropolitano ³	35,4	43,0	30,2	59,2	75,3	50,4
RM Belém	33,1	38,7	30,3	76,1	86,8	71,3
RM Fortaleza	29,5	33,8	26,6	69,2	85,8	59,4
RM Recife	36,8	39,9	34,8	66,2	82,8	56,8
RM Salvador	40,2	47,9	36,1	67,2	81,8	60,8
RM Belo Horizonte	31,4	36,4	27,5	48,1	62,6	38,2
RM Rio de Janeiro	39,3	44,5	36,2	58,9	76,8	49,7
RM São Paulo	38,3	50,5	29,0	57,5	76,0	47,6
RM Curitiba	24,9	32,1	18,7	46,0	62,6	34,1
RM Porto Alegre	27,2	31,9	23,7	54,0	70,9	42,8
Distrito Federal	38,1	53,1	28,6	54,5	64,7	50,2

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Notas: ¹ Jovens que tinham rendimento domiciliar *per capita* até o quinto decil (mediana) da distribuição.

² Para o Brasil, o corte dos 50% mais pobres foi feito com base na mediana da distribuição do País como um todo.

³ Para o conjunto das metrôpoles e cada metrópole individualmente, a mediana é a do conjunto das metrôpoles.

Para os jovens mais pobres, as taxas de desemprego atingem percentuais bem mais elevados que a média dos jovens. No Brasil como um todo, a taxa de desemprego dos jovens é de 17,8% e, no conjunto das metrôpoles, de 24,8% (ver Tabela 16). Quando analisados apenas os jovens mais pobres, as taxas sobem para 23,3% na média nacional e 35,4% na média das metrôpoles, justamente os jovens que mais precisam de inserção em ocupações remuneradas.

A metrópole de Salvador é a que apresentou a maior taxa de desemprego para os jovens mais pobres (40,2%). Logo após Salvador, diferente do comportamento das taxas médias de desemprego, os jovens mais pobres do Rio de Janeiro (39,3%), São Paulo (38,3%) e Distrito Federal (38,1%) têm taxas de desemprego mais elevadas entre as metrôpoles analisadas; os jovens de Recife, passam a ter a quarta taxa mais elevada entre as metrôpoles (36,8%).

Para os adolescentes, Distrito Federal, São Paulo e Salvador apresentam as mais elevadas taxas de desemprego (53,1%, 50,5% e 47,9% respectivamente), o que indica que nessas metrôpoles os jovens que começam a pressionar mais cedo o mercado de trabalho procurando emprego, têm maiores dificuldades para conseguir uma ocupação.

Entre os jovens adultos, Rio de Janeiro e Salvador têm as maiores taxas de desemprego entre as metrópoles analisadas (36,2% e 36,1%). Curitiba, por outro lado, destaca-se por ter a menor taxa de desemprego entre jovens adultos mais pobres (18,7%), mais baixa até que a média nacional para o mesmo grupo etário (21,1%).

Quando analisados os jovens mais pobres que estão ocupados, confirmam-se as claras diferenças regionais. Nas metrópoles das regiões Norte e Nordeste, onde o mercado de trabalho não se desenvolveu plenamente e foi mais afetado pela desestruturação recente, as proporções de jovens mais pobres ocupados em posições mais vulneráveis são significativamente mais elevadas que nas regiões Sul e Sudeste e no Distrito Federal. Em Belém, 76,1% dos jovens mais pobres ocupados foram categorizados em posições mais vulneráveis e, no outro extremo, em Curitiba, 46,0% estavam nessa condição. Portanto, mesmo a proporção mais baixa, de Curitiba, é ainda elevada.

Quando somados os jovens economicamente ativos na condição de desempregados aos ocupados em posições mais vulneráveis⁵⁴ temos o quadro de gravidade da situação dos jovens no mundo do trabalho no Brasil e nas metrópoles brasileiras. Desta vez, foram colocados os valores absolutos desses grupos: no Brasil como um todo são 14,6 milhões de jovens nesta situação e 8,5 milhões entre os mais pobres; nas metrópoles, são 4 milhões no total e 2,3 milhões entre os mais pobres.

Do total de jovens economicamente ativos no Brasil, nada menos que 65,8% estavam na condição de desempregados ou de ocupados em posições vulneráveis (empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com e sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e não remunerados). Nas metrópoles, essa proporção cai para 61,2%, ainda que muito elevada, e com grandes diferenças entre as diferentes metrópoles analisadas. Nas metrópoles do Norte e Nordeste, as proporções estão sempre acima dos 70%, chegando a dramáticos 78,6% em Belém. Mesmo em Curitiba, metrópole que tem a menor proporção entre as analisadas, a precariedade entre os jovens economicamente ativos atinge metade deles (50,5%). Essa situação de vulnerabilidade se dá principalmente entre os adolescentes de 15 a 19 anos. Na região metropolitana de Fortaleza, 90,2% dos adolescentes economicamente ativos estavam ou desempregados ou ocupados em posições mais vulneráveis. Apesar de as proporções serem um pouco mais baixas no Sudeste, é

⁵⁴ Sempre tendo como referência a discussão de vulnerabilidade de acordo com Castel (1998).

importante observar que o número absoluto de jovens é bem maior, principalmente nas metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Tabela 22 - Jovens desempregados e ocupados mais vulneráveis na população economicamente ativa (PEA), total e mais pobres (50% mais pobres)¹, segundo áreas geográficas selecionadas – Brasil e Metrôpoles, 2006

Áreas geográficas selecionadas	Total de jovens economicamente ativos (PEA)				Jovens mais pobres da PEA			
	Absoluto (em mil)	Proporção (%)			Absoluto (em mil)	Proporção (%)		
		15 a 24	15 a 19	20 a 24		15 a 24	15 a 19	20 a 24
Brasil ²	14.599	65,8	78,5	57,5	8.457	79,5	86,9	73,2
Metropolitano ³	4.044	61,2	77,3	52,8	2.344	73,7	85,9	65,3
RM Belém	170	78,6	88,6	74,1	126	84,0	91,9	80,0
RM Fortaleza	303	74,7	90,2	65,8	227	78,2	90,6	70,2
RM Recife	264	71,9	85,6	65,0	198	78,6	89,7	71,8
RM Salvador	321	73,8	86,8	68,0	237	80,4	90,5	74,9
RM Belo Horizonte	355	56,8	72,2	47,5	203	64,4	76,2	55,2
RM Rio de Janeiro	639	61,7	81,0	54,2	349	75,1	87,1	67,9
RM São Paulo	1.362	57,3	74,4	47,4	697	73,8	88,1	62,8
RM Curitiba	198	50,5	69,1	38,7	99	59,5	74,6	46,4
RM Porto Alegre	257	55,8	72,1	46,9	129	66,5	80,2	56,4
Distrito Federal	175	60,7	76,0	53,8	79	71,8	83,4	64,4

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 - microdados. Elaboração da autora

Notas: ¹ Jovens que tinham rendimento domiciliar *per capita* até o quinto decil (mediana) da distribuição.

² Para o Brasil, o corte dos 50% mais pobres foi feito com base na mediana da distribuição do País como um todo.

³ Para o conjunto das metrópoles e cada metrópole individualmente, a mediana é a dos conjunto das metrópoles.

Quando analisado o grupo de jovens economicamente ativos mais pobres, ou seja, aqueles cujo rendimento domiciliar *per capita* estava abaixo da mediana, entre os 50% mais pobres, a vulnerabilidade é relativamente maior que a média de todos os jovens, atingindo nada menos que 79,5% dos jovens no Brasil, e 73,7% nas metrópoles. Em Belém e em Salvador, as proporções ultrapassam os 80% dos jovens da PEA, e em Fortaleza e Recife fica em torno dos 78% da PEA.

Interessante destacar que, entre os jovens mais pobres da PEA, destacam-se as elevadas proporções daqueles em condições mais precárias no Rio de Janeiro (75,1%), em São Paulo (73,8%) e no Distrito Federal (71,8%). Portanto, nas três mais importantes metrópoles brasileiras, é indispensável observar os jovens economicamente ativos levando em consideração seu estrato socioeconômico, neste caso, a variável rendimento domiciliar *per capita*, para compreender sua condição de precariedade no mundo do trabalho.

Capítulo 5 – Conclusões

Ao longo do presente trabalho, foi discutida a participação dos jovens no mercado de trabalho na contemporaneidade do Brasil e de suas principais regiões metropolitanas. Para tanto, começamos por considerar a juventude uma etapa do ciclo de vida que se define por grupos heterogêneos com características complexas, que envolvem vulnerabilidades e potencialidades, e quando são enfrentadas dificuldades inerentes ao processo de transição para a vida adulta. Em termos operacionais, a juventude foi definida com o grupo de pessoas de 15 a 24 anos de idade, sendo que foram considerados adolescentes os jovens de 15 a 19 anos e jovens adultos aqueles de 20 a 24 anos.

Partimos da hipótese de que as transformações no mundo do trabalho agravaram bastante as dificuldades tradicionais para o ingresso no mercado de trabalho, remetendo os jovens a ocupações precárias, quando não ao desemprego.

A juventude brasileira pode ser definida fundamentalmente como trabalhadora e isso se dá por diferentes razões. Em decorrência da pobreza de boa parte dos domicílios, o jovem tem que ajudar nas “estratégias de sobrevivência”, daí a participação não desprezível (63,9% no país como um todo e 63% no conjunto das principais metrópoles). Além disso, elementos como o desejo de autonomia, o significado do consumo como forma de pertencimento do jovem em seu grupo social, o valor cultural simbólico do trabalho, associados à escola pouco atraente, de baixa qualidade e distante da realidade dos jovens, principalmente dos mais pobres, estimulam a disposição para entrada no mundo do trabalho.

Essa disposição, no entanto, não se traduz na entrada no mundo do trabalho em condições adequadas. Contrasta com a falta de oportunidades resultante da desestruturação do mercado de trabalho recente, que levou ao crescimento da vulnerabilidade ocupacional e do desemprego, ao mesmo tempo em que elevou o padrão de exigências de escolaridade para acesso ao trabalho. As limitadas oportunidades de trabalho e o desemprego afetam especialmente os jovens mais pobres e das regiões menos desenvolvidas, justamente aqueles que mais precisam trabalhar. A vulnerabilidade ocupacional é o que predomina no mercado de trabalho, levando os jovens a aceitar qualquer tipo de ocupação, trabalhando muito e ganhando

pouco, ou a se “desfiliar”, formando contingentes de jovens que não trabalham, não estudam e nem procuram trabalho, sujeitos a maior risco social de marginalização e violência.

O trabalho assume sentidos em diversas dimensões: a dimensão instrumental, para atender as necessidades materiais básicas de sobrevivência dos jovens; a dimensão social, de pertencimento e reconhecimento; e a dimensão simbólica, na construção de identidades sociais.

Apesar de continuar aumentando a população em idade de trabalhar, as oportunidades ocupacionais se reduziram, tanto por questões estruturais da economia como pelo crescimento da população economicamente ativa, também influenciado pela maior participação das mulheres no mundo do trabalho, dificultando a entrada dos jovens na atividade econômica. E foi nas posições que mais pesam na absorção de jovens, como no trabalho não remunerado, nos serviços domésticos remunerados e no emprego sem carteira de trabalho assinada que a queda na proporção de jovens entre os ocupados foi mais acentuada – o aumento da proporção de ocupados adultos foi bem mais intenso do que o dos jovens. Tais posições deixaram de ser apenas “portas de entrada” para o mundo do trabalho para os novos participantes, e passaram a ser importantes na estratégia de sobrevivência de um elevado contingente de desempregados, tanto jovens quanto adultos, como ocupações permanentes.

A taxa de participação dos jovens é ligeiramente maior que a média da população, que inclui aposentados e donas de casa, por exemplo, puxada principalmente pela participação dos jovens adultos metropolitanos, cuja taxa atingiu 79,1% em 2006. Os adolescentes de 15 a 19 anos têm taxas de participação mais baixas, assim como as taxas de participação femininas são sempre menores que as masculinas. Para as mulheres, são definidos papéis sociais de gênero que, por um lado, dificultam ainda mais sua entrada no mercado de trabalho, mas por outro lado, pelo menos no Brasil, torna mais fácil a permanência na escola por mais tempo, sem a associação com o trabalho.

Entre os adolescentes as taxas de desemprego são significativamente mais elevadas e as taxas de participação menores, o que denota as dificuldades enfrentadas por aqueles

adolescentes que procuram uma primeira ocupação, mesmo que seja em tempo parcial ou em condições precárias.

Quase um terço dos jovens metropolitanos apenas trabalham, com uma concentração no grupo de jovens adultos de 20 a 24 anos e, por outro lado, mais de um quarto dos jovens só estudam – são considerados, portanto, inativos ou não economicamente ativos, condição que seria ideal para os jovens em idade escolar. É verdade que a maior parte dos que só estudam está entre os adolescentes, condição considerada desejável, pois a associação de trabalho e estudo pode trazer conseqüências negativas de rendimento e formação escolar. E associar trabalho e estudo é relativamente comum entre os jovens metropolitanos, pois toda a expansão da escolaridade dos jovens no Brasil não foi acompanhada de um desligamento do mundo do trabalho.

Nos domicílios, os jovens estão principalmente na condição de filhos, mas quando observados apenas os jovens que declararam só trabalhar, essa proporção cai para e a condição de pessoa responsável aumenta; ou seja, são os jovens que assumem cedo a responsabilidade pelo domicílio, muitas vezes constituindo uma nova família. Essa condição é mais clara entre os jovens adultos, sobretudo os do sexo masculino. Os jovens que residiam em domicílios sem a presença de suas mães tinham maiores proporções entre os que só trabalham ou, no outro extremo, não trabalham, não estudam e nem procuram trabalho, sobretudo entre as jovens mulheres.

De forma geral, é interessante observar que as estruturas de distribuições entre os jovens mais ricos não se altera muito entre os diferentes sexos. Para os jovens mais pobres é que são claras as distinções de sexo, com a presença significativa dos jovens do sexo masculino mais pobres no mercado de trabalho como ocupados. As mulheres mais pobres possuem proporções de desempregadas mais elevadas que os homens, quando comparados grupos etários equivalentes, o que parece significar uma maior dificuldade das mulheres em conseguir ocupação em relação aos homens de sua mesma faixa etária.

As posições nas ocupações mais precárias e vulneráveis têm maior presença entre os jovens ocupados: eles estão nas posições de empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com e sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e não remunerados, sendo que os trabalhadores

domésticos são quase que exclusivamente mulheres. As posições ocupacionais que não têm padrões de escolaridade elevados como pré-requisitos e que mais prejudicam ou retardam a escolarização, pois não há grande distância nas médias de escolaridade; são as de empregados com carteira, trabalhadores domésticos e na produção para o próprio consumo. Como as jornadas são comprovadamente elevadas, conclui-se que a dedicação dos jovens ao trabalho é um elemento que compromete sua permanência na escola, e não só seu rendimento escolar. Isso é mais preocupante quando se constata que a defasagem escolar é elevada e a escola não atende às expectativas dos jovens e de suas famílias, e nem dá conta dos novos desafios da sociedade do conhecimento, agravando a tendência ao seu abandono.

A atividade econômica que ocupa a maior parte dos jovens trabalhadores metropolitanos é o comércio, principalmente o pequeno comércio de mercadorias, que praticamente não exige qualificação nem experiência profissional. No grupo descrito como “comércio e reparação” da PNAD estão nada menos que 25,4% dos jovens ocupados. Para os adolescentes, o comércio é a atividade de 28,1% dos ocupados e, para os adolescentes do sexo masculino chega a representar 30,7% da ocupação. As atividades industriais são a segunda mais importante entre os jovens, onde estão ocupados 17,8% deles. Nesta categoria estão atividades de fabricação de bens, alimentos, confecções e reciclagem, por exemplo. As atividades onde os ocupados possuem menores escolaridades médias são a atividade agrícola, os serviços domésticos e a construção. Os serviços domésticos (6,1% da ocupação) são atividades fundamentalmente feminina e, a construção (5,4% da ocupação), fundamentalmente masculina. Possuem maiores escolaridades médias os ocupados em educação, saúde e serviços sociais; administração pública; “outras atividades industriais” e “outras atividades”. É significativa a presença de jovens em educação, saúde e serviços sociais, principalmente as mulheres, e nas “outras atividades”.

Nas metrópoles, as escolaridades médias são mais elevadas que a nacional, muito devido à maior disponibilidade serviços educacionais diversos, e de escolas formais, sejam elas públicas ou privadas.

Os jovens trabalham muito e recebem pouco. Para os jovens ocupados, os rendimentos são sempre mais baixos que a média dos trabalhadores metropolitanos, em todas as posições na ocupação, apesar de sua jornada média semanal de trabalho

não ser muito diferente da média de ocupados. Para os empregados com e sem carteira de trabalho assinada, posições mais frequentes entre os jovens ocupados, o rendimento médio dos jovens corresponde a de cerca de 60% daquele do total de ocupados metropolitanos. Para os adolescentes, o rendimento médio fica em torno de 48% do rendimento do total de ocupados.

Para os jovens que estão ocupados em posições “mais vulneráveis”, as escolaridades médias ficam abaixo da média nacional. Mas a característica que mais influencia na redução das médias de anos de escolarização formal é o estrato de rendimento em que estão os jovens – para os jovens entre os 50% mais pobres da distribuição, as escolaridades médias ficam abaixo das médias gerais, sejam eles ocupados ou desempregados. Essas diferenças existem mesmo para os adolescentes. No entanto, percebe-se uma melhoria para as *coortes* de 19 e 20 anos, correspondente ao aumento das taxas de escolarização recentes no País. Do total de jovens economicamente ativos no Brasil, nada menos que 65,8% estavam na condição de desempregados ou de ocupados em posições vulneráveis.

Confirmando a hipótese deste estudo, se somados os jovens ocupados em posições mais vulneráveis (36,5%) aos desempregados (24,8%), a proporção chega a 61,2% da PEA das metrópoles. Entre os jovens mais pobres, esta soma chega a 73,7% da PEA, sendo que 38,3% estão ocupados em posições mais vulneráveis e 35,4% são desempregados. Isso sem contar as desigualdades entre adolescentes e jovens adultos, entre sexos e nem regionais, entre outras, que agravam ainda mais a situação dos jovens economicamente ativos.

Para os jovens metropolitanos mais pobres, a proporção dos que só trabalham é de 27,3% contra 19,3% dos “mais ricos”, mas sempre proporções que podem ser consideradas elevadas. Os jovens mais ricos estão principalmente na categoria dos que só estudam – 41,2% do total de jovens mais ricos só estudam – e a proporção dos que não trabalham, não estudam e nem procuram trabalho é de 4,2%. Entre os jovens “mais pobres”, a proporção dos que só estudam é de 26,0% e dos que não trabalham, não estudam e nem procuram trabalho de 15,2%.

No grupo dos adolescentes de 15 a 19 anos mais ricos, 74,4% só estudam e 12,9% associam trabalho e estudo. Entre os jovens adultos mais ricos, o trabalho passa a ter

um peso maior, mesmo assim, a proporção dos que conciliam trabalho e estudo é a mais elevada (37,9%).

Quando analisados os jovens mais pobres que estão ocupados, confirmam-se claras diferenças regionais. Nas metrópoles menos desenvolvidas, as proporções de jovens mais pobres ocupados em posições vulneráveis são significativamente mais elevadas que nas regiões Sul e Sudeste e no Distrito Federal.

As metrópoles menos desenvolvidas do País, cujo mercado de trabalho não se organizou plenamente e sofreu com mais intensidade os impactos das transformações estruturais recentes, têm, em geral, taxas de participação mais baixas que aquelas das metrópoles mais desenvolvidas, à exceção de Salvador, que tem taxas elevadas de participação. E as taxas de desemprego nas metrópoles são, em sua maioria, mais elevadas que a média nacional. Para a juventude metropolitana, as taxas de desemprego são mais que o dobro das taxas médias para todas as pessoas economicamente ativas, em todos os espaços geográficos analisados e entre os jovens ocupados, incluindo tanto aqueles que só trabalham quanto os que trabalham e estudam, é elevada a proporção dos que ocupam posições mais vulneráveis, sendo que essa condição é a realidade principalmente dos adolescentes de 15 a 19 anos nas metrópoles das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

As taxas de desemprego dos jovens mais pobres atingem percentuais bem mais elevados que a média dos jovens. No Brasil como um todo, a taxa de desemprego dos jovens é de 17,8% e, no conjunto das metrópoles, de 24,8%. Quando analisados apenas os jovens mais pobres, as taxas sobem para 23,3% na média nacional e 35,4% na média das metrópoles, justamente os jovens que mais precisam de inserção em ocupações remuneradas.

As metrópoles de Salvador (40,2%), Rio de Janeiro (39,3%), São Paulo (38,3%) e Distrito Federal (38,1%) apresentam as maiores taxas de desemprego para os jovens mais pobres.

Nas metrópoles, a proporção de jovens da PEA desempregados ou em posições mais vulneráveis somados é um pouco menor que a nacional (61,2%), ainda que muito elevada, e com grandes diferenças entre as diferentes metrópoles analisadas. Nas metrópoles do Norte e Nordeste, as proporções estão sempre acima dos 70%. Quando

analisado o grupo de jovens economicamente ativos mais pobres, a vulnerabilidade é ainda maior que a média de todos os jovens, atingindo nada menos que 79,5% dos jovens no Brasil, e 73,7% nas metrópoles.

Para os jovens ocupados em posições mais vulneráveis, as médias de escolaridade são menores que para aqueles nas posições menos vulneráveis. E os jovens ocupados em posições mais vulneráveis têm, em geral, rendimentos médios mensais de trabalho mais baixos, e também jornadas médias semanais menores. E a escolaridade média é sempre menor entre os jovens mais pobres, não importando a condição deles no mercado de trabalho.

Estes indicadores são representativos das condições dos jovens metropolitanos no mundo do trabalho brasileiro e de suas dificuldades de inserção. E em um contexto de transformação do modelo de acumulação brasileiro, em curso desde a década de 1990, no qual se estreitaram as oportunidades de entrada no mundo do trabalho. Jovens e adultos disputam posições ocupacionais mais precárias e vulneráveis, na nova composição das ocupações e o desemprego é elevado. As dificuldades atingem especialmente os jovens que mais necessitam de melhores condições de vida, os mais pobres e residentes nas regiões menos desenvolvidas do País.

Ficar de fora do mundo do trabalho, nos dias atuais, torna muito difícil a estruturação do tempo das pessoas, sua valorização na sociedade e seu próprio sentido de utilidade. Para os jovens que não trabalham, e principalmente os que também deixaram a escola, a incerteza, a formação de redes sociais frágeis, os longos períodos de ociosidade intercalados de pequenos trabalhos, a delinqüência, fazem parte de seu cotidiano. O trabalho tem o sentido de reconhecimento e pertencimento na sociedade, sem o qual o caminho da violência, da marginalização e da morte precoce tende a aumentar, sobretudo para os jovens mais pobres das grandes metrópoles e das regiões menos desenvolvidas.

Referências Bibliográficas

- 1 ABRAMO, Helena Wendel; MARTONI BRANCO, Pedro Paulo (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.
- 2 ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; CASTRO PRINHEIRO, Leonardo; SOUSA LIMA, Fabiano; MARTINELLI, Claudia da Costa. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO/BID, 2002.
- 3 ALONSO, Luis Enrique. **Trabajo y posmodernidad: el empleo débil**. Madrid, Editorial Fundamentos, 2000.
- 4 ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- 5 ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- 6 ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal do Brasil** (Collor, FHC e Lula). Campinas, SP: Autores associados, 2004.
- 7 ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- 8 AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. **Tempo social**, v.17, n.2, p.11-33, nov. 2005. ISSN 0103-2070 (a02v17n2.pdf)
- 9 AZEVEDO, J.S.G. de; MENEZES, W.F.; FERNANDES, C.M. **Fora do lugar: crianças e adolescentes no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: ABET, 2000.
- 10 BAENINGER, Rosana. Demografia da população jovem. In BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Cadernos juventude saúde e desenvolvimento**, v.1. Brasília, DF, ago. 1999. 303p.
- 11 BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **O mercado de trabalho no Brasil nos anos 90**. 239 f. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2003.
- 12 BAVA, Augusto; PÀMPOLS, Carles Feixa; CANGAS, Yanko Gonzáles (orgs.) **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras Editora, CEBRIJ, 2004.
- 13 BELLUZZO, Lilia; VICTORINO, Rita de Cássia. A juventude nos caminhos da ação pública. **São Paulo Perspectiva**, v.18, n.4, p.8-19, dez. 2004. ISSN 0102-8839

- 14 BORGES, Ângela. Déficients juvenis ou déficit de lugares? O desemprego e a ocupação dos jovens nos mercados de trabalho das metrópoles do Nordeste e do Sudeste. In **Anais do X Encontro Nacional ABET**, Salvador: ABET, 2007.
- 15 BOURDIEU, Pierre. Esquise d'une théorie de la pratique. Genève, Droz, 1972 *apud* PAIS, José Machado; CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo social**, v.17, n.2, p.109-140, nov. 2005.
- 16 BOURDIEU, Pierre. La "jeunesse" n'est q'un mot. Entretien avec Anne Marie Métaillié, paru dans Les jeunes et le premier emploi, Paris, Association des Ages, 1978, pp. 520 530. Repris in **Questions de sociologie**, Éditions de Minuit, 1984. Ed. 1992 pp.143-154
- 17 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, nov. 2004.
- 18 CACCIA-BAVA, Augusto; PÂMPOLS, Carles Feixa; CANGAS, Yanko Gonzáles (orgs.) **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.
- 19 CACCIAMALI, M.C. **Mercado de trabajo juvenil: Argentina, Brasil y México**. Documentos de Estratégias de Empleo. Documentos de Estrategias de Empleo. Unidad de Análisis e Investigación sobre el Empleo. Departamento de Estrategias de Empleo. OIT, 2005. 115 p.
- 20 CAMARANO, Ana Amélia (org.) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** il. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 332 p. ISBN 978-85-8170
- 21 CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, FAPERJ, 2002.
- 22 CARVALHO, I.M.M.; CODES, A.L.M. Condições de ocupação, pobreza e desigualdades. In CARVALHO, I.M.M.; PEREIRA, G.C. (orgs.). **Como anda Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2006. p.109-135.
- 23 CARVALHO, I.M.M. de; ALMEIDA, P.H. de; AZEVEDO, J.S.G. de. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. **Tempo Social**, v.13, n.2. p. 89-114. São Paulo, nov. 2001. (v13n2a05.pdf)
- 24 CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização : da vulnerabilidade à “desfiliação” Paris: Esprit, 1991. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.
- 25 CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- 26 CASTRO, Mary Garcia. Juventude e participação: perfil e debate. In **Anais do XV encontro nacional de estudos populacionais: desafios e oportunidades do crescimento zero**. Caxambu, MG: ABEP, 2006.

- 27 COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94: 95-120. 1988 *apud* PAIS, José Machado; CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo social**, v.17, n.2, p.109-140, nov. 2005.
- 28 COSTA, Jurandir Freire. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Instituto Cidadania/ Fundação Perseu Abramo, 2004.
- 29 CÔTÉ, James E. "The role of identity capital in the ransition to adulthood: the individualization thesis examined". *Journal of Youth Studies*, 5 (2): 117-134, 2002 *apud* PAIS, José Machado; CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo social**, v.17, n.2, p.109-140, nov. 2005.
- 30 DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p.40-52, dez. 2003. ISSN 1413-2478
- 31 DEDECCA, Claudio Salvadori. Tempo, trabalho e gênero. In COSTA et al (orgs.) **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo, CUT Brasil, 2004.
- 32 DRANCOURT, Chantal; BERGER, Laurence. **Les jeunes et le travail 1950-2000**. Paris: PUF, 2001. (Sociologie d'aujourd'hui)
- 33 DUBET, François. **La galère: jeunes en survie**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1987.
- 34 FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972. 172p.
- 35 FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Instituto Cidadania, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.180-216.
- 36 GONÇALVES, Hebe Signorini. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. **Tempo social**, v.17, n.2, p.207-219, nov. 2005. ISSN 0103-2070.
- 37 GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979. Disponível em < http://www.lesiagonzalez.org.br/material/Juvent_Negra_e_Desemprego.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro de 2008.
- 38 GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.
- 39 GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In ABRAMO, H.W.; MARTONI BRANCO, P.P. (orgs.) **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

- 40 HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- 41 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD 2006. Microdados CD-Rom. Rio de Janeiro, 2007.
- 42 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. v. 27 (Volume Brasil), 125 p. Rio de Janeiro, 2007.
- 43 ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Global employment trends for youth**. Geneva, 2006. ISBN 92-2-118628-1.
- 44 LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. **Educação e Pesquisa**, v.32, n.1, p.31-48, abr. 2006. ISSN 1517-9702
- 45 LIMA, Ari. Funkeiros, timbaleiros e pagodeiros: notas sobre juventude e música negra na cidade de Salvador. **Cadernos CEDES**, v.22, n.57, p.77-96, ago. 2002. ISSN 0101-3262
- 46 LIMA, Jacob Carlos. Trabalho e novas sociabilidades. **Caderno CRH**, v.17, n.41, mai./ago. 2004.
- 47 LIMA, Silvana Mendes; MINAYO-GOMEZ, Carlos. Modos de subjetivação na condição de aprendiz: embates atuais. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, v.10, n.3, p.931-953, dez. 2003. ISSN 0104-5970
- 48 LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007 (Mundo do trabalho).
- 49 LYRA, Jorge et al. "A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete". Adolescentes: de sujeito de necessidades a um sujeito de direitos. **Cadernos CEDES**, v.22, n.57, p.9-21, ago. 2002. ISSN 0101-3262 (12000.pdf)
- 50 MANHEIM, Karl. **O problema das gerações**. In: _____. Sociologia/ organizado por Marialice M. Foracchi. São Paulo: Ática, 1982. (Grandes cientistas sociais; 25).
- 51 MATHEUS, Tiago Corbisier. O discurso adolescente numa sociedade na virada do século. **Psicologias USP**, v.14, n.1, p.85-94, 2003. ISSN 0103-6564.
- 52 MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- 53 NASCIMENTO, Angelina Bulcão. **Quem tem medo da geração shopping? : uma abordagem psicossocial**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2005.
- 54 NOVAES, Regina C. R.; CARA, Daniel T.; SILVA, Danilo M. da; PAPA, Fernanda de C. (orgs.) **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

- 55 NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2004.
- 56 OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho doméstico e igualdade de gênero e raça: desafios para promover o Trabalho Decente no Brasil.** nov. 2005. Disponível em: <www.dieese.org.br/esp/OITdomestico.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro de 2007.
- 57 OLIVEIRA, D.C.; PEREIRA de SÁ, C.; FISCHER, F.M.; MARTINS, I.S.; TEIXEIRA, L.R. Futuro e liberdade: o trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes. **Estudos de Psicologia**, 6(2), p.245-258, 2001.
- 58 OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.) **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- 59 PAIS, José Machado; CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo social**, v.17, n.2, p.109-140, nov. 2005. ISSN 0103-2070.
- 60 POCHMANN, Marcio. Mercado de trabalho: o que há de novo no Brasil? **Parcerias estratégicas**, n.22, p.121-144, Brasília, DF: CGEE/MCT, jun. 2006. (Especial análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2004).
- 61 POCHMANN, Marcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação e Sociedade**, v.25, n.87, p.383-399, ago. 2004. ISSN 0101-7330
- 62 RAFFO, Carlo; REEVES, Michelle. Youth transitions and social exclusion: developments in social capital theory. *Journal of Youth Studies*, 3 (2), 2002 *apud* PAIS, José Machado; CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo social**, v.17, n.2, p.109-140, nov. 2005.
- 63 ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social: repensando o Estado** Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- 64 RUDD, Phil; EVANS, Karen. Structure and agency in youth transitions: student experiences of vocational further education. *Journal of Youth Studies*, 1 (1): 39-62, 1998 *apud* PAIS, José Machado; CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo social**, v.17, n.2, p.109-140, nov. 2005.
- 65 SOUZA E SILVA, Jailson (coord.). **Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006.** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, nov. 2006. Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/arquivos_noticias/File/CAMINHADA%20DE%20CRIANCAS,%20ADOLESCENTES%20E%20JOVENS%20NO%20TRAFICO_OFRJ_NOV%202006.pdf>. Acesso em: 12.02.2008.

- 66 SPOSITO, Marília Pontes; CARVALHO e SILVA, Hamilton Harley de; SOUZA, Nilson Alves de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.32, p.238-257, ago. 2006. ISSN 1413-2478
- 67 SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In ABRAMO, H. W.; MARTONI BRANCO, P.P. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.
- 68 SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p.16-39, dez. 2003. ISSN 1413-2478
- 69 SPOSITO, Marília Pontes (coord.). Juventude e escolarização (1980-1998). Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. 221 p.: il. (Série Estado do Conhecimento, INSS 1676-0565, n.7).
- 70 STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 346p.
- 71 UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília, 2004. 304 p. ISBN: 85-7652-017-6.
- 72 UNITED NATIONS (UN). **World youth report 2007 – Young people’s transition to adulthood**: progress and challenges. Department of economic and social affairs. New York, 2007.
- 73 VEIGA, José Eli. Nem tudo é Urbano. **Ciência e Cultura**. v.56, n.2 São Paulo, abr./jun., 2004.
- 74 VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002.
- 75 WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2007**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana (RITLA); Instituto Sangari; Brasil/Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), 2007.
- 76 WYN, Johanna; DWYER, Peter. New directions in research on youth in transition. *Journal of Youth Studies*, 2 (1): 5-21, 1999 *apud* PAIS, José Machado; CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo social**, v.17, n.2, p.109-140, nov. 2005.
- 77 WORLD BANK. **World development report 2007 – Development and the next generation**. Washington DC, 2007.